



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO-PPIDC NÍVEL MESTRADO**

SILVANA DOS SANTOS MOREIRA

A TERRA ONDE CONSTRUÍMOS NOSSAS COMUNIDADES

Dissertação de mestrado

IRATI - PR
2015

SILVANA DOS SANTOS MOREIRA

A TERRA ONDE CONSTRUÍMOS NOSSAS COMUNIDADES

Versão final da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Comunitário.

ORIENTADOR: Dr. Carlos Alberto Marçal Gonzaga

IRATI - PR
2015

Catálogo na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

M838 MOREIRA, Silvana dos Santos.
A terra onde construímos nossas comunidades / Silvana dos Santos Moreira. --
Irati, PR : [s.n], 2015.
124f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Marçal Gonzaga
Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná.

1. Desenvolvimento comunitário – dissertação. 2. Solo – uso. 3. Comunidade
camponesa. I. Gonzaga, Carlos Alberto Marçal. II. UNICENTRO. III. Título.

CDD 20 ed. 631.4

FOLHA DE APROVAÇÃO

SILVANA DOS SANTOS MOREIRA

A TERRA ONDE CONSTRUÍMOS NOSSAS COMUNIDADES

Dissertação aprovada em ___/___/_____ como requisito parcial para obtenção do grau de mestre no curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, área de concentração Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador

Prof. Dr. Carlos Alberto Marçal Gonzaga

Instituição: UNICENTRO

Prof. Dr. Eduardo da Silva Harder

Instituição: UFPR

Prof^a. Dra. Fernanda Keiko Ikuta

Instituição: UNICENTRO

Prof. Dr. Jó Klanovicz

Instituição: UNICENTRO

Prof. Dr. César Rey Xavier

Instituição: UNICENTRO

IRATI, ___/___/_____.

DEDICATÓRIA

À minha família presente, passada e futura...

AGRADECIMENTOS

Ao criador que nos dota de energia universal de vida para caminharmos pelas veredas do mundo e nos ensina a ter humildade frente à grandeza do que é a VIDA.

Aos movimentos sociais principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Via Campesina por insistirem na possibilidade de um mundo com camponeses e pelo aprendizado quando estive por perto.

Aos resistentes camponeses e camponesas da Comunidade Arroio Grande que compartilharam comigo um pouco de sua vida.

Ao professor Gonzaga, agradeço pela paciência e compreensão de entender as minhas limitações e confiar em mim, mesmo quando eu desanimava. A sua orientação permitiu que o caminho fosse concluído. Talvez poderia ser melhor, mas para o momento foi o melhor possível.

Aos professores do programa do Mestrado em Desenvolvimento Comunitário, principalmente aos professores: Carlos Alberto Marçal Gonzaga, Cesar Rey Xavier, Cristina Ide Fuginaga, Rafael Siqueira Guimarães, Poliana Fabíula Cardozo, Carlos Ricardo Maneck Malfatti, Plínio Marco de Toni pelo aprendizado compartilhado.

Aos professores Eduardo Harder e Fernanda Keiko Ikuta pelas considerações e leitura criteriosa na banca de qualificação deste trabalho.

Aos colegas do curso de Mestrado em Desenvolvimento Comunitário pela amizade e conhecimentos compartilhados. Agradecimento especial ao meu amigo Paulo Sérgio Bonato e Keyla Cristina Pereira Prado, pelo companheirismo e colaboração na construção da dissertação. E mais que isto, tornamo-nos verdadeiros amigos.

Agradecimento especial aos meus colegas do IFPR, os professores Ana Claudia Radis e Rodrigo Predebon pela amizade e apoio nos momentos mais difíceis.

Este trabalho não teria a qualidade que tem sem o apoio de minha colega de trabalho Patricia Elisabel Bento Tiومان, que cuidadosamente leu o texto e fez as correções textuais.

Também agradeço a meus filhos, pela compreensão nos momentos em que eu estava ausente e pelo apoio na organização da nossa vida diária.

Esse trabalho não teria começado se não fosse pelo incentivo e apoio do meu esposo ADRIANO. O carnaval de 2013 foi um momento fundamental, em que uma ideia vai para o papel e se materializa no projeto para a dissertação. Agradeço muitíssimo pelas contribuições e materiais que sugeriu e pela leitura criteriosa que realizou...

Enfim, agradeço de coração a todas as pessoas que diretamente ou indiretamente me apoiaram e que não foram citadas aqui.

La Tierra constituye en su conjunto un organismo vivo que ofrece el substrato necesario para el desarrollo del hombre, proporcionándole alimentos y materias primas, incitándole a los intercambios económicos y estimulando además su evolución espiritual mediante las tareas que le impone. La estructura climática y geográfica de una región modela a las personas que se establecen en ella, determinando la fecundidad del suelo y las posibilidades de comunicación. En este sentido, el hombre depende estrechamente de la naturaleza.

H. PFEIFFER

RESUMO

A pesquisa “A Terra onde construímos nossas comunidades” parte do pressuposto de que a ocupação e o uso do solo se diferenciam a partir das origens históricas que formam uma Comunidade. Tem como objetivo principal identificar as características da ocupação e o uso do solo da Comunidade Arroio Grande, Irati, Paraná e suas correlações com a organização comunitária. A Comunidade Arroio Grande foi escolhida para a realização deste trabalho, por se caracterizar como uma Comunidade camponesa, organizada sob a forma de um Faxinal até 1980, quando ocorre o fim do sistema. Também, por ser uma Comunidade com uma diversidade de uso do solo, onde um grupo de famílias está optando por fazer agricultura de base ecológica. Desde a ocupação das terras, há mais de cem anos, os solos estão sendo utilizados como fonte de renda para as famílias tanto da exploração florestal, quanto para a agricultura e criação animal, o que tem causado perda da qualidade do solo. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, para tanto, optou-se pelas ferramentas da observação participante, aplicação de questionário e realização de entrevistas. Fez-se necessário um estudo bibliográfico para compreender historicamente a ocupação e o uso do solo no Brasil, no Paraná e no Município de Irati, assim como, entender a problemática da degradação do solo que compromete a qualidade de vida de populações inteiras. O levantamento das informações apresentadas na pesquisa resultou de um envolvimento da pesquisadora com as famílias integrantes da Comunidade o que possibilitou uma interação muito amistosa. A ocupação da terra no Brasil ocorre de forma muito desigual, sendo o seu uso voltado para atender culturas de exportação, desde o início da sua colonização, até os dias atuais. Assim, as comunidades camponesas estão fora das prioridades de ocupação e uso do solo, até mesmo na execução das políticas públicas nas diferentes esferas de poder. No entanto, essas comunidades teimam em existir, mesmo diante do avanço do capitalismo no campo, modelo que as exclui. O contraste do uso do solo entre a produção de *commodities* e a agricultura camponesa, está principalmente, nos objetivos do uso. Para os empresários do campo, a terra é somente uma fonte de recursos para maximizar os seus lucros. Já para a Comunidade camponesa, o solo é a base da sua existência, a garantia de seu sustento. Este contraste é percebido na paisagem que configura os dois modelos de organização da agricultura em nosso país. As grandes propriedades investem nas monoculturas com melhor preço nas bolsas internacionais, enquanto as famílias camponesas produzem uma diversidade de espécies alimentares oferecidas nos programas de comercialização institucionais, feiras e comércio local. Como resultados desta pesquisa estão o levantamento histórico da Comunidade, compreendendo as suas inter-relações com os ciclos econômicos da erva mate e da madeira; a compreensão do uso do solo diversificado, onde mais de 40% da paisagem apresenta cobertura florestal; a problemática do minifúndio, pois com a divisão da terra em herança a cada geração o tamanho das propriedades vai diminuindo, levando os jovens e adultos a buscarem trabalho assalariado, mas mantendo a residência na Comunidade. As características da comunidade camponesa estão muito presentes, a solidariedade, a reciprocidade, a cooperação e a religiosidade o que reforça laços de convivência comunitária. As interações com o urbano acentuam a necessidade de outras formas de organização comunitária, levando as famílias a fundar associação, participar de conselhos municipais e até estaduais e, inclusive, participar da vida política de Irati.

Palavras chave: ocupação e uso do solo, organização comunitária, comunidade camponesa.

ABSTRACT

“The land where we build our communities” is a study based on the assumption that the occupation and use of land differ according to the historical origins of a specific community. The main objective of this study is to identify the characteristics of occupation and use of land in the community of Arroio Grande, located in the municipality of Irati, in the southern Brazilian state of Paraná, and their correlations with community organization. The community of Arroio Grande was selected for this study because its inhabitants are predominately peasants, who were organized in a *faxinal*, a collective system of land use and living, until 1980. Arroio Grande was also selected because today it is a community with various forms of land use, including one group of families that is opting for ecologically-based agricultural production. Since occupation of the lands in this community more than one hundred years ago, its soils have been used as a source of income for families, from forestry, agriculture and livestock production, all of which have eroded soil quality. This is an exploratory, qualitative study, the data for which was gathered using participant observation, a questionnaire and interviews. A preliminary bibliographic study was necessary to understand the historical occupation and use of land in Brazil, Paraná and the municipality of Irati, as well as the problem of soil degradation, which compromises the quality of life of entire populations. The research resulted in involvement of the researcher with families in the community, which enabled a very amicable interaction. The occupation of land in Brazil has been very unequal, and, from the beginning of its colonization to the present, land use has predominately been geared towards production of crops for export. Thus, peasant communities have not been prioritized in patterns of land occupation and use, including in the implementation of public policies in different spheres of power. Yet peasant communities persist, despite the advance of capitalism, a model that excludes them, into the countryside. The contrast between production of commodities and peasant agriculture is mainly in differing objectives of use. For rural capitalists, the land is merely a resource to maximize profits. Yet for peasant communities, land is the basis of their existence and the security of their livelihoods. This contrast is perceived in the landscape that shapes the two organizational models of agriculture in Brazil. Large farms invest in monocultures of commodity crops with the best prices on international stock exchanges, while peasant families produce a diversity of foods distributed by institutional marketing programs such as the federal Food Acquisition Program, farmers' markets and local businesses. The results of this research are the historical survey of the community of Arroio Grande, including its interrelations with the economic cycles of *yerba mate* and wood; understanding of diversified land use, where over 40% of the landscape has native forest cover; and the problems small farms in the community face due to division of land by inheritance, in which property size decreases for each generation, leading young people and adults to seek wage labor while maintaining residence in the community. The community's characteristics of solidarity, reciprocity, cooperation and religiosity are very strong, which strengthen the ties of community life. Urban interactions reinforce the need for other forms of community organization, leading families to found associations, participate in municipal and state councils, and participate in Irati political life.

Key words: occupation and use of land, community organization, peasant community.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Estabelecimentos e área da agricultura familiar e não familiar: Brasil, Paraná, Município Irati, segundo o Censo Agropecuário 2006.	41
Tabela 2	Dados referentes ao tamanho das propriedades e área total	87
Tabela 3	- Dados referentes às opções de uso de solo para as principais culturas.	93
Tabela 4	- Dados de acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos pela ASSIS	102

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	- Localização do Município de Irati	74
Figura 02	- Mapa da hidrografia de Irati - Paraná	75
Figura 03	- Vista parcial com diversas casas em uma mesma propriedade	77
Figura 04	- Entrevista realizada pela equipe de pesquisa de investigação exploratória de comunidade	79
Figura 05	- Vista parcial da paisagem diversificada da comunidade Arroio Grande	91
Figura 06	- Lavoura de feijão orgânico em área com sinais de degradação física	94
Figura 07	- Paisagem agrícola diversificada	95
Figura 08	- Agricultor da Comunidade Arroio Grande participando da feira de sementes crioulas em Rio Azul no mês de setembro de 2014.	98
Figura 09	- Diversidade de sementes trazidas pelo agricultor para mostra e troca na feira de sementes crioulas em Rio Azul no mês de setembro de 2014	99
Figura 10	- Grupo de mulheres trabalhando na produção de pães, bolachas e macarrão.	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	-	Área de Proteção Ambiental
APP	-	Área de Preservação Permanente
ARESUR	-	Áreas Especiais de Uso Regulamentado
AS-PTA	-	Assessoria de Projetos em Agricultura Alternativa
ASSIS	-	Associação dos Agricultores Ecologistas São Francisco de Assis
CDAF	-	Compra Direta da Agricultura Familiar
CECANE	-	Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar
CNPJ	-	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPR	-	Cédula do Produtor Rural
DAP	-	Declaração de Aptidão ao PRONAF
FAO	-	Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas
FAT	-	Fundo de Amparo para o Trabalhador
FNDE	-	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GRAIN	-	Organização Internacional que apoia os camponeses e movimentos sociais em suas lutas por sistemas alimentares baseados na biodiversidade e controle comunitário
IAP	-	Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR	-	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	-	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IFPR	-	Instituto Federal do Paraná
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	-	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
NPK	-	Nitrogênio, Fósforo e Potássio
ONG	-	Organização não governamental
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PAA	-	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	-	Produto Interno Bruto
PNAE	-	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	-	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	-	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SEAB	-	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná
SNCR	-	Sistema Nacional de Crédito Rural
SNUC	-	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	TERRA: FONTE INESGOTÁVEL DE RECURSOS OU NOSSA CASA COMUM?	19
2.2	MERCANTILIZAÇÃO DA TERRA, TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA E O USO DO SOLO	26
2.2.1	O domínio do ser humano sobre a terra: a terra como mercadoria, concentrando poder e renda	26
2.2.2	Uso do solo para agricultura das descobertas de Liebig ao redescobrimento da agroecologia	28
2.3	CRISE AMBIENTAL E A BUSCA POR SOLUÇÕES	32
2.4	HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DA TERRA NO BRASIL	36
2.4.1	O processo de ocupação da terra no Brasil: das <i>plantations</i> à modernização conservadora	36
2.4.2	Ocupação e posse da terra no Paraná	41
2.4.3	O Sistema Faxinal: a ocupação coletiva da terra	43
2.4.4	O Sistema Faxinal no contexto do desenvolvimento da agricultura moderna	45
2.5	POLÍTICA AGRÁRIA, POLÍTICA AGRÍCOLA E PROGRAMAS PARA AGRICULTURA NO BRASIL	48
2.6	O USO DA TERRA NA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA: DESTINOS DA PRODUÇÃO	54
2.6.1	Agricultura camponesa x agricultura familiar	59
2.7	A COMUNIDADE CAMPONESA: ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	65
3	METODOLOGIA ADOTADA PARA A PESQUISA	74
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IRATI	74
3.2	CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESTUDADA	76
3.3	METODOLOGIA DA PESQUISA	78
4	A COMUNIDADE ARROIO GRANDE E SEUS DESAFIOS	82
4.1	OCUPAÇÃO DA TERRA NA COMUNIDADE ARROIO GRANDE	83
4.2	O PROBLEMA DA POSSE DA TERRA	86
4.3	OS DONOS DA TERRA E OS DETERMINANTES DE SEU USO	88
4.4	USO DA TERRA: TENDÊNCIAS ATUAIS	90

4.4.1	Uso da terra para atividades produtivas, moradia e para preservação	90
4.4.2	O tradicional e o moderno moldando o uso do solo a partir da agroecologia	96
4.5	USO DA TERRA E POLÍTICAS PÚBLICAS	99
4.6	PREÇO DA TERRA VERSUS PREÇO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS	104
4.7	ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E O USO DA TERRA	106
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
7	APÊNDICE A	120
8	ANEXO A	122

1. INTRODUÇÃO

O interesse na realização deste trabalho se inicia por meio de diálogos com agricultores de comunidades rurais do Município de Irati e região. Dentre estas comunidades, foram selecionados os agricultores participantes da Associação São Francisco de Assis (ASSIS) que propõem o desafio de ampliar a sua produção diversificada sem o uso de agrotóxicos. Seu objetivo é atender às demandas de comercialização de mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹ e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)², bem como a venda direta aos consumidores em feiras na cidade. Essas famílias enfrentam vários desafios dos quais destacamos: a organização dos grupos de famílias interessadas em produzir os alimentos sem agrotóxicos; a fundação de uma pessoa jurídica que possa ser a proponente dos projetos; a elaboração dos projetos e a sua gestão cotidiana; o cumprimento dos cronogramas de entrega de produtos, levando em conta a sazonalidade e os problemas climáticos associados à agricultura; organização da logística de coleta dos produtos e entrega nas instituições; fazer a transição de sistema de produção convencional para cultivos de base ecológica.

A execução de todas estas tarefas é complexa para os grupos de agricultores familiares. No entanto, o problema mais relevante, diz respeito à falta de assistência técnica voltada para a produção de base ecológica. Sem assistência técnica, os agricultores buscam nas trocas de experiências entre si o aprendizado necessário para realizar a transição de sistemas de agricultura.

A situação histórica do uso do solo tem influenciado os processos de transição para agricultura de base ecológica. Para obter uma boa produção, os agricultores precisam se preocupar com a situação atual de seus solos e planejar a recuperação da sua fertilidade.

1 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003, pelo Governo Federal, como parte integrante do Programa Fome Zero. Através do PAA, os agricultores familiares vendem a sua produção para o Governo Federal ou Estadual, para doação simultânea ou formação de estoques. As doações são realizadas para instituições que atuam com o serviço de alimentação como creches, asilos, escolas, instituições solidárias (SILVA, GROSSI, FRANÇA, 2010). Mais informações sobre o PAA serão detalhadas no item 2.5 deste trabalho.

2 O Governo Federal estabelece, através da Lei 11.947 de 2009, a aquisição de 30% dos alimentos da Merenda Escolar direto da agricultura familiar. Sobre este tema ver item 2.5.

Considerando os problemas relacionados ao uso e ocupação do solo, este trabalho terá como foco a Comunidade Arroio Grande, localizada no Município de Irati, Paraná. Essa comunidade foi escolhida para o estudo porque sintetiza uma diversidade de experiências vivenciadas pelas famílias no manejo de seu agroecossistema e também nos processos organizativos e de comercialização. Esta Comunidade foi fundada por cinco famílias, no final do século XIX, organizando-se por meio do Sistema Faxinal até meados de 1980 quando se efetivou a desagregação deste sistema, o que levou a profundas mudanças na organização produtiva das famílias.

Inicialmente, por meio de revisão de literatura, buscou-se compreender a problemática do uso da terra e da degradação ambiental, sob uma perspectiva histórica e da ocupação de terras no Brasil, no Paraná e no município de Irati. Além disso, objetivou-se compreender como as políticas públicas do Estado brasileiro influenciaram a ocupação de terras no Brasil. Também, discutimos os conceitos de agricultura familiar, de campesinato e de como estes sujeitos se relacionam com a terra, com a produção agrícola e com o mercado, para a compreensão de qual papel esses atores sociais ocupam na sociedade contemporânea.

De modo geral, compreende-se que estes sujeitos vivem em comunidades rurais, assim, as relações sociais dentro da comunidade ainda possuem elementos da cultura camponesa na qual a reciprocidade está muito presente. Para entender esta Comunidade e seu desenvolvimento discutimos os conceitos de comunidade e desenvolvimento, conceitos antagônicos, pois, um contribui para a desestruturação do outro. Como conciliar o desenvolvimento comunitário, para o fortalecimento da organização destas comunidades e para a qualificação da ação desses sujeitos para escapar de uma suposta invisibilidade histórica.

Realizadas as considerações acerca da ocupação da terra e dos sujeitos em suas atividades comunitárias, apresentamos o trajeto metodológico pelo qual se construiu o trabalho. A primeira etapa de pesquisa de campo realizou-se por meio da pesquisa exploratória de investigação da comunidade, atividade executada em colaboração com a equipe interdisciplinar da turma do mestrado, organizadas a partir de afinidades temáticas. Foram realizados contatos com representantes da

comunidade visando entrevistar os moradores mais antigos com a finalidade de conseguir dados históricos a partir de suas lembranças. A continuidade do trabalho de campo foi realizada com a aplicação de um questionário sobre a renda da terra auferida pelas famílias que vivem na Comunidade. O questionário coletou informações sobre a posse e o uso da terra, o que trará elementos para analisar o padrão de mudança da ocupação e do uso da terra na Comunidade. A partir do levantamento dos dados do questionário realizou-se entrevista semiestruturada para a busca de informações complementares ao trabalho.

1.1. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A ocupação da Região Centro Sul do Paraná ganha força em meados do século XIX. A exploração de erva mate e de madeira se somaram à prática da agricultura itinerante, o que provocou mudanças significativas do uso do solo ao longo do tempo. A utilização de implementos de preparo do solo com arações e gradagens foi se ampliando, principalmente a partir da década de 1980, com o predomínio das culturas de grãos e de tabaco (*Nicotiana tabacum*). As técnicas adotadas para essas culturas provocaram processos erosivos significativos em muitas propriedades. Devido às condições climáticas da região que apresenta chuvas abundantes distribuídas durante todo o ano predominou a erosão hídrica. Isto significa que milhares de toneladas de solo fértil foram carregados pela água da chuva para os rios, reduzindo a capacidade produtiva dos solos.

Outro fator que pode ter contribuído para a degradação dos solos é o relevo. O Município de Irati apresenta um relevo ondulado a suave ondulado, no entanto, a Comunidade Arroio Grande cercada pelos rios Preto e Água Quente apresenta paisagens onde o relevo é ondulado e fortemente ondulado, o que aliado a volumes de chuvas elevadas aumenta a velocidade da água e amplia a sua força ao carregar as partículas do solo predominando processos erosivos. Somadas a essa problemática, tem-se ainda a predominância de solos rasos³, com altos teores de silte

³ Solos rasos são solos jovens, principalmente neossolos e cambissolos, que apresentam pouca profundidade. No caso dos neossolos apresentam apenas o horizonte A que dificilmente passa de

e argila⁴ e uma tendência à compactação, o que leva os agricultores a nomear um dos grupos de solos bastante comum na região como terra branca batumadeira⁵.

A ocupação do município de Irati tem como elemento central a forte presença de pequenos estabelecimentos rurais, desde a organização do Sistema Faxinal, até a intensa chegada de imigrantes de origem europeia a partir do ano de 1907. Com a transferência da terra em herança de uma geração para outra, cada vez mais a propriedade vai sofrendo subdivisões, o que acarreta em um uso cada vez mais intensivo do solo, dificultando a recuperação das áreas com a técnica do pousio⁶, muito comum em um passado recente.

As questões levantadas podem ter acarretado degradação da fertilidade dos solos, declínio da produção das culturas e, principalmente, desafios à continuidade da agricultura familiar camponesa, com conseqüente descapitalização. Desta forma, o presente trabalho busca apresentar estudo sobre como a ocupação e o uso do solo têm influenciado esses processos de degradação do solo na comunidade e quais influências esse desgaste tem sobre a renda e a organização comunitária. Portanto, o objetivo geral do trabalho é identificar as características da ocupação e uso do solo na Comunidade Arroio Grande e suas correlações com a organização comunitária. Para tanto, destacamos ainda os seguintes objetivos específicos:

- Realizar estudo histórico sobre a ocupação e o uso de terras no Brasil, na Região Centro Sul do Paraná e na Comunidade Arroio Grande, Irati, PR.
- Diagnosticar os principais fatores que limitam os ganhos de produtividade e renda na comunidade.

0,80 metros. Os Cambissolos têm horizonte A e Horizonte B em formação, mas ainda muito incipiente.

⁴ Os componentes minerais do solo são organizados em frações de acordo com o tamanho: >0,53 mm areia, de 0,53 a 0,053mm silte e < que 0,053 mm argila.

⁵ A terra branca batumadeira foi um dos tipos de solos mais citados pelos agricultores no trabalho de Benassi (2008), pelo fato de apresentar restrições ao cultivo, devido à formação de uma crosta superficial que dificulta as atividades de preparo do solo e germinação das sementes.

⁶ O pousio é uma prática tradicional em comunidades camponesas do Estado do Paraná. Para cada área de lavoura o agricultor tem uma área em descanso para uso posterior, o que proporciona o uso de áreas com maior declividade para o uso agrícola. O período de descanso permite a renovação da fertilidade da terra, assim o agricultor vai fazendo rotação das áreas (MAZZA, 2005).

- Correlacionar a evolução do uso do solo com a evolução da organização comunitária local.

O presente trabalho está organizado em cinco partes. Na primeira está a introdução, o problema, a justificativa e os objetivos do trabalho. Na segunda, apresenta-se o referencial teórico, partindo-se da compreensão do uso da terra, mercantilização, crise ambiental, ocupação da terra no Brasil e no Paraná, formação dos faxinais, políticas públicas, desenvolvimento comunitário e a discussão da agricultura familiar e camponesa. A terceira parte apresenta a metodologia, traçando os passos pretendidos, visando alcançar os objetivos propostos. A quarta expõe as discussões acerca da realidade da comunidade Arroio Grande a partir dos instrumentos metodológicos adotados: a observação participante, o questionário e a entrevista. E, por fim, apresentam-se as considerações finais acerca do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A terra não pertence ao homem: é o homem que pertence à terra, disso temos certeza. Todas as coisas estão interligadas, como o sangue que une uma família. Tudo está relacionado entre si. Tudo quanto agride a terra, agride os filhos da terra. Não foi o homem quem teceu a trama da vida: ele é meramente um fio da mesma. Tudo o que ele fizer à trama, a si próprio fará (Carta Chefe Seattle).

2.1. TERRA: FONTE INESGOTÁVEL DE RECURSOS OU NOSSA CASA COMUM?

A Terra, nosso planeta que viaja no universo ao lado de outros planetas, é o lugar de onde parte a nossa existência enquanto seres humanos. Terra também é o nome atribuído ao chão que pisamos, onde efetivamente nos organizamos como sociedade e comunidade. É na terra que produzimos os alimentos e construímos as nossas casas. O nosso lar, nossa casa comum, também é a casa comum a muitas outras formas de vida que evoluíram ao longo da história geológica do nosso planeta. Então, qual o conceito de terra que temos? O que significa a palavra terra? Os povos originários do Brasil, segundo Jecupé (1998, p.15), “[...] tem em comum o culto e a reverência a mãe terra que ofertava e (oferta) tudo de que necessitam”. Povos originários de outras partes do mundo cultuam a terra, a exemplo disso, Capra (2012) apresenta a visão de povos que concebiam a terra, como mão nutriente, assim como os povos originários do Brasil. Gaia, a Deusa Terra era cultuada como a divindade suprema na Grécia Antiga, as sociedades da Antiga Europa cultuavam diversas divindades femininas como encarnações da Mãe Terra. O grande chefe Seattle ao analisar a oferta do presidente dos EUA de comprar sua terra, em um discurso memorável recomenda “[...] ensina a teus filhos o que temos ensinado aos nossos: que a terra é nossa mãe. Tudo quanto fere a terra - fere os filhos da terra”⁷.

A Agenda 21 é um documento resultado da realização da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento e meio ambiente, realizado no Rio de Janeiro em 1992, na qual a comunidade internacional chegou a alguns consensos a respeito das questões ambientais nas perspectivas socioeconômicas e culturais. No referido documento, encontramos o conceito de terra como uma entidade física, considerando

7 http://www.ufpa.br/permacultura/carta_cacique.htm

sua topografia e espaço. No entanto, se considerarmos uma visão mais integradora, nesse espaço físico incluem-se os recursos naturais, os solos, os minerais, a água e os seres vivos, organizados em ecossistemas, responsáveis pela sustentação da vida e da capacidade produtiva do ambiente. Sendo a terra um recurso finito e com a expansão das atividades econômicas e das necessidades humanas, as pressões sobre os recursos e os usos da terra têm aumentado, assim como, a competição e os conflitos sobre estes recursos (AGENDA 21, 2001).

Briassoulis (2000, p.1) argumenta que diferentes conceitos de terra são dados de acordo com os objetivos que se quer alcançar. Segundo a autora:

A terra é o local onde toda a atividade humana está sendo realizada e a fonte dos materiais necessários para essa realização. O uso humano dos recursos da terra dá origem ao "uso da terra", que varia de acordo com os fins a que serve, quer se trate de produção de alimentos, fornecimento de abrigo, recreação, extração e processamento de materiais, e assim por diante, bem como as características biofísicas da terra em si. Por isso, o uso da terra está sendo moldado sob a influência de dois grandes conjuntos de forças - as necessidades humanas e os recursos e processos ambientais.

A autora cita os dois conjuntos de forças que moldam o uso da terra: as necessidades humanas e os processos ambientais que estão sempre sofrendo mudanças dinâmicas. Ao buscar atender suas necessidades, as ações do ser humano podem ser benéficas ou causar impactos negativos. De acordo com Briassoulis (2000), nos últimos trezentos anos, com a substituição acelerada de florestas por culturas e pastagens, os efeitos têm sido mais negativos que benéficos. As mudanças no uso da terra tanto espaciais quanto ao longo do tempo, expressam as dinâmicas ambientais e humanas e suas interações mediadas pela terra. Tais mudanças causam preocupação, pois, podem afetar os processos ambientais, contribuindo para ampliar os problemas ambientais, como a desertificação, a perda da biodiversidade, a eutrofização, a acidificação, as alterações climáticas, o efeito estufa, dentre outros problemas de menor visibilidade.

Várias áreas do conhecimento têm se colocado o objetivo de estudar as mudanças no uso da terra, como as ciências da vida e da terra e as ciências humanas e sociais. A necessidade de avançar na produção de um conhecimento abrangente e

holístico tem levado a um diálogo destas dimensões do conhecimento rumo à interdisciplinaridade (BRIASSOULIS, 2000, p. 2).

Várias possibilidades de estudo das mudanças no uso da terra são apresentadas por Briassoulis (2000), tais como descrever, explicar, fazer previsões, fazer avaliação de impacto, prescrever e avaliar.

Os estudos descritivos das mudanças no uso do solo são muito importantes, porém, a descrição pode ser insuficiente para a tomada de decisões o que traz a necessidade de se fazer a análise explicativa da realidade.

Na análise explicativa são apresentadas as causas destas mudanças ocorrerem o que exige um recorte espacial e temporal. As análises explicativas espaciais podem considerar as mudanças globais ou locais. As análises temporais podem considerar períodos históricos longos ou curtos, por meio dos quais se contribui para a previsão e mudanças futuras no uso da terra.

Os estudos de avaliação de impacto são importantes na avaliação das políticas implementadas para solucionar os problemas decorrentes das mudanças no uso do solo em uma região. Em geral, sua execução tem por objetivo buscar a sustentabilidade dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável das comunidades, pois as mudanças no uso da terra podem provocar impedimentos à sustentabilidade, devido à degradação do solo, desertificação e despovoamento. Os efeitos negativos das mudanças no uso do solo estão associados à redução dos capitais natural, econômico, humano e social disponíveis para as gerações futuras.

Os estudos prescritivos são realizados a partir de uma perspectiva normativa, com o objetivo de atingir o cumprimento de metas específicas, assim como, “indicar padrões de uso associados com a preservação ambiental, a prosperidade econômica, o bem estar e equidade social”. E, finalmente, a avaliação das mudanças ocorridas no uso do solo no passado, presente ou futuro, a partir de critérios de degradação ambiental ou melhoria, empobrecimento ou crescimento, entre outros (BRIASSOULIS, 2000, p. 5).

Mas o que é o uso da terra? Em síntese, a autora mostra que a terra é um recurso e que o seu uso denota o emprego humano da terra, para finalidades determinadas por uma família, uma comunidade ou uma nação. Como exemplo, as

terras atualmente utilizadas para agricultura, podem ter usos para produção de grãos, hortas, lavouras perenes, recreação, turismo ou mesmo uma mistura destes usos, assim, a autora diferencia o que é cobertura da terra de uso da terra. Quanto à cobertura florestal da terra, pode ser um ecossistema natural, uma floresta explorada extrativamente de forma sustentável, áreas de recreação e turismo ou mesmo uma mistura de usos (BRIASSOULIS, 2000, p. 11).

Todavia, as mudanças no uso da terra, resultam de duas questões centrais: os fatores que impulsionam a mudança e os impactos ambientais e socioeconômicos destas mudanças. Quanto aos condutores que impulsionam as mudanças no uso da terra, considera-se os condutores biofísicos e os socioeconômicos. Os condutores biofísicos resultam das características e processos ambientais como: as variações do tempo e clima, relevo, topografia e processos geomorfológicos, erupções vulcânicas, sucessão ecológica, tipos e processos de solo, padrões de drenagem, enfim, a disponibilidade de recursos ambientais, influenciando como ocorre a cobertura da terra e indiretamente no uso da terra. Os condutores socioeconômicos dizem respeito à população e suas variações, estrutura industrial e mudança, a tecnologia e as mudanças tecnológicas, a família, o mercado, os vários organismos do setor público e as políticas relacionadas (sociais, econômicas, políticas e institucionais e regras demográficas), valores, organização comunitária e as normas, regime de bens.

Briassoulis (2000) explica que, aumentou recentemente o interesse em estudar as mudanças no uso da terra, isto porque os impactos negativos são muito evidentes. Fenômenos ambientais de grande escala afetam as populações humanas como a degradação do solo, a desertificação, a perda da biodiversidade, destruição de habitats e introdução de espécies exóticas, todas elas causadas pela mudança do uso da terra. Os impactos socioeconômicos estão relacionados com a segurança alimentar, a escassez de água, o deslocamento de populações e também as questões de segurança humana e vulnerabilidade frente aos riscos naturais e tecnológicos.

O uso da terra tem servido basicamente aos interesses da humanidade, principalmente nos três últimos séculos com a racionalidade científica. O marco conceitual de mudança na produção do conhecimento ocorre a partir da Revolução Científica do século XVI. Segundo Souza Santos (2008), uma nova racionalidade

científica se estabelece, uma nova visão de mundo e da vida. O autor fala de um mundo pensado a partir de uma verdade absoluta do conhecimento científico e uma dicotomia entre o ser humano/natureza, mente/corpo, natureza/cultura, humano/animal. O ser humano visa dominar e controlar a natureza que é passiva, eterna e reversível funcionando como uma máquina sob a forma de leis que deveriam ser descritas sob caracteres geométricos. O antigo conceito de terra mãe nutriente foi completamente substituído pela metáfora de mundo como máquina, a partir dos escritos de Francis Bacon (CAPRA, 2012). De um modo geral, o ser humano se apresenta como uma espécie superior com sua racionalidade e com direitos totais sobre o uso da terra.

Na concepção dos pensadores racionalistas a terra passa a ser estudada e utilizada de forma que ela possa atender a todas as vontades humanas ao contrário dos povos originários que utilizavam a metáfora da terra-mãe. Nesta nova concepção, a terra deve ser torturada até que ela nos revele todos os seus segredos. A natureza deve ser dominada, apropriada, controlada. Capra (2012) tem contribuído para que ampliemos a nossa visão sobre a terra com base em uma concepção holística em contraposição à reducionista e cartesiana herdada dos racionalistas e positivistas. O autor nos chama a atenção sobre aspectos filosóficos importantes que contribuem para ampliar a nossa concepção sobre o mundo e a sociedade. A ciência da ecologia tem contribuído muito para isso, aos poucos a visão de máquina, vai perdendo o sentido frente às novas descobertas da ecologia, da física e da paleontologia que reforçam a compreensão da terra como um sistema que evolui a partir das relações entre os seres vivos e o seu ambiente.

A terra, ou o solo, fonte de recursos naturais, vem sendo utilizada na obtenção de riquezas e muito pouco tem sido feito para amenizar os danos acumulados pelo uso indevido. Na agronomia clássica a partir da Lei do Mínimo de Liebig⁸ a terra passa a ser considerada como suporte inerte para as raízes das plantas cultivadas. Atualmente, com os saberes da ecologia ampliou-se o conceito de solo, entende-se que este "é a fina camada que cobre a maior parte da superfície da terra, onde o

8 Formulada por Justus von Liebig em 1885, base do desenvolvimento da química na agricultura, válida até os dias atuais, preconiza que se um único elemento químico for deficiente os outros não poderão atuar normalmente. Por exemplo, se o solo estiver compactado haverá falta de oxigênio que afetará a produção (PRIMAVESI, 2009).

mundo vivo encontra o mundo mineral em uma relação dinâmica” (THOMPSON e TROEH, 2007, p.15). A partir da compreensão de que a terra é uma fina camada, frágil, possível de ser degradada, e resultado dessa interação dinâmica com o mundo vivo, amplia-se a preocupação com este bem da natureza fundamental à nossa sobrevivência.

Dos vários usos da terra, significativamente o agrícola tem uma importância muito grande, visto a quantidade de terras convertidas para a agricultura no mundo e no Brasil. A utilização do solo para a agricultura tem ocasionado um processo de degradação sem precedentes. Weid (2009) afirma que desde o fim da Segunda Guerra Mundial foram degradados no mundo cerca de dois bilhões de hectares de solos. Isto representa 22,5% dos solos disponíveis para agricultura, pastagens e florestas. O que houve com a agricultura para, em tão pouco tempo, degradar áreas tão significativas? A resposta para esta questão pode estar relacionada à modernização ocorrida na atividade agrícola que ampliou a substituição das florestas por áreas agrícolas com grandes monoculturas para atender à indústria. Também, a substituição do trabalho humano pela maquinária ampliou a produtividade do trabalho e dispensou grande contingente de trabalhadores rurais que migraram para as cidades. Antes de migrarem para as cidades esses trabalhadores eram agricultores, que apesar das suas dificuldades manejavam os seus agroecossistemas a partir de saberes e conhecimentos acumulados ao longo de gerações, agora dependem de alimentos produzidos por outros agricultores.

Como a degradação da terra tem acelerado com a modernização da agricultura, cada vez mais instituições internacionais têm chamado os cientistas e políticos para discutir esta problemática. Uma iniciativa para debater a economia da degradação da terra foi realizada pela Organização das Nações Unidas - ONU, que passou a discutir os custos da degradação da terra e a necessidade de investir para formas mais sustentáveis de uso da terra. Os custos para evitá-la são menores que os custos sociais, ou mesmo, dos investimentos para a recuperação destas áreas.

Juntamente à degradação da terra está a degradação da biodiversidade e a perda da diversidade cultural dos seres humanos, ambas resultado de um modelo capitalista que concentra os bens da natureza na forma de riquezas pessoais para

uma minoria da humanidade. Souza Santos (2004) chama a nossa atenção para o desperdício da experiência que o pensamento ocidental tem proporcionado, valoriza-se muito o que é contemporâneo, no entanto, quem determina o que é contemporâneo? O autor explica que existe uma relação hierárquica e de poder de quem estabelece o tempo do que é a contemporaneidade. Assim, o modelo hegemônico de agricultura é mecanizado, baseado no uso intensivo de fertilizantes solúveis e agrotóxicos, de sementes transgênicas, em grandes áreas de monocultura voltadas para exportação. Esse é o único modelo de agricultura? Outros modelos coexistem? Para Souza Santos (2004), a contração do presente desperdiça uma inesgotável riqueza de experiências sociais humanas, resultado da arrogância de não querer ver e valorizar essas experiências somente porque está fora da razão pela qual podemos identificar e valorizar. Como seres humanos podemos reinventar o presente, ampliado pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências, traduzindo as diferentes experiências, para que elas possam mostrar as diferentes opções que temos enquanto seres humanos como possibilidade de um futuro melhor.

Escolher entre a continuidade do domínio do ser humano sobre a terra e sobre as outras espécies, ou avançar na compreensão de uma relação de interdependência, uma alteração neste sentido exigirá do ser humano uma mudança de paradigma do reducionista cartesiano para um paradigma sistêmico/holístico (CAPRA, 2012). São questões importantes trazidas pela ciência da ecologia, da física e da paleontologia que nos remetem a uma reflexão sobre a nossa relação enquanto espécie com a terra.

2.2. MERCANTILIZAÇÃO DA TERRA, TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA E O USO DO SOLO

2.2.1. O domínio do ser humano: a terra como mercadoria, concentrando poder e renda

A superfície da terra enquanto uma parte da totalidade da natureza que compõe o nosso mundo, mesmo não sendo reprodutível como todas as outras mercadorias ganha tal status, assim como o trabalho e passam a ser comercializadas no mercado.

Por que isto ocorre? O que aconteceu em nosso passado recente que proporcionou as condições para tal institucionalização da terra como mercadoria?

Para Berger e Luckmann (2003), o pensamento humano sofre as influências ideologizantes de seu contexto social. Os autores ressaltam o fato de que pensamos a partir do contexto social que vivemos e somos influenciados pela forma como a sociedade se organiza. No sistema capitalista, tudo é transformado em mercadoria, todos os tipos de troca acontecem a partir de uma relação mercantil. Dessa maneira, a terra ganha status de mercadoria na sociedade capitalista e a sociedade se adapta a este conceito de terra como mercadoria. Essa adaptação chega ao ponto de naturalizar esta relação, as pessoas acreditam que é natural a terra ter dono e o dono a usar como achar conveniente.

Busquemos a resposta em Marx (1988) e em sua teoria da acumulação primitiva do capital. Antes dos cercamentos⁹ na Inglaterra, os bens necessários à sobrevivência eram bens comunais usados coletivamente. O solo no sistema feudal era dividido com o maior número de indivíduos possível. É nas primeiras décadas do século XVI com o aumento do preço da lã, que a disputa pelo uso da terra se acentua, a pastagem substitui as áreas de cultivo. Os camponeses despojados dos seus meios de subsistência (a terra, a vegetação, a caça) não possuem mais meios de sobreviver. Desta forma são obrigados a vender sua força de trabalho, agora, o único recurso que lhes resta. Assim, com o advento da sociedade capitalista, em muitos países a população camponesa vai sendo expropriada de suas terras.

A acumulação primitiva pode ser identificada com uma série de ações que proporcionaram as condições para o desenvolvimento capitalista na agricultura. O saque dos bens eclesiásticos, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, o embargo às propriedades comunais, a transformação usurpadora e efetuada sob um regime de terror das propriedades feudais e coletivas dos clãs em propriedades privadas modernas, foram estas as ações e métodos da acumulação primitiva. Eles

9 O cercamento é a denominação dada ao processo de expropriação da terra de camponeses livres, na Inglaterra, entre os séculos XVI e XVIII, como objetivo de garantir a propriedade da terra para os senhores feudais agora capitalistas. Esse período caracteriza a transição do feudalismo para o capitalismo. Com os cercamentos a pauperização da população foi tão intensa que a Rainha Elizabeth em seu 43º ano de reinado, instituiu um imposto para os pobres, a exposição dos motivos deste imposto era tão vergonhosa que a lei não possuía preâmbulo, ou seja, não tinha a exposição dos motivos para a qual foi criada (MARX, 1988).

prepararam o terreno para a agricultura capitalista, incorporaram o solo e a terra ao capital e criaram para a indústria das cidades a possibilidade de se procurar operários entre os proletários despojados de tudo (MARX, 1988).

Em síntese, a acumulação primitiva do capital ocorre devido à expropriação que é um processo histórico de separação entre produtor e os seus meios de produção (MARX, 1988). A expropriação da terra dos camponeses é a base de toda a acumulação primitiva do capital. Para Brandão (2010) a acumulação primitiva não é um fato apenas presente na gênese do capitalismo, a usurpação e a apropriação da propriedade social por uma minoria têm características contínuas ao longo da história desse sistema. A acumulação primitiva na atualidade ocorre por dois processos: a espoliação e a expropriação. A espoliação ocorre por meio da destruição de formas de existência que abrem caminho para a acumulação, proporcionando as condições para a autovalorização permanente de capital. Já a expropriação faz parte das estratégias de controle do território e dos recursos naturais presentes nele em que a supressão de comunidades indígenas e camponeses de suas atividades domésticas e solidárias ocorre como forma de aumentar o controle dos territórios pelo capital, muitas vezes, sustentado pelo próprio Estado ou organismos internacionais.

Martinez (2006) avaliando a história ambiental do Brasil ressalta que a organização social e econômica da produção do Brasil Colônia esteve sustentada pela espoliação dos recursos do solo virgem, das matas, dos rios, plantas e animais como um estímulo à acumulação primitiva do capital, atuando como uma alavanca ao capitalismo em formação. Assim também ocorre com a ocupação e o uso do solo, que esteve a serviço da concentração da riqueza e da expropriação dos povos originários e caboclos.

Para Brandão (2010) a história brasileira resulta de movimentos nos quais todas as heterogeneidades e as diversidades produtiva, urbana, social e ambiental estiveram subordinadas à lógica econômica da valorização imediatista, rentista e patrimonialista. O uso do território é marcado pela descartabilidade de pessoas, territórios e instituições, criando uma hegemonia de cúpulas políticas mercantis, sedimentadas na terra, com apelo patrimonialista orgânico com a terra-propriedade, gerando desequilíbrios e assimetrias, com a continuidade e rigidez das desigualdades

sociais e econômicas presentes no país. O autor ressalta as duras marcas do atraso estrutural ocasionada pela forma de exploração adotada, refletindo na formação de duas classes distintas: uma classe por baixo, com baixo potencial transformador, destituída de direitos e de propriedade e uma classe por cima, “arraigada em formas mercantis, patrimonialistas, financeirizadas, usurárias e rentistas descompromissadas com o povo e a nação” (p. 49).

No entanto, o processo de urbanização e concentração da população nas cidades no Brasil é um fenômeno que se inicia com a abolição dos escravos em 1888 e se acentua com a modernização da agricultura a partir da década de 1960. A modernização da agricultura aumentou a produtividade do trabalho e reduziu o valor dos produtos agrícolas, beneficiando as médias e principalmente as grandes propriedades, pela escala de produção, mas, aos poucos vem empobrecendo os pequenos agricultores que possuem pouca terra.

2.2.2. Uso do solo para agricultura: das descobertas de Liebig ao redescobrimento da agroecologia

A agricultura é considerada uma das atividades mais antigas da humanidade. Estima-se que essa prática tem mais de 10 mil anos, sendo o cultivo de trigo nos vales dos Rios Tigre e Eufrates (atual Iraque) o berço da agricultura (MAZOYER e ROUDART, 2010). Configura-se como atividade fundamental para o desenvolvimento e queda das grandes civilizações antigas (sumérios, gregos, romanos, maias, astecas) e de grande relevância para as sociedades modernas.

O grande desenvolvimento tecnológico dos últimos 150 anos relegou o trabalho de ser agricultor a uma atividade mecânica em que o conhecimento é construído “fora da porteira” e ser agricultor se transformou em uma profissão desvalorizada e pouco interessante para os jovens. Todo o conhecimento acumulado por inúmeras gerações no manejo da agricultura foi aos poucos sendo depreciado, esquecido e substituído pelos produtos e serviços oferecidos pelo mercado. O resultado do trabalho do

agricultor deixa de ser alimento e passa a ser matéria-prima para a indústria que produzirá os “alimentos” para a sociedade.

A artificialização da agricultura a inseriu no contexto do desenvolvimento do capitalismo no campo. O agricultor mudou a sua matriz produtiva, o que desencadeou um grande aumento da produção total de alimentos, mas os custos ambientais e sociais foram muito altos. Compreende-se como um marco importante deste desenvolvimento tecnológico foi a utilização dos fertilizantes solúveis com a descoberta da importância dos macronutrientes, o NPK (Nitrogênio, Fósforo e Potássio) (PRIMAVESI, 2009). Também a síntese industrial da ureia ampliou o uso destes fertilizantes solúveis. Da mesma forma, a utilização em grande escala deste tipo de adubação contribuiu já no início do século XX para baixar a resistência das plantas às pragas e doenças (CHABOUSSOU, 2006). Como exemplo, temos na Alemanha o uso do Arsênico (inseticida altamente tóxico) visando combater estes insetos, comumente denominados de “pragas”.

Com o desenvolvimento de máquinas e implementos aumentou-se muito a produtividade do trabalho, todavia, já nos idos de 1930 nos Estados Unidos da América presenciou-se o que alguns autores chegam a classificar como uma catástrofe devido à degradação dos solos, que ficou conhecida como “Dust bowl”¹⁰. Os solos cultivados com grãos e manejados com arado e grade ficaram pulverizados e foram carregados pelo vento, causando erosão eólica, nuvens de poeira que viajavam centenas de quilômetros destruindo o que havia pela frente (TUFFANI, 2010).

Com as catástrofes aprende-se que há limites para a exploração e uso dos solos. Mas as mesmas tecnologias que causaram grande impacto e crise nos EUA em 1930 passam a ser adotadas e amplamente estimuladas em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos na chamada “Revolução Verde” a partir da década de 1960. Segundo Primavesi (2009), as tecnologias do trator e do arado são

10 Conhecida como *Dust bowl*, a erosão causada pelo vento, afetou as regiões do Sudeste do Colorado, Sudoeste do Kansas e parte do Texas, de Okhlaroma a Nordeste do Novo México nos Estados Unidos entre as décadas de 1930 a 1940. Grandes nuvens de poeira se formaram encobrindo cidades inteiras, levando grandes contingentes populacionais a migrarem, em busca de melhores condições de vida. Grandes áreas de pastagem foram convertidas para agricultura, o que somado à estiagem desencadeou os processos erosivos (TOWNSEND, BEGON, HARPER, 2008).

adequadas para os solos do clima temperado que precisam ser revirados para que se aqueçam mais rapidamente para o plantio.

Estima-se que o Brasil possui cerca de 140 milhões de hectares de terras degradadas (SPITZCOVSKY, 2009). Este é um tema que não entra ou é tratado de forma incipiente na agenda das políticas públicas enquanto existir fronteira agrícola a ser explorada. Assim, os biomas Cerrado e Floresta Amazônica vão se transformando em áreas agrícolas, visto que o bioma Mata Atlântica já foi quase todo incorporado e a Caatinga apresenta restrições ambientais.

No Brasil, quase 4 milhões de famílias são consideradas parte da agricultura familiar camponesa, representando 84,4% dos estabelecimentos rurais, todavia, estas famílias, detém apenas 24,3% das terras agrícolas (IBGE, 2014). De modo geral, os estabelecimentos com áreas menores são mais afetados quando suas áreas se encontram degradadas. Não há recursos ou fronteiras agrícolas que possam ser transpostas nesta situação, sem contar que nestas pequenas propriedades há limitações de espaço, sendo que as técnicas agrícolas adotadas podem colaborar para acentuar os processos de degradação dificultando a manutenção da “saúde do solo”.

O estudo de Mazza (2006) sobre o uso da terra no entorno da Floresta Nacional de Irati mostra que boa parte do território dos municípios de Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Imbituva e Irati estão ocupadas com áreas de capoeiras e mata nativa. Assim a cobertura da terra com capoeiras representa 42% do total, mata nativa representando 32%, áreas de várzeas totalizam 9% e cultivos agrícolas são de 8,4%, os outros usos são de reflorestamentos e solo nú. Há áreas significativas de capoeira e floresta nativa, representando 74% da área total das propriedades. O autor associa esta situação de uso de solo a uma prática ainda presente na região de uso da terra por meio de pousio para a recuperação da fertilidade do solo.

Wanderley (2009) avalia que a agricultura familiar camponesa está no centro de questões fundamentais para a sociedade, entre elas, a preservação da natureza, a quantidade e a qualidade dos alimentos, as demandas de segurança alimentar, a adequação dos processos produtivos e a equidade das relações de trabalho. Além disso, o modo de vida camponês contribui para afirmar novas configurações da vida

social, os processos organizativos das famílias camponesas, saindo do isolamento, tal modo de vida se torna uma opção também para as populações empobrecidas que vivem na cidade.

As críticas ao modelo da “Revolução Verde” formam as bases para o surgimento da Agroecologia. Segundo Gliessmann (2000), a agroecologia “[...] é a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo dos agroecossistemas sustentáveis”. Altieri (2012) propõe que a agroecologia deve levar em conta dimensões sociais, econômicas e ecológicas, enfatizando a importância dos camponeses e os seus conhecimentos para uma agricultura realmente sustentável. Analisando agroecossistemas tradicionais no México, Gliessmann (2000) nos mostra a alta produtividade destes sistemas baseados na consorciação de culturas, manejo de pousio, plantas adubadeiras, como é o caso do cultivo de feijão, milho e abóbora e o mais importante: a manutenção de alta produtividade a longo prazo.

Caporal e Costabeber (2004, p. 19) propõem que a sustentabilidade dos agroecossistemas a partir da agroecologia deverá estar fundamentada em multidimensões que superam em muito a questão da técnica, reforçando a importância da agroecologia num contexto multidisciplinar:

Como enfoque científico e estratégico de caráter multidisciplinar, a Agroecologia apresenta a potencialidade para fazer florescer novos estilos de agricultura e processos de desenvolvimento rural sustentáveis que garantam a máxima preservação ambiental, respeitando princípios éticos de solidariedade sincrônica e diacrônica.

A partir das considerações dos autores acima, pode-se considerar que o grupo com grande potencial para a adoção da agroecologia são os agricultores familiares camponeses. A agroecologia como uma ciência muito recente, pode contribuir para atenuar os problemas gravíssimos pelos quais a modernidade tem nos conduzido. O modelo de sociedade atual dependente dos combustíveis fósseis tem colocado desafios muito grandes rumo à superação de uma crise ambiental que se avizinha.

2.3. CRISE AMBIENTAL E A BUSCA POR SOLUÇÕES

O ano de 2014 foi escolhido pela Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Esta decisão foi tomada por entender que a agricultura familiar tem um papel muito importante para a segurança alimentar mundial, devido à produção diversificada de alimentos, que dinamizam as economias locais e podem contribuir para a preservação da biodiversidade, fatores tão importantes, na atualidade, para o enfrentamento da crise civilizatória que está colocada (FAO, 2014).

Weid (2009) destaca os tipos de crises que se interconectam e se estimulam mutuamente. A primeira e mais grave na visão do autor é a energética, pois os combustíveis fósseis que fornecem quase 80% da energia no mundo estão chegando ao seu ápice de produção, o que poderá em curto prazo acarretar em aumentos de custos de extração e conseqüentemente aumento de preços. A segunda crise está relacionada com o aquecimento global, que poderá causar modificações no clima do planeta o que tornará a vida na terra muito penosa. A terceira resulta da destruição dos recursos naturais renováveis: a água, o solo e a biodiversidade. A quarta é decorrência do esgotamento das reservas de fósforo, elemento fundamental para a agricultura convencional no mundo. E, finalmente, a quinta crise enfrentada na atualidade, na visão do autor é o esvaziamento das zonas rurais e a urbanização desenfreada. Esta crise contribui para a destruição de saberes e práticas no manejo dos agroecossistemas que poderiam ser preciosos para o futuro da humanidade, além disso, aumenta a marginalização social nas grandes cidades. Soma-se a esta problemática do êxodo rural a questão do crescimento populacional no mundo.

Fernandez (2000) aborda o tema sobre o crescimento da população humana, que era de 2 bilhões em 1930 e passou a 6 bilhões em 1999, com certa preocupação. A questão central não é o crescimento da população, com relação aos recursos conforme defendido pelas teorias malthusianas, mas a forma como ocorre a apropriação dos recursos naturais e sua conseqüente distribuição entre a população do planeta Terra. O autor observa que o maior crescimento populacional, tem ocorrido nos países pobres ou em desenvolvimento, o que agrava a pressão sobre os recursos naturais. O autor apresenta uma discussão muito importante sob o ponto de vista

ecológico ao afirmar que estamos hipotecando o planeta pela utilização de recursos que deveriam ser preservados para o futuro. O autor ainda levanta a questão das desigualdades sociais, visto que as tecnologias produzidas acentuam a tendência de concentração da riqueza entre países e dentro da maioria dos países. Assim, a maior parte da população mundial vive em condições de pobreza e destes, quase um bilhão tem problemas para acessar até o alimento básico para a sua sobrevivência. Espera-se que o planeta possa chegar à transição demográfica que equivale à estabilização do crescimento populacional e que aprendamos a utilizar os recursos naturais de forma mais sustentável, justa e equitativa. (FERNANDEZ, 2000).

Entretanto, o planeta Terra enfrenta um grande problema de desigualdade no acesso aos bens e serviços produzidos coletivamente o que tem levado populações inteiras à fome e à miséria. Somado ao problema de distribuição dos bens produzidos socialmente, há que se acrescentar a degradação destes recursos, como floresta, solos, água, que podem comprometer o bem estar das populações.

Brown (2003) cita que a causa principal da queda de grandes civilizações antigas como os sumérios e os maias está ligada a “um declínio no suprimento alimentar”, possivelmente, resultado de crise ambiental. O autor discute o grande avanço econômico que vivemos nos últimos dois séculos, em contraste com os grandes problemas ecológicos que estão colocados e como a sua gravidade nos conduz rumo a uma economia autodestrutiva. O uso intensivo dos combustíveis fósseis, a incorporação de áreas de florestas nativas para a agricultura e o próprio modelo de agricultura altamente dependente do petróleo têm acelerado a emissão de gases causadores do efeito estufa principalmente o gás carbônico e o metano na atmosfera o que tem acarretado o aquecimento global, causando modificações no clima do planeta.

As alterações no uso da terra se acentuaram a partir das tecnologias desenvolvidas para o manejo dos solos causando diferentes níveis de degradação deste precioso recurso. A erosão eólica, nos Estados Unidos na década de 1930, foi um alerta de que áreas mais frágeis não devem ser incorporadas à agricultura. Mais recentemente, na China, fenômenos de erosão eólica, são resultados de incorporação de áreas frágeis para a agricultura, com o manejo de gradagem e pastagem excessiva,

estas áreas tornam-se áridas e o precioso solo é carregado pelo vento. Um terço das áreas agrícolas do mundo está sofrendo degradação na sua camada mais fértil o que provoca perdas de produção significativas (BROWN, 2003).

O Brasil registrou grandes perdas de solo por erosão hídrica, principalmente após a adoção do modelo industrial de agricultura¹¹ a partir da década de 1960. Nas regiões tropicais, como é o caso da maior parte do Brasil, com chuvas intensas, grande quantidade de radiação solar e calor, a aração e gradagem causaram perdas de mais de 100 toneladas de solo por hectare (MERTEN, 1994).

A definição de modelos de agricultura pelo Estado Brasileiro implica modificações importantes em toda a sociedade, a homogeneização tecnológica imposta à agricultura vem sistematicamente destruindo saberes sobre o manejo dos agroecossistemas ao redor do mundo (MARTINEZ, 2006). A concentração da população nas cidades vem acompanhada de uma ideologia socialmente construída, reforçando uma dicotomia entre a cidade e o campo. A cidade é reconhecida como “o lugar da liberdade, da novidade e do progresso”, em contraponto ao campo visto “como o lugar da comunidade e da tradição e, por extensão como o lugar de atraso (SAUER, 2010, p.12). Esta concepção dicotômica moderna influencia os papéis do campo e da cidade sendo esta, local privilegiado onde está a indústria, enquanto aquele tem o papel de produção de matéria-prima para a indústria, as cidades são polos irradiadores de mercadorias e tecnologia. A opção do Estado Brasileiro pela modernização da agricultura prioriza a monocultura, o campo sem camponeses, sem gente.

Portanto, considerar o ano de 2014 como o ano Internacional da Agricultura Familiar, proporciona um debate que pode suscitar ações práticas e contribuir para melhorar as condições de trabalho e acesso destes trabalhadores a melhores:

[...] condições agroecológicas e as características territoriais; ambiente político; acesso aos mercados; o acesso à terra e aos recursos naturais; acesso à tecnologia e serviços de extensão; o acesso ao financiamento; condições demográficas, econômicas e socioculturais; disponibilidade de educação especializada (FAO, 2014).

11 Agricultura do tipo capitalista e de grande escala, baseado no capital financeiro e industrial cuja meta é a maximização da produção e do lucro. A produção é altamente especializada e orientada para o mercado (PLOEG, 2008). A sua implementação contou com o apoio de programas governamentais a partir da década de 1960 no Brasil.

Um estudo recente lançado pela organização não governamental GRAIN¹² (2014), mostra os dados do uso da terra agrícola no mundo e questiona a veracidade dos dados utilizados pela FAO, de que a maior parte das terras agrícolas está sob o controle de famílias camponesas. Segundo o estudo, 90% dos estabelecimentos agrícolas do mundo são considerados pequenas propriedades, mas estes, detêm apenas um quarto da terra agrícola do mundo, porém, mesmo fazendo o uso de apenas um quarto das terras, produzem mais da metade dos alimentos consumidos no mundo. O relatório apresenta a contradição das ações dos Estados. Estes reconhecem que mais da metade dos alimentos produzidos no mundo vem da pequena propriedade, mas quando discutem as saídas para a fome no mundo, sempre buscam a solução a partir do apoio à concentração de terra, na agricultura industrial, monocultura e transgenia, o que exclui as pequenas propriedades ao redor do mundo. As principais conclusões do estudo da GRAIN são:

Hoje em dia, a grande maioria das propriedades do mundo são pequenas propriedades camponesas e estão ficando cada vez mais pequenas. Atualmente, as pequenas propriedades têm menos de um quarto do total de toda a terra agrícola mundial.

Estamos perdendo rapidamente propriedades e agricultores em muitos lugares, no entanto, as grandes propriedades se tornam cada vez maiores. As propriedades camponesas e indígenas seguem sendo as maiores produtoras de alimentos no mundo. Em conjunto, as pequenas propriedades são mais produtivas que as grandes.

As mulheres constituem a maioria do campesinato indígena e não indígena (GRAIN, 2014, p. 4).

Em tempos de crise ambiental, uma preocupação fundamental dos países seria em garantir alimentos saudáveis produzidos em solos férteis buscando a soberania e a segurança alimentar¹³ de suas populações. Resgatando dívidas relevantes do passado com estes trabalhadores como o seu direito de acesso à terra. Costa (2010) discute que a garantia do direito à soberania e à segurança alimentar e nutricional passa pela valorização da agricultura familiar camponesa e o respeito pelas suas culturas e a diversidade de modos camponeses. Maluf (2010) discute que quanto

12 GRAIN é uma organização internacional fundada na década de 1980, que apoia os camponeses e os movimentos sociais em suas lutas por sistemas alimentares baseados na biodiversidade e controle comunitário. <<http://www.grain.org/es/pages/organisation>>

13 “A soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) é o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito regular e permanente a uma alimentação saudável, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente à luz do direito humano a alimentação adequada e saudável para toda a população” (COSTA, 2010, p. 26).

maior a desigualdade social de um país, maiores os desafios para a garantia da segurança alimentar das populações. Assim, entendemos que o olhar para a história da ocupação do território brasileiro mostra acessos desiguais aos recursos naturais do país.

2.4. HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DA TERRA NO BRASIL

2.4.1. O processo de ocupação da terra no Brasil das *plantations* à modernização conservadora

A ocupação e uso da terra no Brasil ocorre a partir de ciclos econômicos ligados ao extrativismo (pau-brasil, ouro, erva mate) e das *plantations*, ou seja, culturas voltadas para atender às demandas do mercado internacional: cana, café, cacau, fumo. Garcia (2003) explica que os movimentos da *plantation* controlam a apropriação do espaço físico brasileiro. Prado Júnior (1992) apresenta a colonização do Brasil com o aspecto de uma grande empresa comercial para explorar os recursos naturais do território virgem beneficiando o comércio europeu. O autor ressalta a importância de compreender o objetivo da colonização brasileira: a economia colonial se articulará numa organização puramente produtora, mercantil, com o colono branco a especular, realizar um negócio, a partir do trabalho do indígena e do negro escravizados, influenciando profundamente a estrutura econômica brasileira. O autor denomina este processo de sentido da colonização.

Segundo Prado Júnior (1992) a exploração do pau-brasil será breve até a extinção da madeira e não contribuirá para a ocupação do território brasileiro. Sendo assim, o rei de Portugal dividirá o território brasileiro em doze grandes faixas do litoral para o interior, denominadas de capitanias hereditárias, que com exceção de Pernambuco e Bahia, e em segundo plano São Vicente, todas fracassarão. O interesse destes donatários era implantar a lavoura da cana-de-açúcar, e entre os seus poderes estava a distribuição de terras, em grandes extensões aos colonizadores interessados, lançando as bases da formação agrária brasileira: a da grande propriedade e da monocultura.

Assim, as melhores terras são destinadas à cultura da cana. Prado Júnior (1992) estima esse período em cento e cinquenta anos, resta ao caboclo e ao indígena as terras marginais à grande lavoura, assim como, a tarefa subsidiária de produzir os bens necessários à manutenção da grande fazenda, entre eles os alimentos. O processo de colonização do Brasil retrata um pouco o que foi a espoliação dos recursos naturais. A exploração do ouro, segundo Prado Júnior (1992), durou três quartos de século, sendo que no final do século XVIII, o ouro já se encontrava escasso. O autor destaca que a busca por este metal precioso contribuiu para ampliar o povoamento do Brasil, mudando inclusive a capital da Bahia para o Rio de Janeiro. Os ciclos da madeira, do café e da soja, aceleraram a retirada da cobertura florestal contribuindo assim para o empobrecimento e degradação do solo (PRADO JÚNIOR, 1992; MARTINEZ, 2006).

A ocupação da terra no Brasil ocorre a partir da ideia da propriedade privada, desde os primórdios da colonização. Apenas pessoas com privilégios poderiam receber uma concessão de terras direto da coroa portuguesa. Primeiramente, as concessões eram denominadas de capitânicas hereditárias, que após falharem na ocupação do território foram substituídas pelas Sesmarias, forma de ocupação que reinou até meados do século XIX, considerando que as terras eram propriedade da Coroa Real de Portugal.

Com a iminência da libertação dos escravos, o governo faz a primeira Lei de Terras¹⁴ do Brasil segundo a qual a terra só poderá ser adquirida mediante a compra em dinheiro. Fernandes, Welch e Gonçalves (2014) destacam que os latifundiários resistiram à aplicação da lei até o final do século XIX e com o poder político que detinham estavam interessados em impedir uma “via camponesa” com a possibilidade dos sem-terra da época comprarem terras. Destaca-se ainda a chamada grilagem¹⁵

14 A Lei nº 601 de 1850 estabeleceu um novo regime de propriedade da terra em que a terra só poderia ser obtida pela compra, denominado por Martins (1980) de cativo da terra.

15 A expressão grilo, empregada para definir as terras apropriadas e registradas ilegalmente, vem de um antigo artifício utilizado para dar a documentos novos a aparência de velhos. Para tanto, os fraudadores de títulos imobiliários colocavam os falsos documentos recém elaborados em uma caixa metálica ou de madeira com diversos grilos, fechando-a em seguida. Depois de algumas semanas, os documentos já apresentavam manchas amarelo-fosco-ferruginosas, decorrentes dos dejetos dos insetos, além de ficarem corroídos nas bordas e com pequenos orifícios na superfície, tudo a indicar a suposta ação do tempo (INCRA, 1999).

de terras, que consiste na utilização de terras devolutas¹⁶ por grandes latifundiários. Para os autores, a procura pelos títulos originais de Sesmarias aumentou com a Lei de Terras, pois a lei reconhecia a propriedade da terra dos sesmeiros, assim, coube aos Estados a tarefa de delimitar as fronteiras das terras concedidas. Cada Estado definiu prazos para a apresentação do documento que comprovasse a propriedade. Sempre atendendo aos interesses dos grandes proprietários, os governos estaduais adiavam os prazos para a apresentação dos documentos, o que facilitou a grilagem de terras, os grileiros falsificavam os documentos e os registravam oficialmente, corrompendo os oficiais de cartório.

Com a Lei de Terras, os governos conseguiram estabelecer divisas e iniciar a sua comercialização atraindo principalmente, imigrantes europeus. No Centro Sul do Brasil, projetos de colonização foram criados para que os colonos comprassem terras, assim, diversas colônias de imigrantes foram criadas, possibilitando a formação de novas comunidades camponesas.

A partir da Lei Áurea em 1888 que liberta os escravos e a proclamação da República em 1889, a condução política do país se modifica, sendo o destaque para uma ampliação da entrada do capital internacional no financiamento da infraestrutura do país (construção de estradas de ferro, navegações, empresas de mineração). Outro fator importante que ocorre neste período é a substituição do trabalhador escravizado pelo trabalhador livre, em geral imigrante europeu. O uso da terra neste período priorizou as matérias-primas para exportação: o café, a borracha, o fumo, o cacau e o mate. O que acarretará uma queda acentuada na produção dos gêneros de consumo interno no país, sendo necessária a importação até mesmo de alimentos (que chegou a 30%). Do ponto de vista econômico, o modelo adotado se mostra instável e susceptível às crises periódicas como, por exemplo, a crise do café e da borracha (PRADO JÚNIOR, 1992).

16 Terras devolutas significa terras devolvidas, dizem respeito à Legislação que norteava o regime de concessão de terras no Brasil colonial: as sesmarias. A Lei concedia uma determinada área de terras pertencentes à Coroa Portuguesa para um nobre, ele tinha o compromisso de fazê-la produzir. Caso não tornasse a área produtiva, esta terra tinha que ser devolvida à Coroa. Na prática essa Lei nunca foi aplicada no Brasil, devido à grande extensão de terras e à falta de fiscalização. A partir da promulgação da Lei de Terras, os Estados iniciaram o levantamento de quais eram as áreas devolutas, para processar a venda dessas terras, para tanto, precisavam reconhecer os limites das concessões realizadas (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2014).

Em 1964 o governo pós golpe militar, promulga o Estatuto da Terra (Lei Nº. 4.504/1964), documento que nortearia o desenvolvimento rural brasileiro. Para Wanderley (2009), a modernização da agricultura consistiu em um “pacto social” entre o Estado e os grandes proprietários de terra expressos no Estatuto da Terra. A autora analisa que, por um lado, esta lei pretendia atuar sobre a estrutura fundiária do país e, por outro, promover a modernização da agricultura. Entretanto, apresentava ambiguidades: o fato é que os decretos posteriores ao Estatuto promoveram o apoio do Estado brasileiro à empresa rural e não interferiram na estrutura fundiária do país como se propusera inicialmente.

Assim, as terras brasileiras sempre estiveram servindo ao interesse do capital internacional processo iniciado com o modelo agroexportador do Brasil colonial. No século XXI, a aliança de classe entre as elites rurais do Brasil e internacionais se fortalece com a proposta dos agrocombustíveis e o novo pacto de poder em torno do agronegócio. As propriedades de pessoa jurídica dobraram de número e quantidade de terras, em 1998 eram 67 mil propriedades e 80 milhões de hectares e em 2008 passaram a ter 131 mil propriedades que controlam 177 milhões de hectares. Sendo assim, “não há limite no Brasil para a propriedade privada capitalista da terra” (OLIVEIRA, 2010, p.100).

Wanderley (2009) analisa a ocupação da terra no Brasil e conclui que o modelo de modernização adotado a partir de 1960 oferece um bloqueio à agricultura de base familiar, ressaltando a expulsão dos trabalhadores do campo para as cidades e para outras áreas de fronteira.

A interpretação da realidade brasileira da ocupação e uso do solo pode ocorrer sob dois paradigmas a partir da visão de mundo, interesses e ideologias que representam influenciando as políticas públicas nos territórios. O paradigma do capitalismo agrário entende que as desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo podem ser superadas a partir de políticas de integração do campesinato ao mercado capitalista. Para o paradigma da questão agrária, as conflitualidades e as disputas territoriais são características das lutas de resistência do campesinato na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a sua autonomia

(FERNANDES, WELCH e GONÇALVES 2014). A questão agrária pode ser compreendida como:

O movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção [...]. Os problemas referentes a questão agrária estão relacionados essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, a qualidade de vida e dignidade humana (FERNANDES, 2001, p.23).

A questão agrária no Brasil está relacionada com o tema ambiental, visto que o processo de colonização do nosso país sempre esteve ligado à espoliação dos recursos ambientais em detrimento de um projeto de nação. Paulino (2014, p. 134) discute a importância da inter-relação destes dois conceitos na atualidade:

De particular interesse são os mecanismos e implicações da apropriação privada da terra, um bem irreproduzível que determina a dinâmica de formação de riqueza na sociedade, razão pela qual os critérios para o acesso à terra e sua divisão são de importância fundamental. O Brasil não pode deixar de ser tomado como um exemplo deste processo. Apesar de elevados índices de urbanização e do peso relativo de sua economia urbano-industrial, o Brasil ocupa o seu lugar no cenário mundial como um dos principais produtores e exportadores de produtos agrícolas do mundo e, ao mesmo tempo, como o detentor do maior patrimônio tropical na terra. Este ambiente de diversidade biológica também contribui enormemente para a renovação de água global e suprimentos de ar e na regulação do clima da Terra. Esses dois fatores tornam impossível separar as questões ambientais e agrárias, especialmente tendo em conta o fato de que esses recursos preciosos são gerenciados mais para satisfazer os caprichos de proprietários privados do que para servir o bem comum.

O Brasil é um dos países com a maior concentração de terras do mundo. O Censo Agropecuário (IBGE, 2014) pesquisou sobre o caráter de ocupação dos estabelecimentos, sendo que 84,36% dos estabelecimentos se enquadram como agricultura familiar, ocupando apenas 24% das terras (Tabela 1). Apesar de possuir menos de um quarto das terras a agricultura familiar é responsável pela produção de 87% da mandioca, 76% do feijão preto, 58% do leite de vaca, 46% milho, 34% do arroz, 34% do café, 16% soja. A ocupação da força de trabalho na agricultura familiar

no campo também surpreende sendo 74,4% dos trabalhadores ocupados em estabelecimentos da agricultura familiar somando mais de 12,3 milhões de pessoas.

Tabela 1 - Estabelecimentos e área da agricultura familiar e não familiar: Brasil, Paraná, Município Irati, segundo o Censo Agropecuário 2006

UF, Mesorregião, Microrregião e Município	Agricultura familiar - Lei nº 11.326				Não familiar			
	Estabelecimentos	% dos estabelecimentos	Área (ha)	% da área	Estabelecimentos	% dos estabelecimentos	Área (ha)	% da área
Brasil	4.366.267	84,36	80.102.694	24,0	809.369	15,64	253.577.342	76,0
Paraná	302.907	81,60	4.249.882	27,8	68.144	18,40	11.036.652	72,2
Irati	2.588	86,50	39.299	55,3	404	13,50	31.743	44,7

Fonte: Censo Agropecuário, 2006 (IBGE, 2014).

A problemática ecológica na exploração dos recursos também se configura em consonância à ocupação da terra. Buscar alternativas ao modelo industrial de exploração da natureza, principalmente valorizando saberes de comunidades e povos tradicionais pode trazer pistas rumo a uma sociedade mais consciente e sustentável.

2.4.2. A ocupação e posse da terra no Paraná

A colonização do Estado do Paraná se inicia no século XVI e pode ser considerada a partir de circunstâncias e tempos distintos: O Centro Sul, o Norte e o Oeste. A Região Centro Sul do Paraná, que será o foco deste estudo, e a porção Leste é denominada de Paraná tradicional por ser uma das regiões mais antigas a ser colonizada (IPARDES, 1976). O desenvolvimento do Estado também é organizado em ciclos econômicos a partir destas regiões, em sequência temos os ciclos: do escravo indígena, do ouro, do tropeirismo, da erva mate, da madeira, do café, e por último, da cultura da soja.

O território do Estado do Paraná foi disputado por portugueses e espanhóis até meados do século XVII. Os espanhóis organizaram missões jesuíticas¹⁷ para facilitar

¹⁷ As Reduções jesuíticas foram organizadas no território paranaense com o objetivo de evangelizar os indígenas que viviam neste território. Durante os anos de 1606 a 1632 cerca de doze reduções foram organizadas. Os ataques de bandeirantes na busca de índios cativos e a disputa pelo território pôs fim a elas em 1632. Aproximadamente noventa mil indígenas viviam nas reduções. Com a sua destruição muitos foram assassinados e boa parte escravizados (TAVARES, 2008).

o controle do território e cristianizar os índios. O Paraná não era um território vazio. Ele estava ocupado por inúmeras comunidades indígenas que foram expulsas de seu território em nome da expansão colonial que precisava de novas terras para o seu modo de produção ou foram subjugadas ao trabalho escravo no serviço do garimpo do ouro e depois à pecuária e ao tropeirismo. A escravização do índio caracterizou-se como um processo muito presente na organização do trabalho no Estado até o século XVIII. A ocupação das terras no Estado se intensificou a partir do século XVIII por meio de concessão de Sesmarias que se estenderam a partir do Primeiro Planalto para o Oeste e Norte do Estado (TAVARES, 2008).

O ciclo do ouro e do tropeirismo inicia a formação de comunidades mais estáveis e amplia-se o número de sesmarias¹⁸ requeridas ao governo federal. O ciclo da erva mate se inicia nas décadas de 1820-1830, devido a conflitos com o Paraguai que era o maior produtor da cultura. As concessões de terras devolutas para empresas particulares (boa parte delas estrangeiras, inglesas e argentinas) para a exploração de erva mate e madeira não contribui para a colonização de fato, e acentua conflitos na luta pela terra, a ação destas empresas foi considerada depredatória e espoliadora dos recursos (IPARDES, 1976).

Os ciclos econômicos do Paraná envolveram força de trabalho que se constitui em parte de sua história de trabalho escravo. A ocupação inicial do Paraná é realizada por poderosos que estavam preocupados em utilizar os recursos naturais de uma área e não em transladar sociedades inteiras para constituir cidades e vilas. O trabalho tanto no ciclo do ouro, quanto do tropeirismo, da erva mate e da madeira se constituía por comunidades que migravam em busca do recurso pretendido. À margem desta atividade principal iam se desenvolvendo vilas e cidades que tinham a tarefa de produzir os alimentos básicos para os trabalhadores.

Apenas a partir do início do século XX, o Governo do Paraná aprofundou o processo de colonização, fazendo a terceirização de áreas para grandes empresas (a maioria estrangeira) dividirem os lotes e venderem para os interessados, imigrantes

18 Uma sesmaria consistia numa área de 4 a 8 mil alqueires paulista (1 alqueire equivale a 24.200 m²). Estas áreas eram requeridas por pessoas ricas e poderosas de São Paulo, Santos e Paranaguá, margeando o caminho das tropas, o objetivo principal destes requerentes era um negócio para explorar comercialmente, não tinham a intenção de morar com suas famílias (IPARDES, 1976).

estrangeiros que chegavam ou migrantes de outras regiões do país. Como o território se encontrava ocupado por posseiros ocorreram muitos enfrentamentos na luta pela terra no Estado (IPARDES, 1976). As mais conhecidas são a Guerra do Contestado (1912-1916), Revolta de Porecatu (1950) e a Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná na década de 1950 (IPARDES, 1976).

2.4.3. Sistema Faxinal: a ocupação coletiva da terra

Segundo Orreda (1972), a formação do atual município de Irati se inicia a partir de 1865 quando o Brasil entra em confronto com o Paraguai e principia o alistamento dos homens para a guerra. Muitas famílias com a intenção de fugir do alistamento se embrenham nos sertões formando diversas comunidades, entre elas, a localidade de Covalzinho que mais tarde em 1907, torna-se o município de Irati. Outra importante condição destes sertões era a riqueza da floresta de Araucária em erva mate e madeira que têm grande importância econômica neste período e os solos férteis, ricos para a produção de alimentos. A partir de 1910, inicia-se a colonização por imigrantes europeus, principalmente poloneses e ucranianos que configuram na região um regime de posse da terra baseada em pequenas propriedades.

Várias formas de ocupação da terra foram se concretizando no Centro Sul do Paraná. Entre elas destaca-se a formação de comunidades camponesas denominadas de faxinais. Estas comunidades têm pouca visibilidade na economia do Estado, citados no Relatório do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES como produtores de agricultura de subsistência, fornecendo parte dos alimentos para as cidades em formação, no entanto, contribuíram para o povoamento da região e se organizaram com autonomia na ocupação do território numa convivência com a floresta de Araucária (IPARDES, 1976).

Várias teorias são apresentadas para explicar a origem do Sistema Faxinal no Estado do Paraná (CHANG, 1988; SAHR E CUNHA, 2005; SOUZA (2001), TAVARES, 2008). Para Chang (1988) o Sistema Faxinal se consolida com a chegada dos imigrantes europeus a partir das primeiras décadas do século XX.

Sahr e Cunha (2005) relatam que até meados do século XX cerca de 1/5 do território paranaense era ocupado a partir do Sistema Faxinal. Os autores ainda tentam buscar as origens da população que constitui esse sistema de uso da terra tão antigo e teorizam sobre uma possível mistura entre indígenas Kaigangs e Guaranis oriundos das reduções jesuíticas, vaqueiros, escravos fugidos e famílias de bandeirantes. Possivelmente essa mistura de raças tenha constituído o “caboclo” que organizou um sistema de uso da terra muito diferente da grande exploração de monocultura, do trabalho escravo e das *plantations*¹⁹.

O Sistema Faxinal é uma forma de ocupação de uma área onde se faz o uso integrado da terra que abrange, além da atividade silvopastoril comunitária, a extração de madeira, a produção de erva mate e também a agricultura de subsistência (SAHR e CUNHA, 2005, p. 13).

Para Tavares (2008) esses povos desenraizados de suas comunidades foram realizando alianças com povos negros escravizados fugitivos das fazendas e se reorganizando em comunidades denominadas de faxinais, constituindo uma fração do campesinato brasileiro denominado de faxinalense. Dos índios vinha a experiência do uso comum da terra, do compartilhamento dos recursos, dos negros a experiência com a criação animal, ambos sabiam explorar a erva mate.

A partir das primeiras décadas do século XX, com a imigração europeia a população dos faxinais vai ganhando um novo status étnico. Sousa (2009) retrata o processo de colonização e ocupação das terras no município logo após a emancipação política em 1907. O autor cita a formação de duas colônias federais, incentivadas pelo governo, totalizando 1.449 (mil quatrocentos e quarenta e nove) pessoas que vieram compor a população da região. Esses imigrantes passam a conviver com as comunidades caboclas o que, aos poucos, vai configurando uma nova situação étnica destas comunidades, que também trazem novos equipamentos e ideias para a exploração da agricultura.

19 Grande exploração rural na qual se conjugam a grande propriedade fundiária com o trabalho coletivo e em cooperação de numerosos trabalhadores (escravizados) em uma cultura voltada para a exportação como a cana-de-açúcar ou o café que caracterizaram o Brasil colônia (PRADO JÚNIOR, 1973).

2.4.4. O Sistema Faxinal no contexto do desenvolvimento da agricultura moderna

Autores estudiosos do Sistema Faxinal desde a década de 1980 vêm analisando os possíveis caminhos a serem trilhados por estas comunidades camponesas. Chang (1988) as analisa a partir do contexto do desenvolvimento do capitalismo no campo e conclui que a desagregação do sistema é um fato inevitável, pois a forma de uso da terra é antagônica com a organização capitalista que prioriza a propriedade privada da terra e considera esta propriedade inviolável e inquestionável. O autor sintetiza quatro processos que contribuem conjuntamente para a desagregação do sistema: a tecnologia, a valorização da terra, o esgotamento dos recursos naturais e o papel do Estado.

Souza (2001) estudando o Faxinal Saudade Santa Anita em Turvo/PR, discute que as perspectivas de continuidade do sistema residem na racionalidade camponesa adotada por meio das ações de mutirão, uso comum da terra, compadrio e a produção de alimentos para a subsistência. O autor coloca os processos organizativos como a formação de associação para a comercialização da produção como um dos motivos para a continuidade da reprodução social destes sujeitos.

Sahr e Cunha (2005) veem as comunidades faxinalenses como dinâmicas, flexíveis e integrativas, o que possibilitou que estas se adaptassem aos diferentes contextos acumulando mais de 300 anos de história agrária do Paraná. Schuster e Sahr (2009) comparam o Faxinal Santa Anita nos anos de 1980 e 2007 e analisam o que mudou no uso da terra em 27 anos, concluem que apesar das alterações sofridas (de 81,7% de mata densa para 62,4%; de 8,5% de mata rala para 24,1%; de 8,8 de campo para 12,2; de 1% de áreas para cultivo para 1,2%) o Faxinal se mantém e com o apoio de ONGs e a Pastoral da Terra segue buscando alternativas para a garantia da qualidade de vida. Dentre as alternativas que vem apresentando bons resultados está a implantação de agroflorestas, cultivo de produtos agroecológicos para comercialização em feiras e nos mercados institucionais como o PAA e o PNAE, fabricação de produtos artesanais e a comercialização de erva mate sombreada.

Com isto, pode-se ver o Faxinal Saudade Santa Anita com possibilidades concretas de vir a inserir-se (se é que ainda não está) dentro de perspectivas

de um desenvolvimento territorial sustentável, onde os aspectos físicos e econômicos integram-se a uma dimensão sociocultural da população local e, certamente a prosperidade do sistema será a consequência (SCHUSTER e SAHR, 2009, p.18).

Tavares (2008) trata dos conflitos vivenciados na vida cotidiana das comunidades faxinalenses no enfrentamento com os de dentro, que querem fechar as áreas e os de fora que estranham esta forma de organização comunitária. Aborda ainda as contradições do capital que expulsa o camponês da terra, mas ao mesmo tempo recria as condições para a sua resistência. Destaca a ocupação de parte das terras de dentro do Faxinal e as terras no entorno das comunidades faxinalenses com as *commodities*, seja soja, fumo, eucalipto e pinus.

No entanto, boa parte das famílias faxinalenses luta pela manutenção do seu território e de sua identidade política e social, com a organização das comunidades faxinalenses no Movimento Social²⁰ denominado de Articulação Puxirão dos povos faxinalenses, e na constituição de redes de solidariedade que podem apoiar o movimento faxinalense. A Articulação Puxirão realizou em 2008 um levantamento dos faxinais existentes no Estado do Paraná, sendo 50 faxinais ativos, 29 parcialmente ativos e 147 paralisados.

A organização e luta das comunidades tradicionais que, no decorrer da história interagem com a natureza e cultivam seus costumes e os repassam de geração em geração, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outras, tentam dar continuidade às tradições recebidas dos antepassados e vão aos poucos conquistando leis que visam a manutenção do seu modo de vida. Entre as conquistas está o reconhecimento governamental por meio da aprovação do Decreto 6.040/2007, que no seu artigo 3º explica que:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando

20 Movimento social, segundo Gohn (1997, p. 251) são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. No caso, o Movimento Puxirão, luta por direitos dos povos e comunidades faxinalenses, para a organização das famílias destas comunidades e por constituir políticas públicas de reconhecimento destas comunidades e de seus territórios.

conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

O Decreto 3.446/1997 do Estado do Paraná estabelece a criação das áreas de uso regulamentado e reconhece os territórios faxinalenses como áreas especiais e como territórios de comunidades tradicionais como explicitado no primeiro artigo:

Art.1º - Ficam criadas no Estado do Paraná, as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR, abrangendo porções territoriais do Estado caracterizados pela existência do modo de produção denominado "Sistema Faxinal", com os objetivos de criar condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, incluindo a proteção da *Araucaria angustifolia* (pinheiro-do-paraná) (PARANÁ, 1997).

O Decreto 6.040 de 2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Fato que tem contribuído para a efetivação de programas governamentais visando o desenvolvimento sustentável destas comunidades (BRASIL, 2007).

A legislação federal e estadual tem contribuído para a demarcação e manutenção das áreas de uso especial como é o caso dos faxinais. No Estado do Paraná, um exemplo é o repasse do ICMS ecológico²¹ para os municípios que tem Áreas de Proteção Ambiental (APP), ou áreas de uso regulamentado (ARESUR), áreas de mananciais e comunidades tradicionais. Esse repasse deve contribuir para a efetivação de políticas públicas municipais que atendam às comunidades envolvidas nestas categorias. Algumas comunidades faxinalenses discutem em assembleia as prioridades no investimento destes recursos. Daí a importância da organização da comunidade para reivindicar o uso do ICMS ecológico visando atender às demandas comunitárias.

A partir da década de 1990, há outras conquistas de políticas públicas de apoio à agricultura familiar camponesa. Estas têm sua gênese no Sistema de Crédito Rural até a formulação de programas para atender aos mercados institucionais como discutiremos no próximo item.

21 Instrumento de política pública que trata do repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios Unidades de Conservação ou áreas protegidas, ou ainda mananciais para abastecimento de municípios vizinhos (IAP, 2015).

2.5. POLÍTICA AGRÁRIA, POLÍTICA AGRÍCOLA E PROGRAMAS PARA AGRICULTURA NO BRASIL

Segundo Leite (2001, p. 53) a modernização da agropecuária brasileira a partir de 1960 esteve financiada e subsidiada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) criado em 1965. Essa intervenção do Estado brasileiro contribuiu para o aumento da produtividade do setor, consolidou os complexos agroindustriais e as cadeias agroalimentares e integrou capital agrário e capital financeiro. O autor destaca que o SNCR privilegiou os grandes produtores e os produtos exportáveis. Peraci e Bittencourt (2010) ressaltam que os agricultores eram tratados da mesma forma, independentemente do tamanho da propriedade e sem considerar as suas diferenças culturais, econômicas e sociais. Assim, a política agrícola de crédito rural e política de garantia de preços mínimos beneficiou os médios e os grandes proprietários, pois eles detinham melhores condições para acessar os recursos, segundo os autores este processo começa a mudar com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF em 1996.

Delgado (2001, p. 20-23) explica que há duas formas de intervenção do Estado na agricultura: a política macroeconômica e a política setorial. A política macroeconômica atua sobre os grandes agregados da economia, principalmente sobre as políticas fiscal, monetária, comercial e cambial, e a política setorial atua diretamente sobre o setor econômico de interesse, no caso a agricultura. O autor sugere que há três tipos principais de políticas para a agricultura: a agrícola, a agrária e a política diferenciada de desenvolvimento rural. No entanto, essas diferentes formas de políticas deveriam ser complementares, visto que a política agrícola influencia a agrária e vice-versa. O que o autor discute é que no Brasil a política agrícola adotada com a modernização conservadora e seus instrumentos contribuiu para um aumento da concentração da posse e da propriedade da terra no meio rural. E ainda que, a estrutura fundiária e o desenvolvimento econômico resultante da adoção deste modelo assumiu uma tendência, até recentemente, de estabelecer uma polarização excludente entre esses dois tipos de política. Entretanto, o autor sugere a necessidade de integração entre essas duas políticas, para um projeto democrático que vise o desenvolvimento rural brasileiro.

Ao estudar o campesinato no Brasil, Sabourin (2009a) analisa o papel das políticas propostas para os agricultores familiares camponeses como um retrato da perspectiva de campo construída pelos gestores ao longo da nossa história:

A ideia geral é que com a generalização do capitalismo agrário no Brasil e a globalização dos mercados, a pequena produção agrícola não é mais competitiva e, portanto, está condenada. Portanto, a reforma agrária e o apoio à agricultura familiar só podem se justificar como políticas sociais compensatórias ou como medidas complementares do reconhecimento da pluriatividade (associação entre assalariamento e produção familiar). Este argumento explica o desenvolvimento de medidas sociais em meio rural durante o governo Lula (Projeto Fome Zero, cartão alimentação e programa bolsa-família). O principal perigo desta visão consiste em se unir às teses mais liberais em matéria de desenvolvimento rural e defender políticas sociais de luta contra a pobreza rural que se limitem essencialmente a tentar corrigir a exclusão produzida pelas falhas dos mercados e dos instrumentos de política agrícola neoliberal (SABOURIN, 2009a, p.10).

A terceira política para a agricultura sugerida na tipificação de Delgado (2001) são as políticas ou programas diferenciados de desenvolvimento rural, criadas para atender segmentos empobrecidos do campesinato que não estão integrados à modernização produtiva da agricultura. O autor acredita que essas iniciativas de desenvolvimento rural é o que mais aproxima as políticas agrícola e agrária. Todavia, avalia que tais programas não têm atingido os objetivos iniciais esperados. Neste ponto inclui-se a dimensão da preocupação com a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, objetivos também difíceis de serem atingidos. Os programas e políticas diferenciadas têm enfrentado grandes dificuldades na sua execução, principalmente, devido à pouca expressão política do campesinato no Brasil, sem capacidade efetiva de influenciar nos rumos da política econômica e social constituindo-se os principais excluídos destas políticas (DELGADO, 2001, p.27-28). O autor ainda destaca que:

Os programas de desenvolvimento rural não podem desconsiderar nem as condições políticas de sua execução, os embates de forças desiguais e as alianças necessárias à sua viabilização, nem as características do processo de crescimento econômico da agricultura e dos demais setores do país onde se inserem, o qual constantemente redimensiona os papéis e as formas de integração da pequena produção rural. Além disso, as políticas diferenciadas devem ser um instrumento de fortalecimento político do campesinato, de sua organização e representação, formas democráticas de integração do mesmo ao desenvolvimento econômico, político e social do país, o que significa que têm de ser necessariamente descentralizadas e participativas, além de possuírem uma política fundiária claramente delimitada. Sem isso não existem políticas diferenciadas, mas meros projetos de desenvolvimento

rural, supostamente integrados mas que acabam reproduzindo as condições de exclusão dos beneficiários.

Carvalho Filho (2001) amplia a noção de desenvolvimento rural para além da modernização tecnológica e crescimento da produção, inclui a necessidade de distribuição de renda e redução das desigualdades entre pessoas e regiões. O autor defende que só pode ter desenvolvimento com gente e aponta que os dados do Censo Agropecuário de 1996 mostra que em dez anos houve queda de cinco milhões de postos de trabalho na agricultura, acentuando a concentração de terra e a expulsão de trabalhadores do campo. Os movimentos sociais do campo passam a reivindicar políticas para o campo no Brasil específicas para a agricultura familiar camponesa e a partir de 1990 podem-se destacar algumas políticas e programas, resultado de reivindicações dos trabalhadores, visando o desenvolvimento rural: assentamento de famílias acampadas, Banco da Terra, o PRONAF; o PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, criado em 2003 e mais recentemente em 2009 o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, com a compra de 30% da merenda escolar dos pequenos agricultores.

O PRONAF é criado com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares, visando o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda. Criado em 1996 o PRONAF vai sendo ajustado às necessidades do crédito voltado para os pequenos agricultores. A compreensão inicial é que o PRONAF beneficiaria um setor da pequena agricultura capaz de se capitalizar e se integrar ao mercado, não incluindo os agricultores mais empobrecidos como os assentados da Reforma Agrária.

Com o passar do tempo, a partir da necessidade de inclusão dos setores mais empobrecidos o PRONAF foi subdividido em várias modalidades, desde os agricultores recém-instalados dos assentamentos passando pelos agricultores tradicionais e mantendo linhas especiais para os agricultores mais capitalizados. As linhas do PRONAF foram definidas por A, B, C, D e E, estratificando as famílias de acordo com a renda anual, sofrendo uma junção dos grupos C, D e E em 2006. Apesar dos esforços dos gestores de desburocratização para facilitar o acesso, os recursos do PRONAF têm beneficiado mais os setores capitalizados da pequena agricultura e as

exigências bancárias têm dificultado o acesso dos agricultores mais empobrecidos (AQUINO et al, 2014).

O PRONERA surge no contexto das lutas dos movimentos sociais por uma educação do campo²², no ano de 1998. Estudo realizado pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em 2010, mostra que:

O Brasil tem uma população de 906.878 famílias assentadas, uma média de 3,5 milhões de pessoas vivendo em territórios rurais conquistados para a Reforma Agrária. Cerca de metade dessa população tem idade entre 11 e 40 anos, portanto, uma população jovem, em pleno potencial intelectual e laboral. Porém, no tocante à educação, persistem os altos índices de analfabetismo (uma média de 15,5% de não alfabetizados) e os baixos níveis de escolaridade da população jovem e adulta, especialmente nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio (este último, assegurado para apenas 6% da juventude, dos quais, menos de 1% teve acesso ao ensino superior) (LACERDA e SANTOS, 2010, p. 22).

A importância do PRONERA diante desta realidade está clara, e os seus resultados são bastante significativos: mais de quatrocentos mil estudantes foram beneficiados nas diversas modalidades, desde a escolarização, cursos técnicos e até os cursos de graduação.

Os processos de formação dos trabalhadores do campo vêm contribuindo para ampliar o acesso aos programas governamentais. Conforme apresentado anteriormente, as políticas de crédito para a produção com a criação do PRONAF e depois o PRONERA, estavam ligados à produção e à educação. A seguir, nos deteremos nas políticas públicas de comercialização por meio dos mercados institucionais. Voltados para os agricultores familiares camponeses com baixa renda, por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos e compras do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA é uma política de comercialização e distribuição de alimentos instituído em 2003 e ligado ao Programa Fome Zero. É

22 A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2012, p. 259).

desenvolvido com base em cinco modalidades de acesso: 1) Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque; 2) Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF; 3) Incentivo à Produção de Leite – PAA Leite; 4) Compra Institucional; 5) Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea, e 6) Aquisição de sementes. Das modalidades citadas acima, a compra da agricultura familiar com doação simultânea tem sido a mais acessada tanto a nível nacional como na Região Centro Sul do Paraná. Peraci e Bittencourt (2010) apontam que 34,3% dos recursos foram utilizados nesta modalidade em 2009, beneficiando 65 mil famílias. A modalidade Compra com Doação Simultânea tem um limite individual anual por agricultor no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), podendo chegar a até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para produtos orgânicos ou da sociobiodiversidade (BRASIL, 2014).

Segundo Peraci e Bittencourt (2010), o PAA se institucionalizou com o objetivo de estimular a produção de alimentos por agricultores mais empobrecidos, tanto para o seu consumo quanto para os mercados institucionais. Entendia-se que os pequenos agricultores mais pobres não aumentavam a sua produção devido a dificuldades de comercialização de seus produtos a preços compatíveis com o custo de produção. Os autores procuram trazer a problemática das regras do livre mercado que acabam levando à marginalização de uma parcela de famílias de agricultores por não conseguirem competir nesta situação de elevada concentração da propriedade, grandes escalas de produção e mercados imperfeitos ou inexistentes.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar foi implantado em 1955 (BRASIL, 2014). Para o ano de 2014 o orçamento da alimentação escolar é de 3,5 bilhões de reais, beneficiando 45 milhões de estudantes em todo o Brasil. A aquisição dos alimentos era realizada por meio de licitações até o ano de 2009, quando foi promulgada a Lei 11.947/2009 que determina que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE realize a aquisição de alimentos até 30% do valor total da agricultura familiar e se possível, alimentos orgânicos. Através de chamadas públicas as organizações da agricultura familiar ou os agricultores individualmente podem entregar parte dos alimentos utilizados na alimentação

escolar. A aquisição de alimentos para a merenda escolar tem limite de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP²³ (BRASIL, 2012).

A Lei 11.947/2009 determina que deve ser dada preferência na aquisição de produtos de agricultores do município onde estão localizadas as escolas, caso não seja possível pode-se “[...] complementar a demanda com agricultores da região, do território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade” (PERACI, BITTENCOURT, 2010).

Os estudos dos impactos destes dois programas: o PAA e o PNAE (COSTA, 2010, GHIZELINI, 2010) têm demonstrado grande capilaridade, chegando às diferentes localidades do país. A adoção do programa pelas famílias tem proporcionado um aumento da diversidade produtiva o que tem contribuído para a melhoria da qualidade da alimentação destas famílias.

Os programas de compras governamentais têm estimulado os agricultores a diversificarem os seus sistemas produtivos, garantindo a compra destes alimentos e destinando-os a grupos vulneráveis. No entanto, a prática da agricultura familiar camponesa sempre esteve inserida no mercado local, além da produção realizada para atender às necessidades do abastecimento familiar. É deste assunto que trata o próximo tópico, o uso da terra para a produção destinada para o mercado e também para o sustento familiar.

2.6. O USO DA TERRA NA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA: DESTINOS DA PRODUÇÃO

O uso do solo para a produção agrícola e pecuária de um estabelecimento rural historicamente tem dois objetivos: primeiro o abastecimento da família e segundo a venda do excedente no mercado. A pequena agricultura administra o emprego de sua força de trabalho buscando equilibrar o destino desta produção. Todavia, com a

23 A declaração de aptidão ao PRONAF se constitui em um documento fornecido para agricultores para o acesso ao Programa Nacional de apoio à agricultura familiar se constituindo como pequena propriedade a partir de critérios estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. No Município de Irati foi identificado 1506 agricultores com DAP válida <http://smap14.mda.gov.br/dap/extrato/pf/PesquisaMunicipio.aspx>. Acesso em: 05 jul. 2014.

modernização da agricultura e a especialização do trabalho tem-se um investimento da força do trabalho agrícola nas culturas voltadas para a comercialização.

Os estudos sobre a renda no campo, de modo geral, estiveram focados nas culturas voltadas para o mercado. A ciência cria o modelo de empresário agrícola, em que a modernização faria com que o campesinato se transformasse em empresário agrícola, integrado ao mercado tanto de insumos como de produtos e seus objetivos centrados na maximização dos lucros (PLOEG, 2008).

O que vira mercadoria é a base para o cálculo da renda da pequena propriedade, neste caso, o investimento realizado pela família de trabalho na produção do seu sustento não entra para o cálculo. Porém, faz parte da cultura e tradição camponesa produzir o que for possível para a manutenção da família e para os animais. O trabalho investido na produção dos alimentos para o sustento familiar representa uma economia significativa, ou seja, a família não precisa desembolsar recursos para adquirir no mercado estes produtos.

O conceito de sustento familiar ainda é um conceito incipiente, no contexto do campo e ainda não está bem estabelecido pela pesquisa. Ao estudar comunidades em transição da agricultura convencional para a agroecologia, Moreira, Harder e Valadão (2009) levantaram a insuficiência dos conceitos de subsistência e autoconsumo para designar a produção, resultado do trabalho camponês para o uso da família. A nível acadêmico, os autores chamam a produção realizada pela família voltada para atender suas necessidades de agricultura de subsistência ou autoconsumo. Ambos os conceitos, podem ser considerados insuficientes para retratar a realidade da agricultura camponesa, visto que essa agricultura dita de subsistência tem uma conotação de atraso, de desperdício de tempo, que poderia ser investido nas culturas comerciais.

A própria origem epistemológica do conceito de subsistência traz embutido uma noção de subsistir ou existir abaixo de algo ou de alguém, incompatível com a cultura camponesa da produção do sustento familiar praticado por 72% de todos os estabelecimentos agrícolas do Brasil, segundo a análise do Censo Agropecuário de 2006 realizado por Grisa, Schneider e Conterato (2014).

O conceito de autoconsumo é distante do cotidiano das famílias, retratando um olhar mercadológico para esses produtos. Para as famílias camponesas, os produtos oriundos do seu trabalho que são produzidos para o uso são denominados de produtos para o sustento da família. Esse conceito de sustento familiar parece ser mais coerente com a realidade da agricultura camponesa, visto que esta característica é um dos pilares da resistência do campesinato à sua proletarização (MOREIRA, HARDER E VALADÃO, 2009).

No ano de 2006, um estudo realizado junto a um grupo de famílias de assentamentos do Estado do Paraná demonstrou o valor da produção do sustento familiar. Analisando essa renda do sustento familiar de famílias em diferentes municípios do Paraná, chegou-se a valores surpreendentes, até mesmo para as famílias, que às vezes não valorizam muito esta prática. Ao somar os alimentos para o uso da família, como verduras, frutas, carne, leite, ovos, raízes e tubérculos, cereais e leguminosas, a energia da lenha, e a alimentação de animais se tivessem que adquirir estes produtos no mercado teriam que desembolsar mais de um salário mínimo e meio (VALADÃO et al, 2006).

O autoconsumo foi um tema de amplo debate entre pesquisadores que analisaram o Relatório da FAO, resultado de uma pesquisa sobre a Reforma Agrária no ano de 1991. Os autores do relatório discutem a importância da produção do autoconsumo. Comparada com a renda total, o mesmo representou 37% da renda das famílias apesar da metodologia adotada na pesquisa levar em conta o valor pago ao produtor no período da safra. Destaca ainda, que este valor não variou significativamente nas diferentes regiões do país. Para os autores o autoconsumo é:

[...] a renda gerada pela atividade de consumo de sua própria produção; as quantidades consumidas (segundo declaração) foram avaliadas de acordo com os mesmos preços de venda da produção; ou seja, trata-se da renda que o agricultor obterá se vendesse, ao invés de consumir esta parcela da produção (ROMEIRO, GUANZIROLI, LEITE, 1994, p. 8).

Os autores que analisaram o referido relatório da FAO apontam as diferentes críticas aos resultados da pesquisa, com as diferentes visões sobre a importância do autoconsumo. Para Castro (1994), o relatório peca, por incluir o autoconsumo na soma total da renda agrícola, justificando que esta metodologia superestima a renda agrícola das famílias assentadas. Em sua perspectiva, a produção de autoconsumo

representaria o atraso da pequena agricultura, a qual somente será viável se “se desenvolver de forma moderna e integrada ao mercado capitalista”. Outra visão apontada no relatório da FAO por Garcia Jr (1994) recomenda utilizar os preços médios praticados nos supermercados da região, levando em conta a “estacionalidade” dos preços. Para o autor, o cálculo utilizado para medir a renda de autoconsumo na pesquisa subestima a renda total das famílias por considerar os preços de venda pelo agricultor nos períodos de safra.

Para Garcia Júnior (GARCIA JÚNIOR, in: ROMEIRO, GUANZIROLI, LEITE, 1994), no caso dos cultivos comerciais, os preços pertinentes para considerar na análise da renda são os preços ao produtor, no caso dos cultivos objetos de autoconsumo, o mais pertinente seria tomar os preços médios ao consumidor ao longo do ano. Acreditamos que esta metodologia de análise da renda do autoconsumo realizada a partir da média de preços ao consumidor apresente elementos mais coerentes, pois se a família não produzir estes alimentos terá que adquirir nos supermercados desembolsando este recurso ou se privar do uso o que invariavelmente ocorre. Destacamos, ainda que estes elementos prevaleceram em detrimento de uma análise puramente monetária que levou, a partir do Censo Agropecuário de 2006 a coletar dados sobre a produção para o abastecimento familiar.

Analisando o Censo Agropecuário de 2006, Grisa, Schneider e Conterato (2014) enfatizam a importância de analisar esta renda, sendo a primeira vez que o Censo Agropecuário coleta dados referentes à produção para o sustento familiar. Os autores relatam como esta prática camponesa era vista pelo poder público, pelo menos até o Censo Agropecuário anterior, realizado em 1996, como atraso, como resquícios do passado que iriam desaparecer. Esta concepção vai sendo superada com uma ressignificação desta produção pelo Estado e por estudiosos da agricultura. Assim, programas governamentais vão sendo propostos para fortalecer essa agricultura, também devido às lutas e reivindicações feitas pelos movimentos sociais camponeses, pois se entendeu que a produção da agricultura de subsistência é uma ferramenta importante de combate à fome e à miséria no campo, na busca da segurança alimentar e nutricional e da inclusão socioprodutiva no meio rural (GRISA, SCHNEIDER e CONTERATO, 2014). Os autores apontam ainda que além da

segurança alimentar com a produção dos alimentos para o autoconsumo, há a diversificação dos meios de vida e a economização, a promoção da sociabilidade e a identidade enquanto família agricultora.

A relação da agricultura camponesa com os mercados é histórica no Brasil. Supridas as necessidades básicas de abastecimento da família, os excedentes são destinados ao mercado. Esse mercado tem se constituído de modo geral na venda direta por meio de feiras ou na venda para atravessadores. Outra alternativa encontrada é a integração com as agroindústrias e mais recentemente as compras institucionais. A partir das considerações de Conterato, et al (2011, p.77), entendemos que mercados “são construções sociais cujo formato específico reflete as contínuas interações entre os atores, seus projetos, estratégias e repertórios culturais”.

Historicamente, a maior parte da produção excedente dos camponeses, foi vendida nos mercados para atravessadores. Essa opção é facilitada para as culturas de cereais e leguminosas como o trigo, milho, arroz e feijão e também a erva mate e bracatinga. Neste caso de venda para atravessadores, o agricultor, geralmente, vende a sua produção por um preço abaixo do mercado, pois, as empresas que intermediam a venda querem ter lucro. Com o desgaste das terras e o alto custo de produção com os insumos da Revolução Verde, os agricultores vêm reduzindo o seu retorno econômico. Gonzaga (2006, p. 95) ao analisar a renda da terra na Área de Proteção Ambiental - APA²⁴ da Serra da Esperança verificou a problemática vivenciada pelos pequenos agricultores.

No caso da APA da Serra da Esperança, especialmente no que se refere às atividades econômicas desenvolvidas no Segundo Planalto Paranaense, observa-se que pequenos proprietários de terra, sem poderem contar com solo dos mais férteis e sem disponibilidades financeiras para investir em culturas que permitam grande agregação de valor, não encontram opção de sustentabilidade para suas atividades. Resulta, por um lado, o processo de concentração de terra nas mãos dos que podem fazer investimentos de longo prazo em reflorestamentos. Por outro lado, o pequeno agricultor que persiste

24 A Lei 9.985 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, em seu Art. 15 determina a criação da Área de Proteção Ambiental, que é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2010). A APA da Serra da Esperança possui 206.555 hectares nos municípios de: Guarapuava (25%); Inácio Martins (22,18%); Cruz Machado (17,65%); Mallet (12,70%); União da Vitória (12,08%); Prudentópolis (6,86%); Irati (1,56%); Rio Azul (0,88%); Paula Freitas (0,70%) e Paulo Frontin (0,44%).

encontra no financiamento da produção de fumo uma alternativa de Renda da Terra superior à do milho e do feijão.

A cultura do tabaco está inserida na chamada integração com as agroindústrias geralmente multinacionais. O agricultor realiza o contrato com a empresa da qual obtém os financiamentos para a produção e construção da estufa, além da assessoria técnica. No entanto, fica dependente das decisões destas corporações com relação aos preços de venda e qualidade do produto, além do comprometimento de entrega da produção até a quitação das dívidas (GONZAGA, 2006).

Outras possibilidades vão surgindo nesta relação da pequena agricultura com os mercados. A mobilização das famílias agricultoras para a fundação de associações e cooperativas e a busca de agriculturas de base ecológica tem possibilitado uma ressignificação dos mercados. Essas estratégias organizativas e produtivas têm possibilitado uma diversificação de experiências que contribui para a reformulação das relações mercantis, o que acarreta um distanciamento dos mercados que apenas querem mercadorias e matérias-primas para a indústria e uma reconstrução de mercados mais territorializados, onde os agricultores têm um controle mais efetivo (CONTERATO, et al, 2011).

Esses mercados emergentes se constituem a partir do local e da relação direta entre compradores e vendedores por meio de circuitos curtos de comercialização, com capacidade de ressocializar e reespecializar os alimentos. Os compradores por meio de laços de confiança vão se fidelizando ao vendedor em busca de um alimento de qualidade. Os vendedores vão ganhando uma nova visibilidade na sociedade, e aos poucos vão ampliando o seu papel de meros produtores de matéria-prima para produtores de alimentos de qualidade mineralizados, sem agrotóxicos. Para Conterato et al (2011), é preciso dotar as pessoas de meios para que sejam capazes de organizar a sua base de recursos e definir as suas trajetórias de vida. Para tanto, discutiremos no próximo tópico a identidade em construção desse sujeito que mais que um trabalho agrícola possui um modo de viver no campo, que faz do trabalho familiar a sua base. Além do trabalho há muito de expressão de sua existência. A intensidade das relações mercantis, assim como, o grau de produtividade e especialização tem motivado alguns pesquisadores a propor a existência de uma nova classe no campo: a agricultura

familiar, como uma novidade no cenário de uma agricultura camponesa de subsistência.

2.6.1 Agricultura camponesa x agricultura familiar

Viver no campo e da agricultura foi realidade da maior parte da nossa história, seja no comunismo primitivo, escravismo ou feudalismo, o que tem levado a denominar estes povos de camponeses. Mas quais são as características de um sujeito camponês? Definir o que é o camponês, para Shanin (2006) representa uma mistificação, porque “[...] um camponês não existe em sentido imediato e estritamente específico”, tão grande a sua diversidade, no mundo, continente, país ou região, ou mesmo no tempo histórico.

Para o autor, seis características das sociedades camponesas são relevantes para a compreensão da sua definição. A primeira diz respeito à organização de sua economia: trabalho familiar, controle dos meios de produção, economia de subsistência e diversidade da sua qualificação ocupacional, além de um relativo equilíbrio entre agricultura, atividade extrativa e artesanato, sempre dando mais ênfase no cultivo que na manufatura. A segunda se refere aos padrões e tendências da organização política dos camponeses semelhantes em diferentes regiões e países: os sistemas de intermediação e apadrinhamento, a tendência à segmentação vertical e o facciosismo e até mesmo a atmosfera típica da política e da rebelião. Como terceira característica estão as normas e cognições típicas e muito semelhantes que influenciam as formas de produção e da vida social, exemplos são o papel da tradição oral, mapas cognitivos específicos (percepção circular do tempo), tendências ideológicas e padrões de cooperação, confrontação e liderança. A quarta característica está relacionada à organização social e seu funcionamento, semelhantes em todo o mundo, desde o grupo doméstico, a aldeia até a rede mais ampla da interação social. A quinta característica se refere à possibilidade de isolar analiticamente a dinâmica social específica da sociedade camponesa: a sua reprodução social (produção das necessidades materiais, reprodução dos atores humanos, e o sistema de relações sociais), mostram padrões específicos e genéricos dos camponeses.

É no capitalismo que o fim da existência do campesinato começa a ser considerado por intelectuais de diferentes correntes ideológicas. Kautsky (1986) explica que a família camponesa medieval era quase completamente autossuficiente, produzia o seu alimento, as suas roupas, suas moradias, móveis, utensílios e ferramentas rústicas, ia ao mercado mais para levar os excedentes de sua produção e comprar o que precisava. O autor denomina essa forma de organização da existência de indestrutível, pois tinha uma grande capacidade de sobreviver aos problemas climáticos, de guerra, etc. Com o desenvolvimento da indústria e do comércio esta situação começa a se modificar e a família camponesa passa a depender cada vez mais dos produtos industrializados e do dinheiro, assim, quanto mais se completava a separação da agricultura e indústria, mais rapidamente desaparecia a autossuficiência, segurança e conforto da existência camponesa.

Analisando o desenvolvimento da agricultura na sociedade capitalista, o autor prognostica que a indústria se apoderará da agricultura tão logo esteja forte o bastante, pois, os problemas de escala de produção afetarão a família camponesa que não obterá renda suficiente, com o mercado controlando as trocas e a presença dos atravessadores, o que acarretará no fim do campesinato. Sendo assim, “o antagonismo de classe existente entre o explorador e o explorado, entre o proprietário e o proletário, penetra a aldeia e a própria casa do camponês, destruindo a antiga harmonia e a antiga comunidade de interesses” (KAUTSKY, 1986, p. 22).

A modernização da agricultura a aproxima da indústria, criando elos cada vez mais fortes o que exige do agricultor uma especialização e uma profissionalização com relação ao dinheiro. Kautsky (1986, p. 55) apresenta as necessidades de ampliação do planejamento e cuidados que o agricultor precisa ter na sua ação, pois “o agricultor não lida apenas com capital e lucro de capital. Lida também com terra, solo e renda fundiária”.

Na Europa, a dependência da indústria reduz a renda da família camponesa, o que poderia levar à inviabilidade da atividade agrícola no pequeno estabelecimento ou a proletarização. Por outro lado, o aumento da renda da terra, por meio da exploração do trabalho assalariado e da grande propriedade, leva à formação do empresário rural. Assim, a grande propriedade na visão do autor tem vantagem sobre

a pequena propriedade e melhor corresponde às necessidades da grande indústria agrícola. Essa tese será defendida por intelectuais de esquerda no Brasil entendendo que ocorrerá a dissolução do campesinato no capitalismo e este se transformará em assalariados proletarizados ou pequenos produtores capitalistas, como ocorreu no modelo norte americano. Para Abramovay, (1992) ao analisar a visão de Kautsky sobre os camponeses, não houve preocupação com esta classe, porque a “sua definição é necessariamente negativa: ele é alguém que não vende força de trabalho, mas que não vive basicamente da exploração do trabalho alheio” (ABRAMOVAY, 1992, p. 52), portanto, seria impensável no marxismo a ideia de uma economia camponesa.

Já, com base no pensamento de Chayanov²⁵, Abramoway (1992) traça os elementos do que seriam sistemas econômicos não capitalistas, entre eles o campesinato, que pode ser considerado um sistema econômico no qual é possível encontrar as leis da reprodução e do desenvolvimento, isto é, o camponês cria sua própria existência ao contrário do trabalhador assalariado. A partir desta compreensão dos estudos de Chayanov sobre o campesinato russo, é possível explicar os elementos que originam a racionalidade camponesa: o balanço entre o trabalho e o consumo, a partir da composição familiar. Abramovay (1992, p.76) esclarece, baseado nos estudos de Chayanov, que o sistema econômico camponês “existe e pode desenvolver-se no interior de organizações sociais as mais diferentes”.

No Brasil colonial, o campesinato é caracterizado por Martins (1983) como os excluídos da propriedade da terra e do regime de escravidão. A população mestiça que já não é índia, nem portuguesa, nem escrava negra, é excluída de herança, e vive como agregada à grande fazenda colonial. A esse grupo se juntam os excluídos e empobrecidos pelo morgadio, regime que limita a herança ao primogênito e só é extinto no Brasil em 1835. Seu papel na sociedade colonial era fazer a abertura de uma fazenda e implantação do cafezal e em troca produzir os gêneros alimentícios de uso interno, a chamada “lavoura de pobre” (MARTINS, 1983, p. 39). Havia também os

25 Um dos autores mais importantes do século XX dos estudos camponeses foi o russo Aleksandr Vassilievitch Chayanov que viveu na Rússia entre os anos de 1888 a 1937, escreveu mais de 200 trabalhos científicos, entre livros, monografias, artigos, etc. A partir de acusações fabricadas foi condenado à morte. As acusações contra ele somente foram retiradas no final dos anos 1980 (CARVALHO, 2014).

posseiros e sitiantes que praticavam uma agricultura itinerante, roçavam a mata, queimavam, plantavam e depois abandonavam e iam à busca de novas áreas. Esses camponeses produziam tudo o que necessitavam e comercializavam os excedentes. Por serem pobres, estavam excluídos de toda e qualquer participação na estrutura de poder.

Segundo Martins (1983), a Lei de Terras de 1850 transformava as terras devolutas em monopólio do Estado que era controlado pela oligarquia de grandes proprietários. Em 1891, as terras são transferidas para os estados e colocadas nas mãos das oligarquias regionais que realizaram transferência maciça de propriedades fundiárias para grandes proprietários e empresas de colonização. O que se verifica a partir do século XX é a vinda de imigrantes da Europa que passam a compor o campesinato brasileiro, em princípio com a tarefa de trabalhar na grande fazenda, mas com o sonho de adquirir um pedaço de terra. Segundo o autor, a situação do camponês em relação à terra se dava a partir da posse de áreas novas, distantes da grande fazenda, ou por meio de agregado da grande fazenda. O que se verifica no Brasil é um campesinato que não tem terra, ou detém uma posse da terra precária, que não lhe garante a sua propriedade.

Segundo Martins (1983) esses “sem lugar”, vivem em uma grande invisibilidade política até meados da década de 1950, quando as suas lutas políticas ganham destaque no cenário nacional e o conceito de campesinato ganha força política, principalmente com a organização das Ligas Camponesas, movimento de luta pela terra e pela valorização do campesinato que perdurou por quase quinze anos no Brasil, sendo destruído pela Ditadura Militar de 1964. Dessa maneira, “[...] o termo camponês foi banido do vocabulário oficial após a repressão militar de 1964 que deu fim à experiência das primeiras organizações de pequenos produtores e trabalhadores rurais autônomos: as Ligas camponesas” (SABOURIN, 2009b, p.3).

É neste contexto que se encontra o campesinato quando o Estado brasileiro faz a opção pela modernização conservadora²⁶. Silva (1981) analisa o uso do crédito

26 Para Silva (1981), a modernização da agricultura ocorrida a partir de 1960, foi conservadora ou dolorosa. O autor entende que essa modernização modificou o modelo de agricultura sem alterar a estrutura fundiária do país e ainda destaca a aliança da grande propriedade ao capital industrial, gerando exclusão social e intenso êxodo rural, por isso dolorosa.

rural, principalmente para as culturas de exportação, cujo benefício ficou restrito à grande propriedade, que tem se tornado ainda maior, em detrimento do papel da pequena propriedade no período pós-modernização que é o de produzir as culturas alimentares que têm menor lucratividade.

Assim sendo, a produção de alimentos fica relegada aos estabelecimentos que estão naturalmente impossibilitados de assumir um comportamento empresarial (pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes) que basicamente produzem a sua própria subsistência gerando um pequeno excedente para o mercado. Essa dispersão da produção em pequenas unidades cria a necessidade de um grande número de intermediários, fazendo com que, sobrevivendo uma eventual escassez de gêneros alimentícios, o diferencial de preços se dilua pelas numerosas escalas existentes entre o pequeno produtor e o consumidor final (SILVA, 1981, p. 31).

A modernização conservadora da agricultura criou as condições para a ampliação do mercado da indústria brasileira sem aumentar o poder aquisitivo da população rural, mas sim com a “[...] proletarização dos camponeses: através da sua expropriação como produtores independentes, convertendo-os em miseráveis ‘boias-frias’” (SILVA, 1981, p. 63).

Com o advento da modernização capitalista da agricultura, conforme os estudos de Kautsky, esperava-se que o assalariamento fosse uma forma a predominar no campo, no entanto, o trabalho de Abramovay (1992, p.77) estudando a modernização desse setor nos países europeus, mostra uma agricultura familiar, com alta capacidade produtiva, especializada, capaz de produzir os alimentos a custos acessíveis à toda a população. Para o autor, o sistema capitalista subverte a lógica camponesa “[...] e elimina o balanço entre o trabalho e o consumo como fator determinante das decisões econômicas, que se concentram cada vez mais na agroindústria, seja ela capitalista ou cooperativa”. Segundo o autor, a ação do Estado foi fundamental para promover a metamorfose do campesinato em agricultura familiar moderna “[...] interferência nas estruturas agrárias, na política de preços, determinação estrita da renda agrícola e até do processo de inovação técnica [...]”.

Os estudos de Abramovay (1992) no Brasil serviram de base para a constituição de políticas públicas voltadas para um segmento considerado “novo” denominado de agricultura familiar, com a intervenção do Estado, financiando infraestruturas, garantindo preços mínimos, garantia de compra, etc. A partir de 1994,

o conceito de agricultura familiar ganha força no cenário do Estado brasileiro. O objetivo das políticas públicas formalizadas é promover a inserção total do campesinato ao mercado, e gerar uma racionalidade econômica competitiva no mercado capitalista. A metamorfose do camponês em agricultor familiar permite uma mudança na racionalidade econômica do camponês que segundo Abramovay (1992, p. 251) “[..] é incompleta, e se norteia por um conjunto de vínculos sociais dados pela tradição, pela comunidade, que se traduzem em regras não redutíveis a elementos puramente econômicos”. Essa suposta racionalização pressupõe que o agricultor familiar deve buscar o máximo de produtividade e tecnologias que possam ampliar a maximização da sua produção.

Uma parte do campesinato vem se modernizando, inclusive ampliando a integração com as agroindústrias, principalmente nas cadeias produtivas do tabaco, frango, suínos e soja. Todavia, em momentos de crise destes setores, essas famílias voltam à condição camponesa. Essa integração ocorre de tal forma que o agricultor recebe os insumos na sua propriedade, assistência técnica e transporte de sua produção, a parte que lhe cabe é realizar o trabalho de plantio, manejo, no caso do fumo até o enfardamento.

Partindo desta concepção, tem-se diferenciações sociológicas no campo brasileiro, o agricultor familiar é aquele que se inseriu no mercado, se especializou em produzir uma matéria-prima para a indústria, mas mantém a maior parte do trabalho investido a partir da família. Já o camponês, mantém vínculos de reciprocidade com a comunidade, redistribuição da produção entre os familiares, produz para o sustento da família, realiza trocas com o mercado, vende o excedente de sua produção, mantendo uma certa autonomia com relação ao mercado.

Fernandes (2001) ressalta um fato político importante: “toda agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa”. O caráter familiar é inerente ao trabalho investido na produção do estabelecimento rural tanto na agricultura familiar quanto na camponesa, o que diferencia os dois conceitos está relacionado com a integração ao mercado no aspecto econômico. Wanderley (2009, p. 40-41) insiste em esclarecer:

Que fique claro, desde já, que entre agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma mutação radical que aponte para a emergência de uma nova

classe social ou um novo segmento de agricultores, gerados pelo Estado ou pelo mercado, em substituição aos camponeses arraigados às suas tradições. Em certa medida pode-se dizer que estamos lidando com categorias equivalentes, facilmente intercambiáveis.

Dessa forma, mesmo o agricultor familiar organizado em um modelo mais próximo de uma empresa agrícola, guarda traços importantes da tradição camponesa. Importante destacar, que o agricultor familiar camponês é um trabalhador que vive com seus familiares no mesmo local de trabalho. Este aspecto da organização da vida camponesa nos remete à pesquisa que possa captar a sua existência para além da atividade produtiva ou econômica de suas trocas com o mercado. Compreendendo a dimensão da existência comunitária para além da renda, optou-se neste trabalho por identificar os sujeitos como camponeses, entendendo que este termo camponês é mais coerente para designar a realidade destes sujeitos que vivem e trabalham no campo, ou como Ploeg (2008) chama “a forma camponesa de fazer as coisas”, atividades, processos e no padrão de relações em que estão envolvidos e considera uma condição camponesa.

2.7. A COMUNIDADE CAMPONESA: ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

O tema do desenvolvimento comunitário foi muito utilizado nas décadas de 1960 e 1970 no contexto da modernização da agricultura, no sentido de integrar esses sujeitos ditos atrasados ao mundo moderno. Após este período, o tema deixa de ser central nas discussões acadêmicas e após o ano 2000 vem ganhando novos significados. O que representa construir o conhecimento a partir do desenvolvimento das comunidades? Tanto o termo desenvolvimento, quanto o termo comunidade são palavras complexas e com significados diversos a partir de diferentes pontos de partida para a análise.

Para Seidenberg (2004), o conceito de desenvolvimento vai se modificando ao longo da história humana. Desde a antiguidade até a idade moderna o conceito de desenvolvimento esteve ligado à ideia de revelação gradual, “des envolver”, o desenrolar de algo envolto. No século XVII, desenvolvimento tinha o significado de

direção, mudanças sequenciais inevitáveis. Já nos séculos XVIII e XIX, o desenvolvimento apresentava a concepção otimista de que os seres humanos, pelas próprias forças, poderiam moldar um novo mundo, cada vez melhor, significando movimento, processo, mudança e libertação. Para o autor, a noção de desenvolvimento como transição de sociedades tradicionais para sociedades modernas ocidentalizadas resulta da proposta de modernização e progresso da década de 1950, em que valores e modelos culturais econômicos e políticos foram impostos a estas sociedades chamadas de subdesenvolvidas.

A adoção da proposta desenvolvimentista pelos países ditos subdesenvolvidos tem ficado na concepção econômica do conceito, sem muitas vezes estar relacionado com uma melhoria qualitativa da vida de todos os cidadãos pertencentes a um país. Baptista (1978, p. 15) conceitua o desenvolvimento como um processo macrossociológico, caracterizado por mudanças qualitativas das condições vigentes em uma sociedade. Visto dessa forma, o desenvolvimento deve estar focado na melhoria da qualidade de vida de toda a população de uma sociedade, entendendo que a dimensão econômica do desenvolvimento pode contribuir para esta melhoria qualitativa, assim como, pode estar associado a uma concentração de renda e poder que acentua ou cria desigualdades.

Baptista (1978) entende que o processo de desenvolvimento traz consigo a mobilidade e a transição capazes de provocar transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, geradoras de tensões e conflitos. A autora sugere algumas mudanças resultantes do processo de desenvolvimento, tais como: mudanças na composição demográfica da população, (urbanização, migrações, flutuações da taxa de natalidade); na economia (desestruturação da economia de subsistência, no aparato produtivo e na estrutura de produção e da ocupação dos trabalhadores); mudanças socioculturais (estratificação social, níveis de vida, acesso à educação, relações sociais, hábitos, valores, pautas culturais, assimilação de novas regras); na estrutura política (novas atitudes, imagens e motivações políticas, emergência de novos grupos, partidos, métodos de ação).

A medida do desenvolvimento no Brasil é o Produto Interno Bruto - PIB. A partir da década de 1990, o PIB é considerado um índice insuficiente para medir o

desenvolvimento e o Índice de Desenvolvimento Humano passa a ser o principal indicador da qualidade de vida da população.

Seidenberg (2004) problematiza o conceito de desenvolvimento a partir de 1970 quando os termos humano, social, eco e sustentável passaram a adjetivar o termo, o que permite relacionar

[...] desenvolvimento e meio ambiente, desenvolvimento e governança global, ou ainda, desenvolvimento e os modelos de médio alcance. Em função disso, o termo voltou a ocupar um lugar de destaque nas políticas públicas, na academia, na mídia e nos projetos de diferentes grupos e organizações (SEIDENBERG, 2004, p. 15).

Em virtude desta visibilidade do conceito de desenvolvimento a palavra passa a ser utilizada nas mais diferentes proposições, sendo entendido como um conceito positivo que empregado em meios políticos ou acadêmicos nem sempre esclarece suas dimensões conceituais básicas. Assim, o conceito de desenvolvimento passa a ser utilizado com intensidade e frequência nem sempre condizentes com a sua utilidade (SEINDENBERG, 2004). O autor conclui que o desenvolvimento, entendido como melhorias qualitativas e quantitativas das condições de vida de indivíduos e sociedades deve estar conectado a estratégias pré-determinadas quanto ao que se espera dessas mudanças, ou seja, estabelecer de antemão as características, dimensão e prazo em que deverão ocorrer estas mudanças. Assim, será possível avaliar estas políticas de desenvolvimento, bem como, os responsáveis pela sua implementação.

O desenvolvimento social e econômico baseado apenas nos parâmetros quantitativos estão fadados ao esgotamento, devido ao próprio limite de recursos naturais existentes no planeta Terra, levando o ser humano à insustentabilidade. Para o autor, deve-se apostar no desenvolvimento socioeconômico a partir de aspectos qualitativos (SEINDENBERG, 2004).

Conforme discutido acima, este conceito esteve muito associado à dimensão econômica, pautada a partir dos países mais ricos para ser aplicado aos países empobrecidos. Então, a própria noção de desenvolvimento carrega em si, a necessidade de adotar uma série de tecnologias, conhecimentos, práticas culturais que irão substituir práticas, tecnologias, conhecimentos que são considerados

insuficientes para elevar determinado país, ou comunidade ou populações a se desenvolverem. A ideia do desenvolvimento econômico permitiu uma integração muito maior entre os países com a chamada globalização da economia. Esse processo de globalização, expandindo as propostas do desenvolvimento, pode ter contribuído para a desestruturação de comunidades, tecnologias endógenas, práticas, costumes, e até mesmo a desterritorialização de comunidades inteiras.

Kageyama (2004) discute que não dá para segmentar o desenvolvimento em rural e urbano, pois a integração entre estes dois polos é bastante evidente. Entretanto, a autora considera necessário pensar a parte rural do desenvolvimento, entendendo que há três formas de pensá-lo: o desenvolvimento exógeno, como foi a implantação da Revolução Verde e a modernização da agricultura, uma imposição de fora para dentro; o endógeno a partir dos atores locais e de iniciativas, nas quais as instituições locais têm papel importante; e um misto em que as iniciativas locais estão associadas a forças externas, formando redes complexas. Há necessidade de romper com o paradigma que norteou o desenvolvimento do rural a partir da modernização da agricultura. A autora traz o exemplo vivenciado na Europa em que o desenvolvimento rural está sendo proposto como novo paradigma para pensar outro modelo para a agricultura, com novos objetivos, em que:

[...] as novas práticas, como administração da paisagem, conservação da natureza, agroturismo, agricultura orgânica, produção de especialidades regionais, vendas diretas, etc., fazem do desenvolvimento rural um processo multifacetado, em que propriedades que haviam sido consideradas “supérfluas” no paradigma da modernização podem assumir novos papéis e estabelecer novas relações sociais com outras empresas e com os setores urbanos (KAGEYAMA, 2004, p. 384).

Para Kageyama (2004), o desenvolvimento do campo é multissetorial e multifuncional. Multissetorial pela pluriatividade desempenhada pela população que vive no campo e multifuncional pela diversidade de funções que o rural assume: produtiva, ecológica, ambiental e social. Por pluriatividade a autora entende que é a diversificação das atividades que geram renda no espaço do campo, além da atividade produtiva da agricultura, outras atividades ocupam as famílias como o artesanato, processamento de produtos naturais, turismo rural e a conservação ambiental.

Se o desenvolvimento está inserido na busca pela melhoria da qualidade da vida das famílias, o conceito de comunidade se refere à organização comunitária e vivência cotidiana das pessoas em uma comunidade. Como compreender o conceito do desenvolvimento comunitário?

Para Gohn (2005), comunidade pode ter diferentes significados: pode se referir a um território, a uma população que ocupa um território, assim como, pode ter um caráter virtual referindo-se a um sentimento de pertencimento de um grupo. Como o termo possui ampla gama de usos e significados a autora prefere denominar comunidade como um termo e não como um conceito, devido a seu uso como categoria descritiva e uma noção carregada de senso comum. Do senso comum pode-se dizer que comunidade é um termo que traz boas lembranças, impressões e sensações. Lembramos de uma vida compartilhada, saberes, conflitos, trabalho.

A tão propagada modernidade vem sistematicamente contribuindo para o fim desta comunidade, enquanto compreensão de comunidade como o que é o tradicional em contraponto ao que é moderno. Bauman (2010) enfatiza que abrimos mão da comunidade em nome da liberdade. A comunidade exige certo comportamento dos sujeitos, que ao abrir mão dela podem sentir-se mais libertos. As comunidades naturais vão se desestruturando, o que resta são as obrigatórias. A vida urbana se dá a partir do isolamento dos indivíduos da comunidade e pela troca desta pela sociedade. Tavares (2008) entende que o fim das comunidades faxinalenses está ligado à territorialização do capital e monopolização da terra, resultantes dos processos de desenvolvimento exógeno adotado.

Para Gohn (2005) o fim das comunidades tradicionais ocorre simultaneamente à formação da sociedade, assim, na primeira a ação social se inspira no sentimento subjetivo dos participantes constituintes de um grupo. Por outro lado, a sociedade é quando a atitude na ação social se inspira em uma compensação de interesses por motivos racionais. Assim, a comunidade representa o local “onde os indivíduos atuam como um todo, relações face a face e laços de afinidades” (p. 18). Segundo a autora, “esses laços pessoais são importantes para legitimar as pessoas em instituições como a igreja, o sindicato, a cooperativa, o próprio estado e as associações em geral”.

Gohn (2005) propõe uma ressignificação do termo comunidade no Brasil a partir de 1980 e da organização dos movimentos sociais, com o apoio da igreja, sindicatos e organizações não governamentais. O Estado também tem buscado ressignificar o termo a partir de políticas de combate à fome e a pobreza, e também nas ações que buscam a inclusão social dos excluídos. A autora explica ainda que na filosofia a ressignificação do termo está ligada ao plano simbólico, como uma crítica à sociedade do consumo e na busca de novas utopias, alternativas ao modelo de vida ocidental. Sendo assim,

Paradoxalmente, o termo comunidade tem retornado várias vezes ao sentido dado originalmente pelos socialistas utópicos: como ideal ou modelo civilizatório, como um grupo permanente de pessoas que ocupam um espaço comum, interagem dentro e fora de seus papéis institucionais, e criam laços de identidade a partir dessa interação (GOHN, 2005, p. 24).

Todavia, Gohn (2005) afirma que há uma distorção da concepção de comunidade que decorre da confusão da vida pública e vida privada, o que leva à perda de interesse pelas questões coletivas e produz uma guetização nas relações sociais, reduzindo a comunidade a um pretense ser coletivo o que não produz uma ação coletiva.

Significa que o momento em que vivemos tem sido importante para que busquemos ressignificar, valorizar saberes, conhecimentos e estratégias de construção da existência e que as comunidades podem contribuir significativamente com a construção de saberes se estivermos abertos a realizar um diálogo de saberes em busca de um ecodesenvolvimento.

Sabourin (2009a, p. 48) afirma que “a comunidade doméstica ou rural é marcada por um território, um sistema de vida baseado no parentesco, na interdependência econômica e em atividades e instituições locais”. A partir desta definição, o autor aponta os princípios básicos das comunidades camponesas no Brasil: o parentesco, a localidade, o sentimento de pertencimento e a reciprocidade.

Com relação à característica de parentesco, o autor esclarece que os membros de uma comunidade rural em geral, descendem de um ancestral comum, em geral o fundador da comunidade. O princípio de localidade está ligado à ocupação e controle de um território sobre o qual a população se identifica. No caso do Nordeste brasileiro

o autor explica que muitas comunidades rurais, na região das grandes monoculturas, originam-se da conquista da terra uma parte do território que pertencia à grande fazenda.

O pertencimento a uma comunidade rural está ligado a uma identidade coletiva e o compartilhamento de saberes, práticas e valores que a constituem, no entanto, a religião pode ser considerada “um dos principais valores simbólicos de referência comum” (SABOURIN, 2009a, p. 51). A reciprocidade é expressada por meio “de formas de solidariedade, na produção ou na redistribuição de alimentos, que constituem o nível do real; mas ela existe também no plano simbólico, através da reza, do canto, do compartilhamento do verbo” (SAUBORIN, 2009a, p. 52). Um dos momentos de encontro das famílias camponesas para a celebração da abundância, da reza, a que o autor se refere, está ligada às festas das padroeiras da comunidade ou santos populares como São Gonçalo, São Sebastião e São Pedro. As danças de São Gonçalo são realizadas mediante o convite de uma família para o pagamento de uma promessa, sendo momentos de celebração coletiva nos quais o sagrado e o profano estão associados.

Segundo Tavares (2008), uma comunidade camponesa faxinalense se diferencia de outras comunidades camponesas por quatro características principais: Primeiro, as famílias faxinalenses utilizam a terra para a sua reprodução enquanto “classe para si”, não possuindo assalariamento, em momentos de muito trabalho utilizam laços de solidariedade por meio da troca de serviços, ou da realização de mutirão. Segundo: há uma cultura própria no uso da terra na comunidade faxinalense, quando a família cede uma parte de sua terra para o uso coletivo. Também, quando uma família com laços de compadrio ou de parentesco, que não tem terra deseja fazer parte da comunidade, os laços de solidariedade afloram com a cessão de um pequeno pedaço de terra para a casa, horta e pomar. Terceiro: As famílias faxinalenses vivem no criadouro comunitário, onde circulam as criações pequenas e grandes, é neste espaço que se manifestam todas as suas práticas sociais, culturais e religiosas. Quarto: A família faxinalense é enraizada em sua terra, podendo viver nela por muitas gerações, como ocorre no Centro Sul do Paraná, onde encontram-se os tataranetos vivendo na terra de seus ancestrais.

As comunidades camponesas têm construído laços de reciprocidade e formas de usos dos recursos naturais que caracterizam o que Ostrom et al (2007) denomina de ação social coletiva. Como um contraponto ao que Garret Hardin argumentou em seu artigo em 1968 na “Tragédia dos Comuns”, que os recursos comuns de uso aberto seriam degradados pelo uso acentuado e o egoísmo de alguns que se apropriariam o máximo que pudessem. Ostrom (2007) tem demonstrado que os recursos comuns, não são comuns a toda sociedade, mas sim a um determinado grupo. Esse grupo estabelece regras para o uso dos recursos, que muitas vezes são mais eficientes que as regras propostas pelo próprio Estado. Carneiro (2014) chama a atenção para a dimensão que tem pensar o desenvolvimento territorial como um espaço de criação coletiva e reforça que as instituições informais foram muito mais eficientes na organização e na implementação de uma ação social voltada à melhoria da qualidade de vida de seus sujeitos sociais que as instituições formais. A autora apresenta o caso dos agricultores camponeses das áreas de preservação permanente (APPs) no Rio de Janeiro que estavam acostumados a fazer uma agricultura tradicional itinerante e que com a demarcação das APAs estão sendo coibidos pelos órgãos ambientais, gerando conflitos com agricultores que vivem nestas áreas há séculos. Se ainda há floresta é porque as estratégias de agricultura itinerante possibilitavam a regeneração da floresta.

Pensar o desenvolvimento comunitário se constitui numa tarefa complexa, principalmente a partir do espaço do campo. Conforme discutido, tais conceitos são contraditórios e de difícil diálogo e pouca convergência o que tem contribuído para a desestruturação das comunidades. A proposta do desenvolvimento sedimenta a noção da substituição da comunidade pela sociedade. O modelo prioritário para o campo brasileiro tem se constituído numa substituição do agricultor pelo empresário, da substituição do conhecimento tradicional sobre a agricultura e os recursos naturais (floresta, solo, água, sementes, ferramentas) por conhecimentos externos, monopolizados pelas indústrias. Ao agricultor tem sido proposto o mundo urbano. Mas, Ploeg (2008, p. 174), ao analisar o desenvolvimento rural em regiões da Europa e América Latina, fala de uma recampesinização, que “é um processo endógeno de mudança gerado pelas comunidades”. A diversificação dos processos produtivos tem levado famílias camponesas a novos níveis de competitividade com maior autonomia,

circuitos curtos de comercialização que ligam a produção e o consumo a uma agricultura de baixo custo o que o autor chama de refundamentação da agricultura na natureza como papel central. Outros elementos fundantes são a pluriatividade e novas formas de cooperação, com um aumento da artesanidade. Todos esses elementos associados fazem perceber uma reestruturação do mundo social e do mundo natural.

3. METODOLOGIA ADOTADA PARA A PESQUISA

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IRATI

O Município de Irati encontra-se no segundo planalto paranaense a 140 quilômetros da Capital Curitiba conforme se visualiza na Figura 1. Apresenta altitudes em sua maior parte variando de 755 a 930 metros, com área total de 99.822,24 hectares. A vegetação predominante se caracteriza pela Floresta Ombrófila Mista ou Floresta de Araucária, integrante do Bioma Mata Atlântica (MAZZA et al, 2005). O clima predominante na região é segundo Koppen, Cfb, mesotérmico, úmido e superúmido, sem estação seca com verões frescos e com média do mês mais quente inferior a 22°C, geadas severas e frequentes (CAVIGLIONE et al, 2000).

FIGURA 01: Localização do Município de Irati

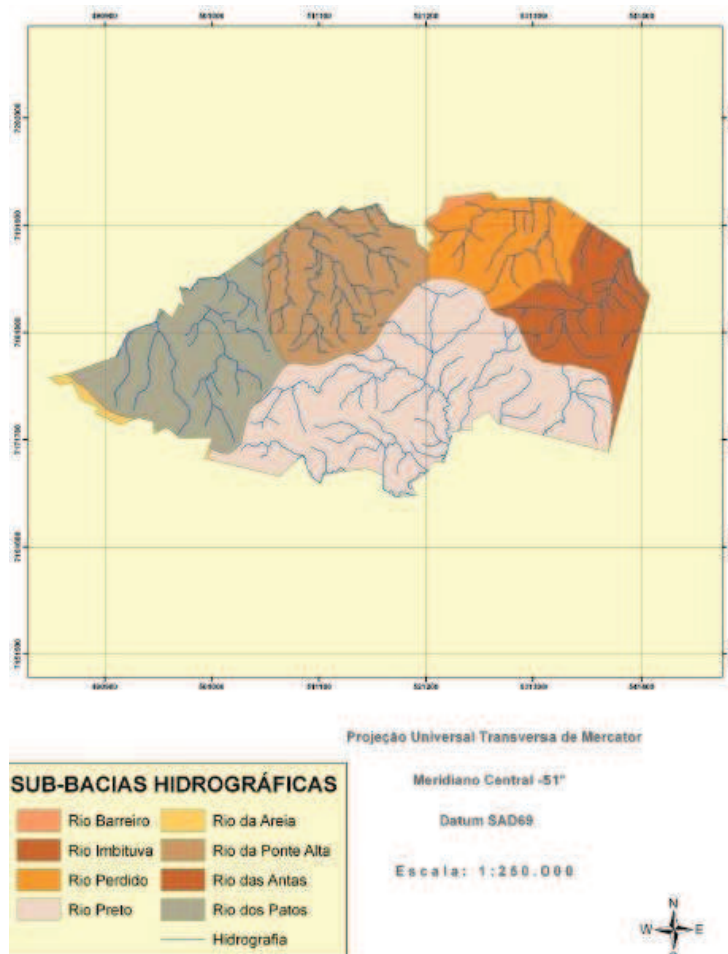


Fonte: Adaptado de Ipardes (2015)

Para Mazza et al (2005), o Município de Irati tem importância estratégica do ponto de vista da conservação ambiental, por constituir-se no divisor de águas das

três principais bacias hidrográficas do Paraná: Iguaçu, Ivaí e Tibagi, visualizado na Figura 2. À face Sul do divisor de águas está a Bacia do Rio Iguaçu, à Nordeste está a Bacia do Tibagi e à face Norte está a Bacia do Ivaí. A rede de drenagem é de 19,25 metros por hectare, sendo classificada como rica. O Município de Irati apresenta oito sub-bacias sendo a principal a Bacia do rio Preto que ocupa 38,39% do município, com cerca de 38.320 hectares. Essa sub-bacia tem como principais tributários o próprio rio Preto, o rio Corrente, o rio Guamirim, o rio Água Quente, o rio Taquari e o rio Pirapó, entre vários rios de menor porte. A Comunidade Arroio Grande está ao Sul do Município banhada por dois rios principais: o rio Preto e o rio Água Quente, que se juntam e formam o rio Potinga, na divisa do Município de Irati e Rebouças, componentes da Bacia do rio Iguaçu.

FIGURA 02 – Mapa da Hidrografia de Irati – Paraná



FONTE: MAZZA et al (2005)

Irati também possui nas divisas Oeste e Leste do Município as duas principais Unidades de Conservação com Floresta Ombrófila Mista do Paraná, respectivamente, a Área de Proteção Ambiental Estadual da Serra Esperança e a Floresta Nacional de Irati, doravante designadas por APA da Serra Esperança e FLONA de Irati.

O Município de Irati possui um número representativo de famílias que vivem no campo. Segundo o Censo agropecuário de 2006, existem 2992 estabelecimentos rurais, dos quais 2588 têm caráter de agricultura familiar. A população residente no meio rural tem se reduzido significativamente ao longo dos últimos 60 anos. Segundo os dados do IBGE, em 1950 o município possuía 25.491 habitantes, sendo 31% urbano e 69% rural. Dados do Censo de 1980, divulgados pelo IPARDES (1984), mostram que a população de Irati era de 42.234 habitantes, sendo 22.234 (53,9%) população urbana e 19.469 (46,1%) rural. Em 2010, a população era de 56.207 habitantes, sendo 44.932 (79,9%) urbano e 11.275 (20,1%) rural (IBGE, 2010).

3.2. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESTUDADA

O local de realização desta pesquisa é a Comunidade Rural Arroio Grande, localizada a 25 km da sede do Município de Irati, PR. Para a caracterização da comunidade, utilizaram-se informações coletadas nas entrevistas realizadas no primeiro semestre de 2013. Essa comunidade camponesa foi fundada por caboclos no final do Século XIX e manteve-se organizada como um faxinal até meados da década de 1980. Atualmente, vivem 92 famílias na comunidade, com uma população de aproximadamente trezentas pessoas, na Figura 03 pode-se visualizar a organização das moradias em uma propriedade. Destas, estima-se, a partir de informações obtidas na comunidade, que cada família possui aproximadamente duas pessoas em situação economicamente ativa, totalizando 184 pessoas. Desta população, aproximadamente 24% (42 pessoas) têm como fonte principal de renda o trabalho assalariado em empresas ou instituições públicas da região. Dezoito famílias, ou 19,5% das famílias, cultivam o tabaco. Observou-se, também, que algumas famílias possuem membros com mais de 60 anos cuja renda principal é a pensão da aposentadoria. Ademais, há famílias que realizam uma agricultura tradicional baseada

no aprendizado de seus antepassados. Aliado à agricultura tradicional, um grupo de oito famílias, 8,6% da totalidade, vêm há mais de 10 anos se organizando, valorizando a forma tradicional de fazer agricultura, mas promovendo um diálogo com a ciência da agroecologia.

FIGURA 03 – Vista parcial com diversas casas em uma mesma propriedade



Fonte: a autora (2014)

A escolha do local de pesquisa está relacionada com a demanda apresentada por lideranças da comunidade aos professores do curso Técnico em Agroecologia do Instituto Federal do Paraná (IFPR), Câmpus Irati, referente à necessidade de recuperação da fertilidade dos solos. Essas lideranças perceberam a necessidade de melhorar a fertilidade dos solos da comunidade, desgastado devido ao uso contínuo há mais de cem anos. Tal desgaste agravou-se em decorrência dos processos erosivos acelerados pela modernização agrícola tardia, iniciada a partir de 1980, após

a Comunidade abdicar do Sistema Faxinal, vários proprietários optaram pela monocultura, principalmente a fumicultura.

3.3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Parte fundamental da pesquisa, a metodologia é o caminho do pensamento e a prática realizada para abordar determinada realidade. Permite articular conteúdos, pensamentos e a existência (MINAYO, 2003). Para melhor compreensão da realidade da comunidade escolhida, a metodologia adotada quanto aos objetivos se caracterizou como uma pesquisa exploratória, visando compreender a ocupação e o uso do solo neste local. Quanto à abordagem, a pesquisa teve caráter qualitativo e quantitativo. A adoção da pesquisa qualitativa justificou-se, pois, segundo Minayo (1999, p. 22), por tratar-se de um tipo de pesquisa que tem como sujeitos de estudo “gente em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados”. Também entendemos que para estudar os sujeitos de uma determinada comunidade precisamos considerar que a realidade é complexa, contraditória e em permanente transformação. O caráter quantitativo da pesquisa buscou compreender como acontece atualmente o uso do solo, qual o tamanho das propriedades, qual o tamanho das famílias, quantas famílias vivem em uma mesma propriedade.

A realização da pesquisa iniciou com uma atividade do Curso do Mestrado em Desenvolvimento Comunitário denominado de pesquisa de investigação exploratória de comunidades. Essa atividade teve por objetivo aproximar os estudantes das diferentes formas de organização comunitária que ocorrem na área de abrangência e de interesse dos estudantes, além de propiciar o olhar interdisciplinar para os sujeitos dessas comunidades.

A pesquisa exploratória iniciou-se a partir da aproximação com membros da comunidade, identificando os moradores mais antigos que pudessem contribuir com sua visão histórica da ocupação e uso da terra local. Após contatos com lideranças, foram pré-agendadas as visitas nas residências dos moradores que concordaram em conceder entrevistas. Foram realizadas três entrevistas, sendo duas em duplas e uma

individual que possibilitaram uma visão geral da história da comunidade e das famílias que lá residem. Na figura 04 pode-se visualizar entrevista realizada com a senhora D. Maria Rosa (*In memorian*).

Figura 04- Entrevista realizada pela equipe de pesquisa de investigação exploratória de comunidade.



Fonte: a autora (2013)

Esta estratégia teve por finalidade realizar um breve levantamento histórico da comunidade partindo das falas dos próprios moradores. Sendo assim, realizou-se entrevista semiestruturada que ocorreu a partir de um roteiro de questões pré-elaboradas em relação ao surgimento da comunidade, questões históricas de como era a forma de agricultura e, principalmente, em relação aos faxinais.

Além da pesquisa exploratória de investigação da comunidade, outra técnica de pesquisa que foi utilizada durante todo o estudo foi a observação participante. Para Minayo (2003, p. 59), “a técnica da observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações

sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos”. Por intermédio da observação participante, o pesquisador pode captar situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas.

Para Richardson (1999), a observação participante é uma técnica de pesquisa recomendada principalmente para o estudo de grupos e comunidades. O autor observa a importância de esclarecer para a comunidade a finalidade e os objetivos da pesquisa, numa relação ética entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.

A inserção do pesquisador na realidade dos sujeitos pode variar de acordo com os seus interesses. Neste trabalho, a observação participante ocorreu por meio da participação no cotidiano do grupo, através da observação de eventos do dia a dia (MINAYO, 2003). Dentre as atividades desenvolvidas pela comunidade, foi possível participar de momentos coletivos de reuniões, festas comemorativas, assim como, observar a realidade nos momentos de visitas individuais às famílias.

Para a obtenção de dados referentes ao uso do solo, foram realizadas visitas às famílias, momento que possibilitou a aplicação de um questionário. Este versa sobre os principais usos do solo realizados pelas famílias e os resultados econômicos obtidos. Foram coletadas informações sobre o tamanho das propriedades, número de pessoas e famílias que ali residem e infraestrutura produtiva básica. Observou-se de modo geral, as características do agroecossistema em relação ao relevo, à radiação solar, aos ventos, tipos de solos, situação atual de uso, áreas de proteção permanente, elementos culturais das famílias no manejo do agroecossistema e das relações comunitárias.

Foram aplicados cerca de dezenove questionários com a finalidade de obter dados visando conhecer a realidade atual da ocupação e o uso do solo. A partir dos questionários foi possível compreender a problemática do uso do solo, levantar dados quantitativos em relação ao tamanho das propriedades, tempo de utilização das áreas, formas de uso, formas de manejo entre outras informações. A seleção das famílias para a aplicação do questionário ocorreu, preferencialmente, a partir de seu envolvimento direto com a agricultura, sendo esta considerada sua atividade principal e a disponibilidade em contribuir com a presente pesquisa.

A partir das informações levantadas nos questionários e com a observação participante foram realizadas novas entrevistas que objetivavam complementar as informações qualitativas quanto ao histórico de uso e ocupação dos solos, assim como buscar elementos que caracterizem a história da comunidade desde a sua fundação. As entrevistas foram realizadas com pessoas que detém informações importantes para a pesquisa e foram escolhidas com base no seu papel de liderança, formal ou não, que exercem ou exerceram na comunidade, como presidente da associação ou representantes em conselhos de políticas públicas. Foram realizadas quatro entrevistas, gravadas em áudio, para posterior análise dos conteúdos. Destas todas ocorreram com a participação da família.

4. A COMUNIDADE ARROIO GRANDE E SEUS DESAFIOS

“A terra é tudo para nós.” (ENTREVISTA 5)

Diante do contexto de êxodo rural dos últimos 50 anos, resultado de decisões políticas sobre o desenvolvimento do campo e da cidade, nota-se a tendência crescente ao esvaziamento do campo. Pressionados por vários elementos sociais, produtivos e tecnológicos as famílias camponesas vão desocupando a terra para dar lugar à monocultura da grande empresa capitalista. Nenhuma comunidade camponesa está isolada e imune a esta tendência. Mas resistir em seu território tem sido a marca registrada em muitas destas comunidades. Para essas famílias, a terra é a fonte da vida, fonte de seu sustento e não um recurso para enriquecer a qualquer custo.

Na Comunidade Arroio Grande, essa resistência tem na origem faxinalense um dos seus pilares. Os laços de reciprocidade e solidariedade consolidam uma convivência comunitária que estão muito além da busca pelo lucro acima de tudo. Por mais que o Faxinal esteja extinto há mais de trinta anos, há aquelas famílias que lutaram pelo fim do sistema, e outras que ainda hoje lamentam o seu fim e a desilusão de ser faxinalense sem faxinal. Na concepção faxinalense o uso da terra é coletivo e compartilhado pelos seus familiares que dela necessitarem. Passadas muitas gerações vivendo na mesma terra, vários desafios e problemas vão se acentuando na vida cotidiana dessas famílias camponesas. Elencamos os desafios percebidos no decorrer deste trabalho que dialogam com os objetivos propostos para este estudo:

- a) Desestruturação do sistema faxinal na década de 1980, com o fim do criadouro comunitário.
- b) Redução das criações, principalmente de suínos e bovinos, afetando a renda das famílias.
- c) Parte das propriedades possui posse sem registros regularizados.
- d) Redução do tamanho das áreas com a divisão da terra entre herdeiros a cada nova geração.
- e) A redução das áreas das propriedades compromete o uso itinerante da terra por meio do pousio, acarretando um uso mais intensivo do solo.

- f) Pequenas áreas adotam a produção de tabaco integrado à agroindústria como alternativa de renda.
- g) Contingente significativo de pessoas a buscarem trabalho fora da comunidade.
- h) Diversas formas de degradação dos solos, desde a perda de nutrientes através de lixiviação até processos erosivos mais graves.

4.1. OCUPAÇÃO DA TERRA NA COMUNIDADE ARROIO GRANDE

Pelos relatos dos moradores pode-se deduzir que a ocupação da terra na Comunidade Arroio Grande ocorreu no final do século XIX e início do século XX. É difícil precisar a data, pois, não há documentos que comprovem o início da comunidade e a lembrança dos moradores não alcança esta data, assim como também não se lembram de datas específicas. O que os moradores têm como referência de ocupação das terras é a idade dos moradores mais antigos. Na entrevista 6, o agricultor, neto do Sr. Bento dos Santos, primeiro morador, conta que está com 70 anos, nasceu em 1944, seu pai João Stanislau dos Santos nasceu em 1914, foi o sexto filho de Bento dos Santos. Segundo as lembranças do agricultor, seu avô casou-se depois que chegou no Arroio Grande.

Um dos atrativos para a vinda dos moradores foi a riqueza da floresta de Araucária possibilitando uma agricultura dita de subsistência e também a construção da estrada de ferro, concluída em 1899. A Comunidade inicialmente se caracteriza por população cabocla oriunda da mistura de raças indígena e portuguesa. Em consonância com os ensinamentos de Tavares (2008) que explica a origem dos faxinais no Paraná a partir da população que vai adentrando as matas dos pinheirais talvez em busca de autonomia, fugir do jugo dos senhores das sesmarias. Com o processo de colonização por imigrantes europeus, implementado nas primeiras décadas do século XX, ocorreu a vinda de poloneses e ucranianos para compor o quadro étnico atual da população do Arroio Grande.

Inicialmente cinco famílias ocuparam a região do Rio Preto, em uma área próxima de mil alqueires ou 2.420 hectares. Os animais podiam transitar em uma área bastante grande no criadouro comunitário, sendo que a produção agrícola tinha à disposição área suficiente para o sistema de derrubada, queima, seguida pelo pousio,

forma tradicional de agricultura, característico da época. A vegetação tinha importante remanescente de floresta de Araucária rica em erva mate, pinheirais e espécies madeireiras. Os animais que viviam no criadouro comunitário obtinham boa parte de seu alimento da floresta de Araucária, frutas e sementes como a guabiroba, o coquinho gerivá, o pinhão, entre outras. A erva mate foi durante um período significativo uma importante fonte de renda para as famílias, sendo que as espécies madeireiras produziam lenha e forneciam dormentes para o trilho do trem que era abastecido na Estação Arroio Grande, levando a crer que as famílias residentes no entorno da estação eram importantes fornecedoras de lenha como combustível para os trens movidos a vapor (ENTREVISTA 5).

Historicamente, há uma sucessão de ciclos econômicos no Paraná. Primeiro a mineração, depois a pecuária que tiveram grande importância na fixação do homem e nos desenvolvimentos iniciais da província. O processo continua em seguida com a erva mate sobrepondo a partir da segunda metade do seu ciclo ao ciclo madeireiro. A Região Centro Sul do Paraná tinha um papel fundamental para a economia do estado desde meados do século XIX até 1930, com a produção de erva mate. Com a inauguração da estrada de ferro em 1899 agilizou-se o transporte de cargas, para o porto de Paranaguá. Segundo Luz (2006, citado por DEMCZUK, 2011) no ano de 1934 o transporte de erva mate foi de 1.663.888 kg e de madeira 26.165.981 kg. Nesse período, a exploração da madeira estava em ascensão. A floresta de Araucária apresentava espécies nativas de interesse para o desenvolvimento do Estado do Paraná. A primeira espécie explorada foi a erva mate (*Ilex paraguayensis*), por quase 100 anos. Após o declínio da comercialização da erva mate a exploração de madeira ganha destaque. Espécies como a imbuia (*Ocotea porosa*), a canela sassafrás (*Ocotea odorífera*) e o pinheiro (*Araucária angustifolia*) passam a ser destaque na comercialização de madeira no estado.

Os ciclos de exploração da floresta de Araucária estão diretamente relacionados com a vida da comunidade do Arroio Grande. Na entrevista 1 o agricultor nos relatou que quando era ainda muito jovem participava do corte da erva mate. A comunidade estava organizada em fazer a colheita da erva que era abundante entre os pinheirais. A forma de exploração da comunidade em sistema faxinal também contribuía para a preservação das espécies de interesse para as famílias. Por

exemplo, o pinhão, semente da Araucária, que de março (variedade São José) a agosto (variedade Kaiová) servia de alimento à família e também aos animais.

O costume dos caboclos era fazer o manejo seletivo da floresta. Então nunca se abria toda a área, apenas a que iria ser cultivada era roçada totalmente para queimar e plantar. A prática do pousio consiste no descanso ou repouso proporcionado às terras cultiváveis, interrompendo-lhe as culturas para tornar o solo mais fértil, uma estratégia de recuperar a fertilidade dos solos. A prática é comum entre pequenos agricultores que, após o plantio por três anos sucessivos, deixam a área em pousio por 3 a 5 anos o que, a depender do local, não é suficiente para a recuperação da fertilidade.

Com o declínio da comercialização da erva mate, a exploração da madeira passa a constituir um campo de trabalho importante. Quando jovem, o entrevistado 1 conta que no ano em que se casou, em 1953, o seu pai havia cortado e vendido 3000 pinheiros sendo que ele não tinha nenhum para fazer a sua morada. Então, ganhou a madeira de seu patrão, madeira de pinheiro que ele nos mostra no galpão até hoje em bom estado. Ele conta que a madeira hoje tem 100 anos de uso.

A exploração da madeira na comunidade estava associada à agricultura. As áreas de floresta eram derrubadas para o cultivo do trigo, milho e feijão entre outras culturas de sustento familiar. As terras recém-desmatadas eram muito férteis e produziam muito. As culturas mais importantes eram o milho, feijão, arroz, trigo, que eram utilizadas para o sustento das famílias, para o trato dos animais, principalmente porcos e galinhas e também eram comercializadas. Na comunidade várias variedades de milho eram cultivadas. O entrevistado 1 conta que tinha uma variedade de milho que tinha 7 metros de altura, milho branco que produzia duas espigas por planta: “quando nascia o taquaruçu na terra, significava que já estava forte novamente para o cultivo das lavouras” (ENTREVISTA 1).

A comercialização de alimentos como batata, milho, feijão, arroz e carne se constituíam como importante fonte de renda para as famílias. Moinhos comunitários nas redondezas faziam o beneficiamento do milho, do arroz, do trigo. De certa forma, a estruturação econômica da comunidade ocorre no auge do ciclo da erva mate, sendo

a cultura uma importante fonte de trabalho e renda, visto que o transporte estava muito próximo e a floresta era rica em ervais.

Como discutido, a história da Comunidade Arroio Grande se insere no contexto geral dos ciclos econômicos da história do Estado do Paraná e do Brasil, principalmente a partir do tropeirismo, o ciclo da erva mate, o ciclo da madeira. O destaque para a Comunidade Arroio Grande pode se dar a partir da preocupação das famílias no manejo das criações com o criadouro comunitário e a lavoura dita de subsistência. Somente a partir da década de 1980, com a extinção do sistema faxinal passa a ocorrer a adesão de famílias da comunidade à monocultura do tabaco.

Atualmente, muitas famílias se identificam a partir de uma cultura faxinalense que não tem mais faxinal. O fim deste sistema afeta as famílias da Comunidade Arroio Grande, pois, a criação que antes era abundante, tanto as grandes (pecuária, equinos), quanto as pequenas (suínos, caprinos), está muito reduzida. Apesar do fim do sistema faxinal, muito se vê dele, seja na paisagem, seja na organização das moradias, seja na organização do trabalho ou na vivência comunitária.

4.2. O PROBLEMA DA POSSE DA TERRA

A divisão da terra entre as gerações tem suscitado debates, devido às questões de continuidade na terra. A transmissão da posse da terra por herança é uma cultura que faz parte da Comunidade Arroio Grande, em que se divide a terra de forma igualitária entre os filhos, isso ocorre apenas quando o pai ou a mãe morre. Na entrevista 7 pode-se constatar quatro gerações convivendo na mesma propriedade (avós, pais, filhos e netos) onde já viveram os bisavós e tataravós totalizando seis gerações na mesma propriedade.

Com base nos dados coletados por meio de questionário aplicado em 19 propriedades, obteve-se que a média geral de área por propriedade que é de 14,2 hectares. Esta média é inferior aos 16 hectares considerado como um módulo fiscal no Município de Irati. Observou-se que nestas 19 propriedades vivem 31 famílias, o que, na prática, representa uma média de 8,73 hectares por família. Das dezenove

propriedades pesquisadas onze possuem menos de 16 hectares, sete tem entre 16 e 32 hectares e apenas uma tem área superior a dois módulos fiscais.

Tabela 02 - Dados referentes ao tamanho das propriedades e área total

Módulo fiscal	Nº propriedades	% de propriedades	Área total – ha	% área
< 1 módulo	11	57,89	53,26	19,68
De 1 a 2 módulos	7	36,84	132,7	49,03
>2 módulos	1	5,26	84,7	31,29
TOTAL	19	100	270,66	100

Fonte: pesquisa de campo realizada em janeiro de 2014.

Segundo diagnóstico realizado pelo IPARDES o Município de Irati tem concentração média a forte da terra representado pelo índice de gini de 0,574, enquanto que a concentração de terras no Brasil é muito forte índice de 0,816. Apesar da estrutura fundiária do Município de Irati ser caracterizado como de pequenas propriedades há um número significativo de grandes propriedades.

As cinco famílias que colonizaram a região demarcaram uma área de terra que mais tarde requereram ao estado. Essa terra foi marcada por agrimensores na época e seus limites foram respeitados, configurando a posse, mas até os dias atuais nem toda a terra está regularizada, sendo que, parte delas ainda não tem registro. As áreas requeridas inicialmente, tinham entre 100 e 250 alqueires para cada família, eram de mato com floresta de Araucária, não havia ninguém habitando a região. Cada um dos cinco se colocou em uma área e determinaram a sua posse. O entrevistado 6 relatou que o seu avô chamou dois agrimensores e realizou a demarcação de sua terra que tinha 100 alqueires paulista ou 242 hectares.

Realizada a medição das áreas, as famílias buscaram a regularização da posse, fazendo a solicitação ao estado, isto é, eles requereram a terra e pelo processo histórico que se deu, eles conseguiram a posse. Uma preocupação deles era a divisão da terra para os filhos, então a cada geração a terra vai sendo dividida. A posse de um dos pioneiros que era de 100 alqueires foi dividido para cinco filhos, sendo 20 alqueires para cada um. O seu filho que herdou 20 alqueires dividiu a terra para os seus cinco filhos, deu 4 alqueires para cada um. O entrevistado vive com a esposa e um filho adulto, ele está pensando em inventariar as suas terras, mas comentou que

teme que feita a divisão os dois filhos que estão vivendo nas cidades queiram vender a terra. Como a sua esposa também recebeu de herança 4,5 alqueires, totaliza 8,5 alqueires para realizar a partilha. Então a divisão da terra agora daria dois alqueires para cada filho (ENTREVISTA 6).

Do ponto de vista econômico, os filhos do entrevistado 6 mesmo que quisessem viver da agricultura enfrentam o problema de ter pouca terra. Tem-se ainda a questão da qualidade e uso da terra. Estas estão fracas comparadas à fertilidade que tinham no passado. O entrevistado 6 relatou que os 8 alqueires estão distribuídos em 5 áreas, 1,5 alqueires não têm registro regularizado, o custo para a regularização é um pouco alto e não dispõe de recursos para realizá-lo. Metade da área encontra-se com floresta nativa, pois o manejo da floresta sempre foi realizado levando em conta o tempo de pousio das áreas.

Dessa forma observa-se na comunidade um problema agrário de difícil resolução, pois, não há no Brasil um programa de Reforma Agrária que pudesse ampliar a propriedade da terra destas famílias.

Um dos desafios para a comunidade está relacionado com a regularização fundiária de algumas áreas. Apesar das famílias estarem realizando isso no decorrer do tempo ainda há várias glebas para regularizar. As famílias têm a posse da terra, mas não tem o registro de propriedade que exige investimentos, mas nem todas as famílias dispõem de recursos para realizar a regularização.

4.3. OS DONOS DA TERRA E OS DETERMINANTES DE SEU USO

Possuir a terra nem sempre é sinônimo de ter sobre esse território o livre direito de seu uso. Isto porque a forma como uma terra é utilizada, pode contrariar os interesses do poder hegemônico ou a forma dominante de fazer agricultura neste caso. Em nome da produtividade se valoriza as culturas com alto nível de tecnificação como a soja, que busca permanentemente expandir as suas áreas inclusive nos territórios de agricultura camponesa por meio do arrendamento. O interesse dos agricultores mais capitalizados em ampliar as suas áreas produtivas, leva a uma campanha pelas vantagens do arrendamento. Quando há resistência por parte da

família camponesa de arrendar sua terra, considerada ociosa por estar sendo usada como capoeira ou floresta, entra em cena a pressão e a desmoralização das estratégias camponesas. Todo ano o arrendatário visita a família e pede para arrendar a terra, “por que o senhor continua plantando essa mixariazinha de terra? Isto não dá nada, me arrende que você vai ter renda melhor”. “Ele pede para arrendar a terra, mas eu sei que se arrendar eles vão destocar e depois aterrar tudo”. O agricultor relata que se sente pressionado a arrendar sua terra, mesmo não tendo interesse nisso continua recebendo a visita do arrendatário que também visita outras famílias da comunidade para conseguir mais terras (ENTREVISTA 5).

Na entrevista 5, a família relata que utiliza a terra a seu modo, apesar de já ter cultivado fumo por mais de quinze anos, sempre cultivou a terra com a agricultura tradicional cabocla. Para eles, a recuperação do solo com a floresta é necessária, além do desenvolvimento da espécie bracatinga, muito utilizada para lenha dos fornos e também para a produção de carvão vegetal. A capoeira de bracatinga representa uma poupança e no momento que for necessário é possível lançar mão desse recurso. Além dessa espécie, a erva mate muito presente na associação com o pinheiro é uma das culturas das propriedades. A cada dois anos a família vende a produção dos ervais para as ervateiras da região. A qualidade da erva sombreada pela floresta atrai sempre as ervateiras. Esta acaba sendo uma cultura de renda originária da floresta, uma reserva de recursos que pode ser utilizada.

Na entrevista 6 a família conta que mesmo tendo pouca terra acaba arrendando uma parte, eles estão felizes com a parceria, pois os problemas de saúde do casal dificultam o trabalho na agricultura. A questão mais grave que relataram foi a derrubada das árvores com a destoca que acabou adentrando locais não pretendidos. Outras famílias também arrendam suas terras para o cultivo de fumo para famílias da própria comunidade ou para o arrendatário. Em visita a uma família da comunidade, foi possível visualizar o arrendamento de terras até ao lado da casa, inclusive, percebe-se a problemática da aplicação de agrotóxicos, sem obedecer a legislação²⁷ vigente no Estado do Paraná, que estabelece a distância de 50 metros de residências

27 Resolução nº. 22/85, que "REGULA A POLUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE POR AGROTÓXICOS E BIOCIDAS".

http://www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/GSV/Agrotoxicos/le_4_resolucao_SEIN_22_de_1985.pdf

para a aplicação tratorizada de agrotóxicos. O financiamento de tratores e equipamentos tem contribuído para a autonomia das famílias, pois, com o maquinário conseguem cultivar suas áreas de forma mais independente. O grupo ecologista da Comunidade Arroio Grande recebeu no ano de 2014 um trator com equipamentos, projeto realizado por meio de Emenda Parlamentar do Deputado Federal Dr. Rosinha e da Prefeitura Municipal de Irati.

A partir das considerações acima, percebe-se que a pressão para o arrendamento de terras na Comunidade é vista pelas famílias a partir de uma visão de degradação ambiental. A primeira ação do arrendatário é retirar a cobertura florestal, para possibilitar o uso do maquinário e depois nivelar o terreno. A partir do momento do arrendamento, as famílias perdem a visão das divisas de propriedades, pois o arrendatário vai nivelando os terrenos e os cultiva como um só.

4.4. USO DA TERRA: TENDÊNCIAS ATUAIS

4.4.1 Uso da terra para atividades produtivas, moradias e para preservação

Foram visitadas dezenove propriedades onde vivem 31 famílias, totalizando 93 pessoas. Das 31 famílias, 9 não têm atividade agrícola comercial e declararam que produzem culturas diversas para o atendimento das necessidades alimentares da família. As outras 22 famílias afirmaram realizar atividades agrícolas voltadas para a comercialização, sendo que destas, 12 se dedicam à fumicultura, 12 produzem feijão, 11 milho, 6 produzem hortaliças, 4 soja, 3 produzem erva mate e uma família tem a cultura do eucalipto como comercial. Os dados coletados nos mostram que 56,12% da área das propriedades estão sendo destinada para a agricultura, e 43,88% destinadas a áreas de preservação permanente e reserva legal. Por meio da Figura 05, pode-se verificar imagem parcial com a paisagem da comunidade Arroio Grande. Há um predomínio da pequena propriedade na comunidade, assim como no município.

Nas áreas do entorno da comunidade há fazendas de grandes extensões utilizadas principalmente para o cultivo de pinus, parte destas áreas no passado pertenceram ao faxinal.

Relatos de 3 famílias apontam o arrendamento de terras e uma família realiza parceria com fazendeiros da região em que o agricultor cede a terra e o fazendeiro entra com os equipamentos e dividem os custos de insumos principalmente para o plantio da soja. Estas estratégias estão ligadas à busca de alternativas para viabilizar a sua produção e geração de renda. Como as famílias não dispõem de muitas máquinas e equipamentos buscam na parceria uma forma de viabilizar o cultivo de suas terras. Dos 270,66 hectares levantados, apenas 33 hectares estão sendo arrendados ou usados em regime de parceria.

FIGURA 05- Vista parcial da paisagem diversificada da comunidade Arroio Grande



Fonte: a autora (2014)

Na safra 2013/2014, uma família produzia fumo orgânico. A partir da safra 2014/2015 o número de famílias cultivando fumo orgânico passou de 1 para 6 famílias. Essa rápida adesão à produção do tabaco orgânico está ligada à redução do uso de agrotóxicos, mas também à boa remuneração que tem sido ofertada pelas

companhias (60% maior que o melhor fumo convencional), o que dá um valor em torno de R\$14,00 por quilo.

A produção de alimentos orgânicos para os mercados institucionais contribui para a melhoria da qualidade de vida mesmo em pequenas áreas, o uso do solo para esta finalidade foi declarado pelas famílias em torno de 0,5 hectares. Esta estratégia alia-se ao desenvolvimento de um mercado alternativo de produtos orgânicos e agroecológicos comercializados diretamente com a população em feiras²⁸. Destaca-se o papel do Estado como impulsionador do desenvolvimento comunitário a partir de políticas de comercialização por meio dos mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos²⁹ e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Isso possibilita que famílias com pequenas áreas melhorem a sua qualidade de vida com a produção de frutas e hortaliças.

Seis famílias estão produzindo para os mercados institucionais organizadas na Associação São Francisco de Assis fundada no ano 2000 com o objetivo de comercialização da produção sem agrotóxicos. Um grupo de mulheres da associação trabalha na cozinha comunitária um dia por semana produzindo pão caseiro, bolachas e macarrão.

O trabalho de Mazza (2005) quanto ao uso do solo de municípios da região apresenta informações que se aproximam da forma de uso de solo na Comunidade do Arroio Grande. Há áreas significativas de capoeira e floresta nativa, representando 43,88% das áreas das propriedades. Mazza (2005) associa esta situação de uso de solo a uma prática ainda presente na região: o pousio para a recuperação da fertilidade da terra.

Segundo Gonzaga (2006), a renda da terra para a cultura do fumo é superior às outras opções de renda, o que é um estímulo para os agricultores que detêm pequenas áreas adotarem a cultura, é o que se percebe também na Comunidade

28 O projeto de feira agroecológica é uma iniciativa de professores da UNICENTRO e iniciou em maio de 2014. Todas as quintas feiras, acontece a feira com produtos diversificados, a partir da produção de famílias de duas comunidades (Arroio Grande e Acampamento Mario Lago) do Município de Irati. A Prefeitura Municipal através da Secretaria da Agricultura é parceira do projeto.

29 O ano de 2013 marcou o Programa de Aquisição de Alimentos por denúncias e prisões de agricultores acusados de não utilizar os recursos adequadamente, porém, as entidades têm se mobilizado para provar a inocência dos agricultores. Infelizmente os recursos federais estão bloqueados o que tem forçado as famílias a buscarem alternativas.

Arroio Grande. Quanto à cultura da soja, a adesão tem se dado mediante parcerias com fazendeiros da região, seja por arrendamento ou parceria na divisão das despesas com a cultura. Outra opção que tem uma renda importante em pequenas áreas é a produção de hortaliças, sendo o principal desafio diversificar as alternativas de comercialização para não ficar na dependência dos mercados institucionais. A tabela 03 retrata a dimensão de uso do solo para as principais culturas:

Tabela 03 - Dados referentes às opções de uso de solo para as principais culturas.

Opção de uso do solo	Nº propriedades	Área média de plantio (ha)	Renda média anual	Renda por hectare
Fumo	12	2	25.000,00	12.500,00
Soja	4	9	12.700,00	1.411,11
Hortaliças	6	0,5	6.000,00	12.000,00
Eucalipto	1	2	3.333,33	1.666,67
Erva mate	3	2	3.600,00	1.800,00
Milho	11	2	2.480,00	1.240,00
Feijão	12	1	1.700,00	1.700,00

Fonte: pesquisa de campo realizada em janeiro de 2014.

A cultura do milho apesar de ser cultivada na maioria das propriedades está muito ligada à produção de alimentos para os animais como aves, suínos, bovinos e equinos, complementando o sustento familiar. A comercialização do excedente de milho é realizada na própria comunidade com a venda do milho em espiga.

O feijão também é produzido pela maioria das famílias, mas devido à grande quantidade de trabalho que a cultura demanda a área destinada é pequena, pois coincide com a colheita do fumo e há pouca disponibilidade de trabalhadores diaristas. Na figura 06 pode-se visualizar uma lavoura de feijão orgânico, onde é possível observar a mistura de pequenos pedaços de cascalho, resultado de perda de solo. A venda do feijão é realizada diretamente nas propriedades e nos cerealistas nas proximidades da comunidade. Os custos de produção das principais culturas destoam do modelo agrícola industrial, pois alternativas locais são encontradas para reduzi-los. A maioria das famílias utiliza a tração animal para o preparo do solo ou contrata serviços por horas de máquinas de vizinhos. Como exemplo da redução de custos

com insumos, pode-se citar a produção de fumo orgânico comparado com o convencional, em torno de R\$1.500,00 por hectare para o orgânico, enquanto no convencional o agricultor gasta em torno de R\$ 3.500 para a mesma área.

Figura 06- Lavoura de feijão orgânico em área com sinais de degradação física



Fonte: a autora (2013)

Uma característica muito marcante da cultura camponesa é a produção de alimentos para o sustento familiar, que de forma depreciativa é denominado de produção de subsistência. Esta característica é muito marcante na Comunidade Arroio Grande. Todas as famílias visitadas investem na produção do sustento familiar, produzindo grãos como milho, feijão e arroz; hortaliças; raízes como batata-doce, batatinha, mandioca, inhame; frutas; animais como aves, suínos e bovinos (esse último também serve de animal de tração, produz leite, o que propicia à família obter diversos subprodutos, o couro com o qual fazem parte dos arreames utilizados nos animais e também a carne). Na análise da renda da agricultura nem sempre os alimentos do sustento familiar são considerados o que muitas vezes acaba retratando

uma situação de pobreza que pode não se configurar na realidade. Pode-se observar na figura 07 uma paisagem agrícola diversificada com lavouras de arroz, amendoim, feijão, milho, batatinha e tabaco.

Figura 07- Paisagem agrícola diversificada



Fonte: a autora (2013)

Observa-se a pluriatividade como uma alternativa ao problema da pouca quantidade de terra e da baixa renda da terra de algumas culturas. Muitas famílias estão trabalhando em diferentes tarefas no entorno da comunidade e também fora dela. Pelos relatos dos moradores, aproximadamente 50% das famílias da comunidade têm uma pessoa realizando trabalho assalariado. Percebe-se também a Previdência Social como uma importante fonte de renda para as pessoas mais idosas da comunidade. Das 31 famílias que vivem nas 19 propriedades visitadas cerca de 12 pessoas recebem o benefício em 9 famílias.

A degradação do solo é uma preocupação visível dos agricultores que fazem parte do grupo ecológico. Para eles a preocupação com o solo é grande, pois as

famílias foram fumicultoras e acreditam que a atividade contribuiu para a erosão e degradação de seus solos. São as famílias que estão em transição para agricultura de base ecológica que buscam diversificar o uso do solo.

4.4.2. O tradicional e o moderno moldando o uso do solo a partir da agroecologia

Na entrevista 7, a família relata a experiência de transição da agricultura convencional baseada na cultura do fumo para cultivos diversificados. A propriedade que a família trabalha pertence ao pai do agricultor e tem dezoito hectares. A neta dele faz parte da sexta geração vivendo na mesma terra, ocupada há mais de cem anos pelo seu bisavô. A cada geração a divisão da terra vai reduzindo o tamanho das propriedades o que exige das famílias uma constante criatividade para a sua manutenção como agricultores camponeses.

O fim do sistema faxinal coincide com a adoção da cultura do fumo pelas famílias. Trabalhar nessa cultura exige muita dedicação, explica o agricultor que por mais de quinze anos cultivou fumo.

A gente tem que trabalhar muito, principalmente na época da colheita e secagem, o trabalho acontece vinte e quatro horas dos dias e semanas de colheita. Sem contar os efeitos da colheita do fumo sobre a saúde, a gente sofria de mal estar, vômitos, e um tipo de alucinação, pois a gente ia dormir e não conseguia (ENTREVISTA 7).

Por quinze anos a família se dedicou à cultura do fumo, para isto se manteve integrada com empresas da região que realizam a logística de planejamento, produção, beneficiamento, compra e venda do fumo. “O que aconteceu é que depois de todo esse tempo, percebemos que não tínhamos um bom retorno econômico da cultura do fumo e além de tudo, estávamos ficando doentes e intoxicados e o solo destruído” (ENTREVISTA 7). O agricultor explica que a família queria muito mudar, mas não sabiam como, nem por onde começar. Então, eis que a proposta de transição começa a partir de um processo de educação popular. O agricultor exhibe em um quadro o seu diploma de conclusão do curso, certificado como Agente de Desenvolvimento Rural, que realizou através de um programa denominado Terra Solidária. Este programa foi um ponto de partida importante para processos

organizativos e mudanças na forma de uso do solo por famílias da comunidade Arroio Grande.

O Projeto Terra Solidária faz parte de um programa de formação voltado para atender aos sujeitos do campo, iniciativa da Central Única dos Trabalhadores e financiado pelo FAT – Fundo de Amparo para o Trabalhador. O programa previa aumentar a escolarização dos agricultores, ser suporte de profissionalização, além de formação política. Foram certificados pelo projeto mais de dois mil e quinhentos educandos e educandas dos três estados do Sul do Brasil, em três anos do projeto. O curso estava organizado em seis programas: ensino fundamental, desenvolvimento metodológico, pesquisa e diagnóstico, formação de formadores e gestão sustentável e solidária. Quanto à formação profissional, o projeto tinha por meta o desenvolvimento de uma agricultura baseada em princípios ecológicos. (ZUANAZZI, JAHN, 2013).

O agricultor conta que aprenderam lá no curso a valorizar a sua profissão, aumentou a autoestima de ser agricultor, a agricultora comenta que “a gente se sentia um nada, que estávamos aqui sem nenhum papel na sociedade, sem nenhuma proposta de política pública que favorecesse a pequena agricultura” (ENTREVISTA 7). Dentre os trabalhos desenvolvidos no projeto Terra Solidária os educandos tinham que organizar os agricultores em grupos, para compartilhar os conhecimentos adquiridos no curso. Assim, os dois estudantes da comunidade do Arroio Grande que participaram do curso, mobilizaram a comunidade e fundaram o grupo ecologista com nove famílias, entre o ano de 2000 e 2001. Educandos de outras comunidades também organizaram grupos ecologistas e em 2003 esses grupos fundaram a Associação São Francisco de Assis – ASSIS. A adesão à associação ocorre em grupos de agricultores, ninguém entra sozinho. A ASSIS foi uma das primeiras associações do Brasil a acessar o Programa de Compra Antecipada da Agricultura Familiar com doação simultânea, programa integrante do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos lançado em 2003 pelo Governo Federal.

A agroecologia é uma ciência bastante recente que tem proposto metodologias, princípios e conceitos que permitem estudar, avaliar, manejar, agroecossistemas. Perguntado sobre as dificuldades de transitar da agricultura convencional baseada na

cultura do fumo para a de base ecológica, o agricultor cita três problemas centrais: a questão da falta de sementes crioulas, a degradação do solo e os limites enfrentados na comercialização da produção.

A maior dificuldade é que não tínhamos mais sementes crioulas, perdemos as sementes, então começamos a participar de feiras de sementes e intercâmbios, onde pudemos recuperar as sementes. Sem sementes crioulas fica mais difícil fazer agricultura de base ecológica. Antes da fumicultura, tínhamos sementes e ferramentas para fazer uma agricultura voltada para o abastecimento familiar e venda de excedentes (ENTREVISTA 7).

A recuperação das sementes crioulas tem dado resultados muito positivos. As figuras 08 e 09 mostram uma família da Comunidade Arroio Grande participando da feira regional de sementes organizada pela AS-PTA no Município de Rio Azul em setembro de 2014.

Figura 08- Agricultor da Comunidade Arroio Grande participando da feira de sementes crioulas em Rio Azul no mês de setembro de 2014.



FIGURA 09 – Detalhe das sementes trazidas pelo agricultor para mostra e troca na feira de sementes crioulas em Rio Azul no mês de setembro de 2014.



Fonte: a autora (2014)

Outra dificuldade citada pelo agricultor foi o grau de degradação sofrido pelos solos: “tinha muita erosão nos solos, boa parte da terra boa tinha sido carregada, então tínhamos que reconstruir o solo, tarefa bastante difícil e lenta” (ENTREVISTA 7). Para orientar os processos de transição iniciados pelas famílias houve apoio do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR e da Assessoria de Projetos em Agricultura Alternativa - AS-PTA, que treinou os agricultores para fazer as curvas de nível, valorização das sementes crioulas, incentivo ao uso de adubação verde nos períodos de entressafra, entre outras práticas visando o manejo ecológico dos solos.

4.5. USO DA TERRA E POLÍTICAS PÚBLICAS

O uso do solo pode ser influenciado diretamente pelas políticas públicas propostas pelos gestores do Poder Público. Conforme discutido anteriormente, as políticas públicas voltadas para os sujeitos do campo têm apresentado dificuldades na sua execução. As famílias na Comunidade Arroio Grande relataram as suas limitações de acessar políticas públicas nas mais diversas esferas de governo, seja municipal, estadual e federal. Uma das principais demandas da comunidade apresentada ao Poder Municipal tem sido a manutenção adequada de estradas rurais

o que é uma demanda constante. Como a região Centro Sul do Paraná apresenta um regime de chuvas bem distribuído durante o ano, os processos erosivos e de desgaste das estradas exigem um trabalho permanente dos gestores para manter as estradas em estado regular. Relatos da comunidade denunciam que pelo menos duas famílias da comunidade estão cercadas de lavouras de pinus e praticamente sem acesso de estradas.

Outra reivindicação da comunidade diz respeito à distribuição de água. Apesar da riqueza hídrica da região cercada por dois rios, o rio Preto e o Água Quente, a situação de acesso à água é problemática. Conforme relatado pelas famílias, “não há boas nascentes na comunidade, “quando tem uma estiagem, o Arroio é a primeira comunidade que fica sem água, então pegamos água no rio, você viu que ali na chegada do rio tem um assoreamento grande, pois, às vezes, pega-se água com o trator, o que degrada o leito do rio” (ENTREVISTA 5). O governo municipal já iniciou dois projetos de reservatório e distribuição de água que até hoje não foram executados. Uma boa nascente existente na comunidade foi indicada para a captação de água, no entanto, sem a efetivação do projeto, essa boa nascente está sendo degradada, conforme relatado “a nascente boa está hoje comprometida com a retirada da mata nativa, está exposta” (ENTREVISTA 5). A comunidade continua lutando para organizar a distribuição de água, as demandas continuam sendo parte das reivindicações ao poder público municipal.

Uma política pública universal que chegou ao campo devido à ação comunitária é a escola. Na Comunidade Arroio Grande o terreno da escola foi doado por uma família. A escola foi construída pelos moradores e até os móveis, panelas, fogão e utensílios foram comprados com recursos mobilizados pela comunidade. Todavia, com a nucleação das escolas que iniciou no Paraná com o Governo Jaime Lerner (1995-1998), esta foi retirada da comunidade sem discussão, sem ouvir a opinião dos moradores. Atualmente, está fechada e as crianças vão até uma escola nucleada no Distrito do Guamirim que fica a nove quilômetros do Arroio Grande. Em uma das salas de aula, um grupo de mulheres da comunidade implantou uma cozinha e padaria comunitária onde produzem pães, macarrão, bolachas, doces e conservas que são entregues no PNAE e no PAA. Na figura 10 pode-se observar o grupo de mulheres trabalhando na antiga escola.

Figura 10- Grupo de mulheres trabalhando na produção de pães, bolachas e macarrão.



Fonte: a autora (2014)

Das dezenove propriedades pesquisadas, as famílias relataram que há seis tratores que foram adquiridos com recursos do PRONAF, o que comprova que as famílias estão acessando este programa. No entanto, uma família relatou uma grande dificuldade em acessar esse mesmo programa, cujo projeto buscava subsidiar a produção de alimentos para o PNAE e o PAA, esperou mais de um ano pela liberação do recurso, o que ocorreu apenas devido à sua persistência em ir ao Banco do Brasil pelo menos a cada quinze dias para solicitar a liberação. A conclusão que o agricultor chegou é que “grandes projetos interessam para o banco, mas como o meu projeto era um pequeno projeto eles não tinham interesse, sem contar que era o foco na agroecologia” (ENTREVISTA 5).

O que se observa na comunidade é um acesso a crédito derivado de recursos privados, que é o financiamento das estruturas e da produção da cultura do tabaco. A cultura do tabaco é apontada pelas famílias como a mais rentável, conforme os dados apresentados na Tabela 3, principalmente pelo apoio e forma de ação das empresas

fumageiras. Um contrato celebrado entre os agricultores e a empresa garante os insumos necessários à cultura, seja no manejo convencional ou orgânico, a assistência técnica, bem como, a garantia de comercialização da produção e o transporte. Apesar do destaque a essa integração, vários elementos negativos são relatados na parceria empresa agricultor, como a exigência do uso de agrotóxicos determinados pela empresa, a falta de controle sobre juros dos empréstimos e a possibilidade de “arresto”³⁰.

Desde o ano de 2004, o PAA tem possibilitado uma rearticulação da comunidade na produção diversificada e de base ecológica, o que permite visualizar uma alternativa ao cultivo de tabaco. A produção diversificada de grãos, frutas e hortaliças ocupa espaços pequenos e oferta produtos de boa qualidade para entidades e escolas do Município.

Um dos requisitos para acessar o PAA é ter uma entidade jurídica formada, com contrato social e CNPJ. Algumas famílias da comunidade Arroio Grande com outros grupos ecologistas da região fundaram a Associação São Francisco de Assis – ASSIS, que a partir de 2004 passou a ser uma das primeiras organizações a acessarem o PAA. O anexo A traz uma relação dos produtos entregues para entidades de Irati e região através do PAA, em que pode-se perceber a grande diversidade de produtos ofertados pelos agricultores. A partir de 2010, a CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento publica no portal da transparência os dados dos projetos do PAA nas modalidades formação de estoques e doação simultânea. A tabela 4 mostra os valores acessados pela ASSIS entre os anos de 2010 a 2014.

Tabela 4 – Dados de acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos pela ASSIS (em R\$)

2010	2011	2012	2013	2014
0	326.005,64	338.359,98	0	0

FONTE: CONAB (2015) organizado pela autora

A partir da Tabela 4 pode-se perceber que a ASSIS, executava um valor considerável de recursos do PAA, beneficiando mais de cem famílias da associação.

30 Arresto é uma expressão que designa medida cautelar de garantia de futura execução por quantia certa, ou seja, a apreensão judicial dos bens do patrimônio do devedor, no caso a família fumicultora possui o fumo colhido, e não poderá dispor dele, pois possui dívida com a empresa integrada. Este procedimento ocorre quando a produção está abaixo da quantidade contratada (a variação contratual permitida consiste de 5% para mais ou para menos (ALMEIDA, 2005).

Em setembro do ano de 2013, houve uma ação da Polícia Federal em diversas associações no Estado do Paraná, como objetivo de prender os gestores devido a denúncias de irregularidades na execução do programa. Na ação, os agentes vieram para prender os responsáveis pela associação e também verificar bens adquiridos com possíveis desvios de recursos. Na lista de bens, constava entre outros, uma camionete de R\$ 90.000,00 e conta no banco com valores absurdos. Quando os policiais chegaram às casas dos agricultores e não encontraram nem carro, casas muito simples, não disfarçaram a surpresa. Dentre as irregularidades apontadas pelas denúncias estavam a troca de produtos, produtos entregues fora da estação favorável para a sua produção, falta de controle das entidades receptoras, entre outras. Para cada uma das irregularidades apontadas há justificativas que não foram consideradas, levando à prisão dos agricultores. Por exemplo, ao fazer o projeto, os agricultores já iniciavam o plantio, mas a liberação do recurso só acontecia muitos meses depois, para não perder a produção, os agricultores começavam a entregar os produtos muito antes do dinheiro estar na conta, assim, quando o dinheiro entrava na conta havia boa parte do projeto já cumprido com notas a serem emitidas fora da estação que o produto foi entregue. A Polícia Federal manteve os agricultores presos por mais de quarenta dias, investigou cada uma das denúncias e passou o processo para a Justiça Federal. Até o final de 2015 espera-se finalizar o processo criminal.

Após a ação da Polícia Federal, muitos eventos realizados, como o VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, o III Encontro Nacional de Agroecologia, o I Congresso Paranaense de Agroecologia, produziram notas de apoio aos agricultores, reforçando a importância de ampliação do programa com mais segurança e garantia para os agricultores.

Com a deflagração da operação da Polícia Federal as famílias não receberam o pagamento dos produtos entregues e não conseguiram obter novos projetos até o presente momento.

No Paraná onze pessoas foram detidas. Dois agricultores são da comunidade Arroio Grande, gestores do programa, por estarem à frente da Associação São Francisco de Assis. Ficaram por 40 dias detidos na Delegacia da Polícia Federal em Curitiba e seguem respondendo a processo na justiça.

Apesar deste acontecimento, o PAA – na modalidade compra especial para doação simultânea, tem sido uma das políticas públicas mais efetivas para as famílias de pequenos agricultores. O desenvolvimento de políticas complementares como o serviço de assistência técnica e extensão rural poderá contribuir para maior qualificação dos gestores dos programas nas suas associações e assim reduzir os problemas de prestação de contas, aumentando a segurança das famílias em acessar tais programas. Até o momento, a Comunidade Arroio Grande não recebeu assistência técnica a campo para os agricultores, demanda necessária para as famílias avançarem na transição para a agricultura de base ecológica.

Apesar dos entraves enfrentados pelas famílias ao acessar o PAA, esta política pública representa um marco fundamental na melhoria da qualidade de vida das famílias de pequenos agricultores, pois possibilita uma comercialização da produção focada a partir dos mercados locais e da produção diversificada.

Com mais de um ano de bloqueio ao PAA, cerca de seis famílias estão participando da comercialização por meio do PNAE. Se considerarmos a demanda regional de produção para a merenda escolar, é possível verificar as potencialidades existentes no território Centro Sul para a produção diversificada, visando atender à região de Irati. Esta política pública poderá ampliar muito sua efetividade em Irati e na Comunidade Arroio Grande, pois das 92 famílias apenas seis estão participando da venda para a Merenda Escolar.

4.6. PREÇO DA TERRA *VERSUS* PREÇO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS

O modelo agrícola baseado no uso intensivo da terra, agroquímicos e mecanização adotado no Brasil, tem como um dos seus pilares a monocultura na qual destaca-se a cultura da soja, uma das *commodities* com os preços fixados no mercado internacional. Segundo a previsão da CONAB a área cultivada com grãos³¹ na safra 2014/2015 será de 57,76 milhões de hectares, destes 31,62 milhões são destinados à cultura da soja (CONAB, 2015). Como se vê, a cultura da soja tem prioridade no uso

³¹ A produção estimada de culturas de grãos anuais (as principais são soja, milho, arroz, trigo, feijão) será de 202 milhões de toneladas. O Estado do Paraná se destaca no cenário nacional sendo responsável por 18,3% da produção total, perdendo apenas para o Estado do Mato Grosso que produz 24,6% da safra 2014/2015 (CONAB, 2015).

dos solos para grãos, utilizando mais da metade da área. A valorização desta cultura tem contribuído para elevar os preços da terra para lavouras, principalmente no Estado do Paraná.

A Região Centro Sul do Paraná tem utilizado a terra para reflorestamento de pinus e eucalipto, principalmente os proprietários de médio a grande porte. Predomina na região o pinus, por ser mais resistente ao inverno, essa cultura tem ocupado áreas de menor aptidão agrícola.

Os produtos agrícolas estudados por Souza e Viana (2007) apresentaram queda significativa de preço real no período entre 1973 e 2005, de 67,3% para o arroz, 68,1% para o feijão, 67,1% para o milho, 79,9% para a soja e 76,0% para o trigo. Os autores atribuem esta desvalorização acentuada à expansão das áreas de lavouras e ao incremento de tecnologia no campo, resultando no aumento considerável da produção e produtividade das culturas.

Quanto ao preço da terra para lavouras, de 1983 até 1996 houve um decréscimo no valor de U\$ 1600,00 para U\$ 1300,00 (REYDON et al, 2006). A queda percebida no valor da terra é associada às altas taxas de juros durante o Plano Real o que ocasionou pouca atratividade da terra como reserva de valor durante a década de 1990. Já a valorização da terra a partir do ano 2000 está associado à política cambial favorável para as exportações de carnes, soja e seus derivados, aumento de recursos para o crédito rural e o aumento da demanda de terras para a produção de agrocombustíveis (GASQUES, BASTOS, VALDES, 2008). O jornal o *Estado de São Paulo* publicou dados entre 2003 e 2012, segundo os quais o preço da terra subiu 227% (CHIARA, 2013). Os valores praticados em Irati no ano de 2014 corroboram o estudo apresentado no jornal *O Estado de São Paulo*, o valor do hectare de terra de lavoura (distante 20 km do centro da cidade) em Irati é comercializado pelo valor de R\$ 16.000,00 ou U\$ 6.201,55 (dólar comercial em 22/01/2015 U\$2,58).

Em contraponto ao preço da terra, verifica-se que o dos produtos agrícolas como o milho, arroz e feijão pouco tem se alterado ao longo destes trinta e cinco anos, ao contrário, tem apresentado queda do seu valor real. Esta discussão é relevante visto que com os preços da terra elevados, dificulta o acesso à terra por parte dos pequenos agricultores descapitalizados.

Como exemplo, podemos citar o relato de um dos agricultores entrevistados (ENTREVISTA 1) o qual nos informou que no início da década de 1980 com a produção de três alqueires de uma roça de milho ele adquiriu dez alqueires de terra, com pagamento a prazo. Analisando a produção de milho por alqueire na comunidade hoje, seria possível adquirir terras, na mesma proporção que ocorreu no passado? Então vejamos: com produção de 116³² sacas de milho por hectare (produção média do Estado do Paraná) ao preço de R\$ 24,00 (SEAB, 2014), se obteria de renda bruta R\$ 2.780,00. Tomando como base um custo de produção de R\$ 2.915,00³³ (CONAB, 2014), o agricultor obteria renda negativa.

Quando ocorre a divisão da terra em herança, os altos preços dificultam que a terra permaneça com a família, pois se um filho não vive na comunidade e quer vender a terra, os outros irmãos não conseguem comprá-la, sendo esta área adquirida por terceiros de fora da comunidade. Este fato foi relatado na entrevista 7, que no ano de 2015 vão colocar o sítio de 12 alqueires a venda. Dos dez irmãos apenas uma mora na comunidade, mas apesar de não terem terra, também não terão recursos para adquirir a parte dos irmãos. Possivelmente, a propriedade será vendida a pessoas estranhas à comunidade.

4.7. ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E O USO DA TERRA

Com o fechamento das áreas do criadouro comunitário em meados da década de 1980, ou seja, com a desativação do faxinal, as decisões de uso da terra não são mais realizadas de forma coletiva. Dessa maneira, cada família faz o seu planejamento de como utilizará sua área. A exceção a esta regra ocorre com o Grupo de Agricultores Ecologistas Renascer. Por acessar os programas governamentais do PNAE e PAA, o grupo realiza reuniões de planejamento da produção, pois o acesso e entrega dos alimentos é organizado a partir das demandas das entidades e escolas.

³² Para lavouras que utilizam alta tecnologia a produção esperada é de 180 sacas por hectare, com uma renda líquida de R\$ 1.405,00.

³³ Custo de produção publicado pela CONAB em março de 2014, utilizando um alto nível de tecnologia e produção estimada de 7000 kg por hectare. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1554&t=2>. Acesso em: 27 jan. 2014.

No compartilhamento da terra entre famílias onde em uma propriedade o pai e os filhos cultivam a mesma terra há a necessidade de planejamento familiar. Os processos de organização comunitária existentes na Comunidade Arroio Grande estão ligados a elementos da cultura camponesa:

- Religiosidade: percebe-se uma grande articulação das famílias em torno das atividades religiosas. A igreja ocupa um lugar de destaque, construída com trabalho coletivo em área doada por uma família. Dentre as atividades religiosas, destaca-se o culto aos domingos, a celebração da missa mensal, os grupos de novena e a comemoração do dia da padroeira da comunidade, momento celebrado com um dia de festa, compartilhado por outras comunidades vizinhas. Os momentos semanais de celebração são espaços de encontros entre as famílias.

- Reciprocidade: quando ainda havia o faxinal, outras famílias podiam morar na comunidade e criar os animais. É o que relata a entrevista 2, eles não tinham terra, apesar de gostar muito de morar no Faxinal, o esposo gostava de mudar, então ficava um tempo no faxinal e depois ia embora. Cada mudança era um transtorno, significava começar tudo de novo. Em uma mesma propriedade vivem várias famílias atualmente os pais e os filhos casados. A reciprocidade se apresenta no compartilhamento dos produtos colhidos da agricultura para o sustento familiar, no trabalho em forma de mutirão, no uso coletivo de máquinas e equipamentos, até mesmo os veículos e na construção das moradias. As casas são organizadas no entorno da estrada, havendo uma proximidade entre elas. Em uma mesma propriedade encontram-se até cinco casas.

- Convivência em comunidade: o tempo para a família camponesa funciona em ciclos, de forma circular, há tempo de milho verde, tempo de frio, tempo de flor, tempo de plantar e tempo de colher. Apesar da grande demanda de tempo para as atividades agrícolas, as famílias costumam se encontrar para conversar ao final da tarde e compartilhar um chimarrão. Os momentos triviais de encontro reforçam os laços de amizade e companheirismo entre as famílias. Os momentos de doenças e velórios são também momentos compartilhados por todos.

As dimensões do desenvolvimento comunitário que conectam a comunidade camponesa à cidade também estão presentes na Comunidade Arroio Grande. Representantes da Comunidade Arroio Grande participam do Conselho Municipal de

Desenvolvimento Rural Sustentável onde se formulam propostas para o desenvolvimento das comunidades rurais. O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irati é um agricultor da Comunidade, como uma liderança este agricultor realiza ações sindicais no município de Irati e também na comunidade.

A necessidade de acessar programas governamentais de comercialização da produção de base ecológica levou as famílias a fundarem o Grupo de Agricultores Ecologistas Renascer, o qual com outros grupos fundou a Associação dos Agricultores Ecologistas São Francisco de Assis - ASSIS. A ASSIS foi uma das primeiras associações de agricultores ecologistas a acessar o PAA. Um dos requisitos para associar-se à ASSIS é que apenas grupos de famílias podem se filiar. A associação chegou a ter doze grupos de agricultores ecologistas nos municípios de Irati, Fernandes Pinheiro, Teixeira Soares, Rebouças e Inácio Martins.

A comercialização da produção diversificada representava um empecilho, pois não havia uma infraestrutura de transporte da comunidade, então os programas de compras governamentais foram uma alternativa importante para dar vazão a esta produção de alimentos sem agrotóxicos. Inicialmente, o programa principal foi a Compra Antecipada com Doação Simultânea e após 2010 a compra de 30% de alimentos de pequenos agricultores para a merenda escolar – Lei nº 11.947 de 2009.

Com a crise no programa de comercialização dos mercados institucionais, as famílias voltaram a fazer feira de produtos orgânicos na cidade de Irati, com apoio de um projeto de professores da UNICENTRO e da Prefeitura Municipal de Irati. Outros projetos de comercialização estão sendo estudados pelas famílias, como o ECOTROCA, que propõe a troca de alimentos por lixo reciclável em comunidades urbanas da cidade de Irati.

O grupo ecologista mostra uma alternativa à monocultura do agronegócio. Mas, mais que isso, demonstra que “um outro mundo é possível”. É possível produzir alimentos sem agrotóxicos, é possível estabelecer processos organizativos formais como a gestão da ASSIS, a participação em fóruns, conselhos e sindicatos e participar dos programas institucionais. É possível superar o problema da escala de produção exigida da monocultura, assim como, da monocultura do saber e produzir multiculturas de saber e de produção agrícola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos ciclos econômicos que ocorreram no Brasil desde a colonização, destaca-se no Paraná o ciclo do ouro, o tropeirismo e o ciclo do café. O ciclo do ouro e o tropeirismo contribuíram para a colonização do Paraná tradicional e o ciclo do café promoveu a colonização do Norte Novo. De modo geral, o Município de Irati tem seu processo histórico de ocupação principalmente pelo ciclo da erva mate e da madeira como motivadores do povoamento. As duas atividades econômicas tinham um caráter migratório, em busca do recurso, porém, a erva mate também atua como uma atividade econômica que proporciona o enraizamento das famílias camponesas. Destaca-se a Comunidade Arroio Grande que, tendo na cultura da erva mate um dos seus pilares econômicos se constituiu como um faxinal, dessa forma ampliando as possibilidades de renda, com a criação animal e também a lavoura para o sustento da família e para atender o comércio local.

A Comunidade Arroio Grande é resultado de uma ocupação de terra a partir de caboclos, que migravam em busca de um lugar para viver, constituindo uma comunidade baseada no uso coletivo da terra para o manejo agrossilvipastoril. Esse enraizamento é demonstrado quando se vê a sexta geração nascendo nas mesmas terras que seus antepassados.

Ao iniciar o presente trabalho tínhamos a compreensão de que as formas de ocupação e uso do solo em uma determinada comunidade influenciam seus processos organizativos e de qualidade de vida. Compreendendo que uma comunidade que utiliza áreas há muito tempo vai provocando degradação e perda de sua capacidade de continuidade neste ambiente. Entretanto, a questão da degradação agora parece secundária, outras questões adquiriram importância tal que passaram a figurar antes mesmo que a da degradação, ou se apresentam muito interligadas a esta. Dentre as que se destacam a divisão da terra em herança se apresenta como um problema de grande relevância com relação à Comunidade Arroio Grande. À medida que cada geração vai dividindo a terra, esta vai se tornando cada vez mais escassa para as gerações posteriores. Somado a essa questão entra o problema da manutenção da propriedade da terra na família.

Percebe-se assim, a aquisição de terras por pessoas alheias à comunidade. Com a diminuição do tamanho das propriedades ao longo das gerações, atualmente abaixo do módulo mínimo local, configurando como um minifúndio. O modo de agricultura tradicional vai se tornando difícil e as famílias precisam buscar formas mais intensivas de agricultura para garantir a sua sobrevivência ou mesmo buscar trabalho fora de sua propriedade. Destaca-se então um problema agrário que afeta as comunidades camponesas, apesar da abundância de terras no campo, cada vez mais terras estão ficando concentradas para poucos proprietários, sendo o seu uso destinado para a produção de *commodities*, como a soja ou o pinus.

Dessa forma, a Comunidade camponesa é influenciada pelas decisões macroeconômicas para a agricultura do país. Apesar de não buscar o produtivismo do agronegócio e tentar manter uma produção diversificada, acaba tendo o seu território disputado para culturas de alta produção e alto retorno econômico, inclusive por meio do arrendamento de terras. A modernização da agricultura brasileira, iniciada a partir dos anos 1960, contribuiu para a desagregação do Sistema Faxinal, no entanto, as famílias camponesas seguem resistindo às pressões externas e se reinventando, apesar das dificuldades, como a divisão da terra entre as gerações que tem reduzido sistematicamente o tamanho das propriedades. Portanto, os fatores que limitam os ganhos de produtividade e renda estão relacionados com o tamanho das propriedades, perda de valor dos produtos agrícolas, alto preço da terra e o uso intensivo do solo. Para algumas famílias o fim do sistema faxinal inviabilizou o criadouro comunitário e a criação animal, comprometendo uma fonte de renda histórica.

O estímulo e a conscientização das famílias para fazer a transição da agricultura convencional para a de base ecológica pode ampliar a renda e a qualidade de vida das famílias agricultoras, além de ampliar a oferta de alimentos ecológicos para os mercados institucionais. A partir de uma agricultura de base ecológica a saúde dos solos passa a ser a busca dos agricultores em manter o solo fértil e produtivo para as gerações futuras. Dessa forma, a transição da agricultura convencional para uma de base ecológica interfere na dinâmica de uso do solo, estimulando a diversificação de culturas em detrimento da monocultura, o uso de pó de rocha e outras técnicas para a saúde do solo.

Outra dimensão importante percebida com o trabalho diz respeito ao acesso a políticas públicas e programas setoriais que influenciam o uso do solo e que poderiam beneficiar as famílias. Apesar de viverem há mais de cem anos na comunidade, poucas políticas públicas tinham foco ou estiveram acessíveis para estas famílias. Desde as políticas de apoio à infraestrutura básica da existência, como o financiamento de habitações, instalação de água, escola, até as políticas de apoio à agricultura, como crédito e assistência técnica. A pesquisa de campo mostrou que o crédito e assistência técnica são as políticas mais necessárias e difíceis de serem garantidas. Principalmente para as famílias que estão realizando uma transição da agricultura convencional para uma de base ecológica.

As mudanças nas formas de uso do solo influenciam a organização comunitária. A existência do sistema faxinal exigia das famílias uma interação constante para a manutenção de cercas, entre outras tarefas. Com o fim do sistema o problema do trânsito dos animais em propriedades alheias vem afetando a organização da comunidade. Mesmo assim, a Comunidade Arroio Grande apresenta importantes elementos da cultura camponesa e da vida comunitária. Características como a solidariedade, reciprocidade, cooperação, religiosidade fazem parte do cotidiano das famílias. O uso do solo para a produção dos alimentos necessários ao sustento da família também produz alimentos que são compartilhados com filhos casados e parentes que vivem na cidade. As sementes crioulas são compartilhadas com os vizinhos, assim como o trabalho. Muito além de serem características consideradas do passado, essas comunidades tem muito a nos ensinar sobre a organização da vida comunitária.

O uso da terra é determinado pelas ações e políticas públicas que podem estimular os agricultores camponeses a produzir uma diversidade de culturas, ou pode contribuir para acentuar o êxodo rural, quando as famílias não veem alternativas para a garantia de sua qualidade de vida no campo. Uma diversidade de situações pode ser apreendida na Comunidade Arroio Grande. Apesar dos limites impostos pela pouca extensão de terra, a baixa qualidade da terra e as poucas alternativas produtivas, as famílias reagem de formas diferentes a essa problemática.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, 2001.

ALMEIDA, G. E. G. **Fumo: servidão moderna e violações de direitos humanos**. Curitiba: Terra de Direitos, 2005. Disponível em: http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2008/02/594_Fumo_serv_moderna_livro.pdf. Acesso em: 21 jan. 2015.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão popular, 2012.

AQUINO, J. R. et al. Dimensão e características do público potencial do grupo B do PRONAF na região Nordeste do Estado de Minas Gerais. In: SCHENEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Org.) **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: IPEA, 2014, p. 77-106.

BAPTISTA, M. V. **Desenvolvimento de comunidade: estudo da integração do planejamento do desenvolvimento de comunidade no planejamento do desenvolvimento global**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

BAUMAN, Z. **Comunidade: A busca por segurança no mundo global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BERGER, P. L; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, A. W. B. et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRASIL. LEI No 9.985, de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>. Acesso em: 02 jan. 2015.

BRASIL. DECRETO 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Institui da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e comunidades tradicionais**. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 24 mai. 2014.

BRASIL. Decreto 8.293 de agosto de 2014, **Altera o Decreto no 7.775, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2014/Decreto/D8293.htm. Acesso em: 10 set. 2014.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 25, de 4 de julho de 2012**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3554-resolucao-cd-fnde-nº-5-de-04-de-julho-de-2012>>. Acesso em: 10 set. 2014.

BRIASSOULIS, H. Analysis of land use change: theoretical and modeling approaches. In: LOVERIDGE, S. (ed.). **The web book of regional science**. Morgantown: West Virginia University, 2000. Disponível em: <http://www.rri.wvu.edu/WebBook/Briassoulis/contents.htm>. Acesso em: 27 out. 2013.

BROWN, L. R. **Eco-economia**: construindo uma economia para a terra. Salvador: UMA, 2003.

CALDART, R. S. Educação do campo. In: CALDART, R. S. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 257-266.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 2012.

CARNEIRO, M. J. Desenvolvimento territorial sustentável: o retorno ou a morte do camponês? In: MARTINS, R. C. (Org.) **Ruralidades, trabalho e meio ambiente**: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas. São Carlos: EdUFSCAR, 2014 p. 31-47.

CARVALHO, P. A. F. Biografia sumária de Chayanov. In: CARVALHO, H. M. (Org.) **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CARVALHO FILHO, J. J. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a Nova Reforma Agrária. In: LEITE, S. (org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

CAVIGLIONE, J. H. et al. **Cartas climáticas do Paraná**. Londrina: IAPAR, 2000. Disponível em: <http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=863>. Acesso em: 16 jan. 2014.

CHABOUSSOU, F. **Teoria da trofobiose**: plantas doentes pelo uso de agrotóxicos. São Paulo: Expressão popular, 2006.

CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988.

CHIARA, M. Preço da terra agrícola subiu 227% em dez anos quase o dobro da inflação. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 mar. 2013. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,preco-da-terra-agricola-subiu-227-em-dez-anos-quase-o-dobro-da-inflacao-imp-,1003989>. Acesso em: 25 jan. 2015.

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira: grãos 2014/2015**. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_01_09_09_00_21_boletim_graos_janeiro_2015.pdf. Acesso em: 27 jan. 2015.

CONTERATO, M. A. et. Al. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura familiar na ruralidade contemporânea. In: Sergio Schneider; Marcio Gazolla. (Org.). **Os Atores do Desenvolvimento Rural Perspectivas Teóricas e Práticas Sociais**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

COSTA, I. B. **“Nesta terra, em se plantando tudo dá”?** Política de soberania e segurança alimentar e nutricional no meio rural paranaense, o caso do PAA. Natal: Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. 2001. In: LEITE, S. (org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

DEMCHUK, P. G. **Ferrovia e turismo: reflexões sobre o patrimônio cultural ferroviário em Irati (PR)**. Ponta Grossa: Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2011.

FAO. **O ano internacional da agricultura familiar**. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/en/>. Acesso em: 24 jan. 2014.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. São Paulo: Cultura acadêmica: UNESCO, 2014.

FERNANDEZ, F. **O poema imperfeito**. Curitiba: editora da UFPR, 2000.

GARCIA, A. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado a parceiros do futuro. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, p. 154-189, jul/dez 2003.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; VALDES, C. Preço da terra no Brasil. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco, 2008.

GHIZELINI, A. A. M. **Atores sociais, agricultura familiar camponesa e o espaço local: uma análise a partir do programa de aquisição de alimentos**. Curitiba: UFPR, tese de doutorado, 2010.

GLIESMANN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Trad.: Maria José Guazzelli. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GOHN, M.G. Comunidade: origens, ressignificações e articulações com o poder local no século XXI. In: SOUZA, M. A.; COSTA, L. C. **Sociedade e cidadania: desafios para o século XXI**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2005.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GONZAGA, C. A. M. **Gradiente de renda da terra em áreas de proteção ambiental: estudo em zona de uso agropecuário na Serra da Esperança**. Curitiba: tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, 2006.

GRAIN. **Hambrientos de tierra: Los pueblos indigenas y campesinos alimentam el mundo con um cuarto de la terra agricola mundial**. Informe, maio, 2014. Disponível em: <<http://www.grain.org/es/article/entries/4956-hambrientos-de-tierra-los-pueblos-indigenas-y-campesinos-alimentan-al-mundo-con-menos-de-un-cuarto-de-la-tierra-agricola-mundial>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. A produção para o autoconsumo no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Org.) **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: Ipea, 2014.

IAP. **ICMS ECOLÓGICO**. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=419>. Acesso em: 02 jan. 2015.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2014.

IBGE. **Cidades: Irati, Pr.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411070&search=paranairati>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

INCRA. **Livro branco da grilagem de terras**. Brasília: INCRA, ano 1999. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/livros-revistas-e-cartilhas/file/485-livro-branco-da-grilagem-de-terras>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

IPARDES. **Divisão política do Paraná 2010**. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/divisao_politica_2010.jpg>. Acesso em 28 fev 2015.

IPARDES. **Municípios paranaenses: projeção da população por situação de domicílios e grupos etários**. IPARDES: Curitiba, 1984. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/municipios_projec_popul_09_84.pdf>. Acesso em: 23 set. 2014.

IPARDES. **Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná**. Curitiba: IparDES, 1976.

JECUPÉ, K. W. **A terra dos mil povos**: história indígena brasileira contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. Brasília: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n.3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LACERDA, C. L.; SANTOS, C. A. Introdução. IN: SANTOS, C. A.; MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (ORG.) **Memória e história do PRONERA**: contribuições para a educação do campo no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

LEITE, S. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, S. (org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

MALUF, R. S. O CONSEA na construção do sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. In: SILVA, J. G.; GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. **Fome zero**: a experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010.

MARTINEZ, P. H. **História ambiental no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. O processo de produção do capital, tomo 2. São Paulo: Nova cultural, 1988.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico a crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MAZZA, C. A. S. **Caracterização ambiental da microrregião colonial de Irati e zoneamento ambiental da Floresta Nacional de Irati, Pr**. São Carlos: UFSCAR, 2006. Tese de doutorado.

MERTEN, G. H. **Manejo de solos de baixa aptidão agrícola no Centro Sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1994.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de alimentação escolar - PNAE**. Disponível em:

<<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 08 set. 2014.

MOREIRA, S.S.; HARDER, E.; VALADÃO, A. C. A Agroecologia na Comunidade Emiliano Zapata e a Ressignificação do Campo. Curitiba: **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.4, n.2, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/8668/6106>>. Acesso em: 23 set. 2014.

OLIVEIRA, A. U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. São Paulo: **AGRÁRIA**, no. 12, pp. 3-113, 2010.

ORREDA, J. M. **Irati**. Irati: Edipar, 1972.

OSTROM, E. et al. Revisiting the commons: local lessons, global challenges. **Science**, vol. 284, No. 5412 (Apr. 9, 1999), pp. 278-282. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2898207>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

PARANÁ (Estado). Decreto nº. 3446 de 25 de julho de 1997. Cria as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR no Estado do Paraná e dá outras providências. **SIA**: Sistema de informações ambientais, Curitiba, 1997. Disponível em: <http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=451>. Acesso em: 20 ago. 2014.

PAULINO, E. T. The agricultural, environmental and socio-political repercussions of Brazil's land governance system. **Land Use policy**. January, v. 36 pg 134-144. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/Science/article/pii/S0264837713001464#bbib0215>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

PERACI, A. S.; BITTENCOURT, G. A. Agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: O programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: SILVA, J. G.; ROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010, p. 191-222.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios agroalimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1973.

PRADO JR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico dos solos**. São Paulo: Nobel, 2009.

REYDON, B. P. Preço elevado e o ITR. In: REYDON, B. P. CORNÉLIO, F. N. M. **Mercados de terras no Brasil**: estrutura e dinâmica. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2006. p. 155-180.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: Métodos e Técnicas. São Paulo, Atlas, 1999.

ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C.; LEITE, S. **Reforma agrária**: produção, emprego e renda, o relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE, 1994.

SABOURIN, E. P. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009a.

SABOURIN, E. P. Será que existem camponeses no Brasil? Porto Alegre: **SOBER**, apresentação oral no 47º Congresso, 26 a 30 de julho de 2009b.

SAHR, C. L. L.; CUNHA, L. A. G. Sistema Faxinal: Caboclos entre a idade média e a pós modernidade. X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo. **Anais...**São Paulo: USP, 2005. p. 13131-13143.

SAUER, S. **Terra e modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão popular, 2010.

SCHUSTER, W. T.; SAHR, C. L. L. O faxinal do presente e o faxinal do passado: evolução do uso da terra no faxinal Saudade Santa Anita - Turvo (PR). In: Encontro Nacional de geografia agrária, 19, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009, p. 1-21. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Schuster_WT.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2014.

SEIDENBERG, D. R. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. Ijuí: **Desenvolvimento em questão**. v.2, n.3, 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/87>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo numa discussão marxista. Presidente Prudente: **Revista NERA**, ano 8, n. 7, p. 1-21, 2005. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 27 set. 2014.

SILVA, J. G. **Modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SOUSA, J. M. Imigrantes no Paraná: a inserção e contribuição polonesa em Irati/Pr. I Seminário de sociologia e política UFPR/2009. Curitiba: UFPR, **Sociologia e política**, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S07.32.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

SOUZA, R. S.; VIANA, J. G. A. Tendência histórica de preços pagos ao produtor na agricultura de grãos do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.37, n.4, p.1128-1133, jul-ago, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782007000400034. Acesso em: 26 jan. 2015.

SOUZA SANTOS, B. **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA SANTOS, B. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, R. M. **Transformações Econômicas e Sociais e Trajetória na Agricultura Familiar**: Estudo de caso sobre a desconstrução da autonomia Familiar no Faxinal Saudade Santa Anita, Turvo – PR. Curitiba: UFPR, 2001. Dissertação de Mestrado.

SPITZCOVSKY, D. **Áreas degradadas no Brasil equivalem a duas Françás.** Revista Exame. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/noticias/areas-degradadas-no-brasil-equivalem-a-duas-francas>>. Acesso em: 22 set. 2012.

TAVARES, L. A. **Campesinato e os faxinais no Paraná:** as terras de uso comum. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2008.

THOMPSON, L. M.; TROEH, F. **Solos e fertilidade dos solos.** São Paulo: Andrei, 2007.

TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. **Fundamentos em ecologia.** 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2008.

TUFFANI, M. Lições de uma catástrofe. **Revista Ponto Crítico**, outubro, 2010. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/revista/ed13/ponto-critico>>. Acesso em 10 fev. 2013:

VALADÃO, A. C. et al. **Agroecologia:** a organização camponesa reconstruindo o sustento da vida e a transformação da sociedade. Cascavel: 5º da Jornada de Agroecologia, 2006.

WANDERLEY, M. N. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

WEID, J. M. Um novo lugar para a agricultura. In: PETERSON, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

ZUANAZZI, N. R.; JAHN, A. F. Juventude semeando terra solidária: um projeto de vida social. 2ª Jornada de questão agrária e desenvolvimento, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2013.

7. APÊNDICE A – Questionário aplicado na Comunidade Arroio Grande para compreensão do uso e renda da terra.

Questionário aplicado na Comunidade Arroio Grande para compreensão do uso e renda da terra

ENTREVISTA COM PROPRIETÁRIOS E/OU ARRENDATÁRIOS

Município: _____ Distrito: _____ (Data entrevista: __/__/__). Tempo no local _____ anos.

Nome proprietário: _____ Idade: _____ Escolaridade: _____

Nome esposa: _____ Idade: _____
Escolaridade _____ nº filhos _____. Quantos filhos vivem na casa _____

Título: proprietário () arrendatário () administrador () Distância até Rodovia PR153: _____ Km

Área: total _____ ha. produtiva _____ ha reserva _____ ha.

CULTURA 1: _____ Área: _____ ha Produção: _____/ha. Uso próprio _____ kg

Venda _____ kg. Período produção: _____ Mercado principal: _____
Distância: _____ Km. Custo transporte: R\$ _____/____ Manutenção equipamento: R\$ _____/ano

Preço do produto: R\$ _____/____ Gasto com insumos: R\$ _____/ano.

CULTURA 2: _____ Área: _____ ha Produção: _____ ton/ha. Uso próprio _____ kg

Venda _____ kg. Período produção: _____ Mercado principal: _____
Distância: _____ Km Custo transporte: R\$ _____/____ Manutenção equipamento: R\$ _____/ano

Preço do produto: R\$ _____/____ Gasto com insumos: R\$ _____/ano

CULTURA 3: _____ Área: _____ ha Produção: _____ ton/ha Uso próprio _____ kg

Venda _____ kg. Período produção: _____ Mercado principal: _____
Distância: _____ Km. Custo transporte: R\$ _____/____ Manutenção equipamento: R\$ _____/ano

Preço do produto: R\$ _____/____ Gasto com insumos: R\$ _____/ano

CULTURA 4: _____ Área: _____ ha Produção: _____ Kg/ha Uso próprio _____ kg; Venda _____ kg. Período produção: _____ Mercado principal: _____
Distância: _____ Km. Custo transporte: R\$ _____/____ Manutenção equipamento: R\$ _____/ano

Preço do produto: R\$ _____/____ Gasto com insumos: R\$ _____/ano; Pessoal: fixo _____ temporário _____ Salário médio: R\$ _____ Custo fixo: R\$ _____/mês Custo variável médio: R\$ _____/mês Capital próprio: R\$ _____ Financiamento: R\$ _____ Juros: _____%/aa.

8. ANEXO A – Lista de produtos de um dos projetos aprovado pela CONAB do Programa Compra Especial com Doação Simultânea pela ASSIS.



Companhia Nacional de Abastecimento
 Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

02/01/2015
 15:14:23
 Pág. 1 de 2

Ano: 2012
 Modalidade: CPR-Doação
 Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 UF: PR Município: Inati
 CPR: PR02012/020155

Produtos

Produto	Quantidade em Kg
ABÓBORA> MOGANGO	890
ABÓBORA> ORGÂNICO(A)	7.830
ABOBRINHA> A VÁCUO, FATIADA, VERDE	143
ABOBRINHA> ORGÂNICO(A)	2.913
ACELGA> A VÁCUO	140
ACELGA> ORGÂNICO(A)	340
AGRIÃO> A VÁCUO	270
AGRIÃO> ORGÂNICO(A)	510
ALFACE> A VÁCUO	140
ALFACE> ORGÂNICO(A)	7.113
ALHO> A VÁCUO	50
ALHO> ORGÂNICO(A)	798
ALMEIRÃO> A VÁCUO	30
ALMEIRÃO> ORGÂNICO(A)	800
AMÉIXA> ECOLÓGICA	919
AMENDOIM> DESCASCADO, ORGÂNICO(A)	130
AMENDOIM> ORGÂNICO(A)	530
ARRÓZ> ORGÂNICO(A)	220
BATATA> A VÁCUO, DOCE	140
BATATA> A VÁCUO, INGLESA	283
BATATA> ORGÂNICO(A), DOCE	4.152
BATATA> ORGÂNICO(A), INGLESA	1.555
BATATA> ORGÂNICO(A), SALSA	380
BERINJELA> ORGÂNICO(A)	110
BETERRABA> A VÁCUO	320
BETERRABA> ORGÂNICO(A)	3.884
BOLACHA> CASEIRA	100
BRÓCOLIS> A VÁCUO	130
BRÓCOLIS> ORGÂNICO(A)	1.350
CAQUI> ORGÂNICO(A)	100
CEBOLA> A VÁCUO, BRANCA	154
CEBOLA> ORGÂNICO(A)	2.420
CEBOLINHA> ORGÂNICO(A)	2.118
CEBOLINHA> ORGÂNICO(A), VERDE	130
CENOURA> A VÁCUO	225
CENOURA> ORGÂNICO(A)	2.025
CHUCHU> A VÁCUO	180
CHUCHU> ORGÂNICO(A)	2.505
COUVE> A VÁCUO, MANTEIGA	180
COUVE-FLOR> A VÁCUO	185
COUVE-FLOR> ORGÂNICO(A)	285
COUVE> ORGÂNICO(A), MANTEIGA	4.848
ESCÁROLA> A VÁCUO	240
ESCÁROLA> ORGÂNICO(A)	1.810
ESPINAFRE> A VÁCUO	200
ESPINAFRE> ORGÂNICO(A)	1.059
FELDÃO> ORGÂNICO(A), ANÃO CORES TIPO 1	200
FELDÃO> ORGÂNICO(A), ANÃO PRETO TIPO 1	1.938
INHAME> (Classificação sem orientações)	143
INHAME> ORGÂNICO(A)	110
LAHARJIA> ORGÂNICO(A), LIMA	70
LAHARJIA> ORGÂNICO(A), PERA	2.485
LIMÃO> ORGÂNICO(A), ROSA	330
LIMÃO> ORGÂNICO(A), TAITI	80
MELANCIA> ORGÂNICO(A)	980
MILHO> EM ESPIGA COM PALHA, ORGÂNICO(A), VERDE	3.551
MILHO> EM ESPIGA SEM PALHA, ORGÂNICO(A), VERDE	1.257
MILHO> ORGÂNICO(A), DE RIFÓCA	75
NABO> ORGÂNICO(A)	300
PÃO> PÃO CASEIRO	302
PEPINO> A VÁCUO	140
PEPINO> ORGÂNICO(A), COMUM	2.572
PÊSSEGO> ORGÂNICO(A)	720

 Companhia Nacional de Abastecimento Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos		02/01/2015 15:14:25 Pág. 2 de 2
Ano: 2012 Modalidade: CPR-Doação Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome UF: PR Município: Ivratuba CPR: PR0012/020158		
Produtos		
Produto	Quantidade em Kg	
PIMENTÃO* A VÁCUO	130	
PIMENTÃO* ORGÂNICO(A)	752	
PINHÃO* (Classificação sem características)	2.934	
POLPA DE FRUTAS* ORGÂNICO(A)	896	
RABANETE* A VÁCUO	140	
RABANETE* ORGÂNICO(A)	1.106	
RAIZ DE MANDIOCA* APIM	170	
RAIZ DE MANDIOCA* APIM COM CASCA	5.613	
RAIZ DE MANDIOCA* APIM SEM CASCA	110	
REPOLHO* A VÁCUO	80	
REPOLHO* ORGÂNICO(A)	2.396	
RÚCULA* A VÁCUO	66	
TANGERINA* ORGÂNICO(A), COMUM	1.762	
TOMATE* A VÁCUO	50	
TOMATE* ORGÂNICO(A)	2.164	
UVA* ORGÂNICO(A)	425	
VAZEM* A VÁCUO	60	
VAZEM* ORGÂNICO(A)	1.125	
VINAGREIRA* (Classificação sem características)	200	

Os dados ora disponibilizados podem sofrer alterações a qualquer momento, determinada pela dinâmica da atividade agrícola.